

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ATRAVESSANDO A PONTE, VIVENDO NA *LINHA*: MARCOS E
MARCAS DE UMA CULTURA DE FRONTEIRA À LUZ DA
FOTOETNOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Francieli Rebelatto

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

ATRAVESSANDO A PONTE, VIVENDO NA LINHA:
MARCOS E MARCAS DE UMA CULTURA DE FRONTEIRA À
LUZ DA FOTOETNOGRAFIA

por

Francieli Rebelatto

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Área de Concentração Identidades Sociais e Etnicidade, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Hartmann

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, Abaixo Assinada,
Aprova a dissertação de Mestrado

**ATRAVESSANDO A PONTE, VIVENDO NA LINHA:
MARCOS E MARCAS DE UMA CULTURA DE FRONTEIRA À
LUZ DA FOTOETNOGRAFIA**

elaborada por:
Francieli Rebelatto

para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

Comissão Examinadora

**Luciana Hartmann, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Luiz Eduardo Robinson Achutti, Dr. (UFRGS)

Maria Catarina Zanini, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 25 de fevereiro de 2011

Yo no sé de dónde soy,
mi casa está en la frontera.

Y las fronteras se mueven,
como las banderas.

Jorge Drexler

Agradeço à minha família por me permitir ultrapassar suas fronteiras.
À Luciana Hartmann pela generosidade em tantos cruzamentos de fronteira: tantos casos e *cuentos*.
Aos professores e colegas do programa pelos discursos dialógicos e complementares em meio às fronteiras teóricas e empíricas.
Aos sujeitos de fronteira, que se deslocando pela *linha* ou pela ponte, me ensinam a viver entre limites, fluxos, lugares e não-lugares.
Ao ato-fotográfico onde leio e represento o mundo: na luz ou na obscuridade.
Aos meus amigos pela leveza de seus pensamentos fronteiriços.
E também ao possível Don Juan que tem me levado a pensar em tantas fronteiras.
E tudo isso nada mais é do que atravessar fronteiras...cotidianamente.

Resumo

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal de Santa Maria

**ATRAVESSANDO A PONTE, VIVENDO NA LINHA:
MARCOS E MARCAS DE UMA CULTURA DE FRONTEIRA À LUZ DA
FOTOETNOGRAFIA**

AUTORA: FRANCIELI REBELATTO

ORIENTADORA: LUCIANA HARTMANN

Data e Local da defesa: Santa Maria, 25 de fevereiro de 2011

Este trabalho se propõe por meio da complementaridade entre texto etnográfico escrito e uma fotoetnografia realizar uma leitura sobre os deslocamentos dos sujeitos no espaço urbano, nas cidades de Uruguaiana (BRA) e Paso de Los Libres (ARG), Livramento (BRA) e Rivera (URU). Ao se moverem pessoas sobre o espaço territorial, se movem com elas bens culturais e materiais, modos de pensar e ver o mundo. Esses sujeitos que atravessam a ponte ou a *linha* levam com eles todas as suas referências de mundo permitindo que a cultura possa ser vista enquanto um fazer, possível de ser produzido e reproduzido. Nestes diferentes deslocamentos há uma diversidade de olhares sobre a fronteira, por isso procuro entender como os sujeitos que moram na região ou que estão somente de passagem por ela, se movem neste espaço, como se relacionam a partir dos marcos territoriais, discutindo os conceitos de lugar antropológico e não-lugar propostos por Marc Augé (1994). Para apresentar e descrever as apreensões realizadas a partir do trabalho de campo recorro à fotoetnografia como metodologia fundante desta pesquisa, estando este estudo inserido nas discussões da antropologia audiovisual.

Palavras-Chave: Fronteira; lugar antropológico; Não-lugar; Fotoetnografia

ABSTRACT

Master's Thesis

Graduate Program in Social Science – Master

Universidade Federal de Santa Maria

CROSSING THE BRIDGE, LIVING ON THE LINE: MARK AND MARKS A BORDER CULTURE IN THE LIGHT OF PHOTOETHNOGRAPHIC

AUTHOR: FRANCIELI REBELATTO

ADVISOR: LUCIANA HARTAMANN

Date and Location of Defense: Santa Maria, March 01, 2011

This paper proposes using the complementarity of text and writing an ethnographic photoethnographic do some reading about the displacement of the subjects in the urban towns of Urugaiana (BRA) and Paso de los Libres (ARG), Deliverance (BRA) and Rivera (URU). When people move on space planning, move with them cultural and material goods, ways of thinking and seeing the world. These guys crossing the bridge or take the line with them all their references to the world allowing that culture can be seen as a make, which can be produced and reproduced. In these various shifts for a diversity of views on the border, so try to understand how individuals who live in or are just passing through it, move in this space, how they relate from territorial marks, discussing the concepts of anthropological place and no place proposed by Marc Augé (1994). To present and describe the seizures made from the resort to fieldwork as photoethnographic founding of this research methodology, and this study included in discussions of audiovisual anthropology.

Keywords: Frontier; anthropological place, no-place; photoethnographic

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	21
Cruzando a Fronteira e entendendo seus limites: diálogos e interpretações	21
1.1 – Atravessando fronteiras e encontrando um campo de estudo teórico e empírico	21
1.2 – Pensando o lugar e o não-lugar na fronteira: Limites e permeabilidades.....	28
1.3 – “Atravessando a ponte – vivendo na <i>linha</i> ”: fluxos do lugar ao não-lugar	48
CAPÍTULO 2	71
O ato-fotográfico e o reconhecimento do seu lugar/não-lugar no fazer antropológico. ..	71
2.1 – O caminhar do “antropólogo-fotógrafo” no discurso imagético.....	79
2.2 – A fotografia e suas implicações no fazer etnográfico: a fotoetnografia	86
2.3 – Câmera na mão e na fronteira: o olhar sobre lugar antropológico e o não-lugar.....	91
CAPÍTULO 3	96
Olhares sobre os marcos e marcas de uma cultura de fronteira à luz da fotoetnografia	96
3.1 – Atravessando a ponte, o rio, a fronteira: Brasil X Argentina	96
3.2 – Por entre marcos: Brasil X Uruguai	98
3.3 – Fronteira: limite ou passagem?	100
3.4 – O olhar de quem vive na fronteira.....	102
3.5 – O cotidiano na fronteira e suas marcas	104
3.6 – Do olhar “ilegal” ao olhar sobre o não- lugar: de passagem pela fronteira	105
CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119

INTRODUÇÃO

A vida é um constante ultrapassar fronteiras

Néstor Garcia Canclini (2000)



A cerca de arame delimita, demarca um espaço, pontua até onde se pode ir, o que pode e não passar. Poderíamos pensar na cerca com uma representação objetiva de uma fronteira, um limite entre o aqui e o ali. O pássaro, ao voar, atravessa a cerca, voa rente ao alambrado, invade o outro lado, ou apenas pousa sobre o limite. O pássaro poderia representar os sujeitos que atravessam estas demarcações físicas, ou que muitas vezes estão sobre elas nas mais diversas atividades cotidianas, também conotativamente o sentido poético da fluidez e do contato. Segundo Canclini (2000), “em toda fronteira há arames rígidos e arames caídos”, e seriam os subterfúgios culturais e os ritos que apresentam maneiras de transpor os limites. E é sobre essas fronteiras que trata este trabalho: as demarcadas fisicamente no território e as ultrapassadas no encontro com o outro, procurando apreender como se movimentam e se relacionam as pessoas que vivem na fronteira entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai, e a partir destes deslocamentos e escolhas feitas pelos sujeitos realizar um encontro com o meu olhar fotográfico.

É neste sentido que sair dos entrelaçamentos e paradoxos da vida cotidiana corresponde, para mim, como uma das iniciativas mais importantes dos estudos em antropologia. Acredito que ao viajar – uma espécie de refúgio do cotidiano -, atravessamos os lugares de pertencimento, os “não-lugares”¹ e passamos a vigiar as diferenças latentes nas

¹ Não-lugares é um dos conceitos-chave desenvolvido neste trabalho e que vou aprofundar durante o primeiro capítulo. É um conceito desenvolvido por Marc Augé (1994), que entende o não-lugar como passageiro, caracterizado pela efemeridade, como locais essencialmente ligados ao consumo. Lugares em que as pessoas não moram, não criam vínculos, apenas passam, como: aeroportos, hospitais, cyber, etc. Mas vale destacar, desde já, que o não-lugar depende de de que sujeito se está falando. Se, para uma pessoa que depende do hospital em momento de uma doença, ou em uma visita a um parente doente o hospital é um não-lugar, para os médicos, enfermeiras e pessoas que ali trabalham todos os dias, o hospital é o seu lugar antropológico, em que são criados vínculos, identidades e relações.

peças ao nosso redor: nas rodoviárias, nos aeroportos, nos vôos, nas ruas de algumas cidades fronteiriças entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai.

Nas mesas de almoço em uma fronteira ou nas mesas-redondas dos pensamentos acadêmicos, encontramos complementaridades e dissonâncias, ou seja, os mais diferentes contextos de vida, de “existência”. Retomaria Fernando Pessoa e me apropriaria de seus versos “Viajar é preciso/ impreciso. Viver não é preciso”. Nessas andanças territoriais, teóricas e empíricas re-inventamos, re-significamos, reconhecemos e incorporamos paisagens, cores, nebulosidades, sonoridades. Abrimos as narinas, apertamos os olhos, dilatamos os ouvidos, sensibilizamos as mãos, corroemos os pés, salivamos a boca. E em tudo isso é possível reconhecer o encontro com o outro, partindo de uma experiência sensível, carnal e palpável. Também em tudo isso é possível reconhecer fronteiras, a etnografia e o ato-fotográfico.

Neste contexto comecei a visualizar a partir das minhas experiências em campo, a possibilidade de pensar nos conceitos de lugar antropológico e do não-lugar, desenvolvidos pelo antropólogo francês Marc Auge, trazendo estas perspectivas para o cotidiano da fronteira, essencialmente no meio urbano. O autor propõe entender estes conceitos a partir de uma nova relação de espaço, tempo e sujeito na supermodernidade, mostrando que o lugar antropológico e os não-lugares não representam dois pólos opostos, mas tem suas especificidades em relação a dimensão do espaço, tempo e como o sujeito se vê em meio a um mundo repleto de novas possibilidades, de meios de comunicação e transporte super eficientes, onde os não-lugares representariam justamente estes lugares de comunicação, circulação e consumo, em que sujeitos estariam de passagem, não constituindo vínculos concretos, mas partindo de uma efemeridade necessária as suas escolhas. É neste sentido também que procuro direcionar meu olhar às fronteiras, em especial ao espaço urbano e comercial destas regiões, procurando entender os deslocamentos dos sujeitos e os olhares sobre o lugar antropológico e o não-lugar, conceitos que desenvolverei no percurso deste texto.

Por isso, o trabalho etnográfico que segue está baseado em dados de campo sobre a realidade dos sujeitos de fronteira, mas também corresponde aos meus olhares e relatos sobre essas viagens pelas fronteiras: territoriais, culturais e fotoetnográficas. Na mala, carrego um diário de campo, uma máquina fotográfica, cartões de memória e, acima de tudo, a curiosidade e a necessidade de uma pesquisa etnográfica ancorada nesse encontro sensível

com o outro. Assim, segue abaixo uma pequena descrição de quais lugares da fronteira proponho estudar.

Em viagens por Rivera, no Uruguai, encontramos os free-shoppings, verdadeiros não-lugares para os turistas e viajantes que ali se encontram para a prática do consumismo. Apenas marcos de concreto separam os dois países, sendo, pois, uma fronteira seca de acesso facilitado e constante entre as pessoas dos dois países, bem como é um local de enorme presença de pessoas de outras cidades que vão até esta fronteira para comprar. Nestes verdadeiros “templos” de consumo como os free-shoppings se encontram pessoas de diferentes nacionalidades, com diferentes interesses, mas estão comumente de passagem. No entanto, são muitas também as pessoas que vivem nesta fronteira e que compartilham todos os dias dessa realidade, entre este vai-e-vem comercial, eles vivem na linha fronteiriça constituindo, quem sabe, ali seu lugar antropológico.

Em Paso de Los Libres, na Argentina, não tem free-shoppings, mas encontramos mercados, cassinos e postos de gasolina que favorecem brasileiros, estrangeiros, que estão de passagem por esta cidade, ou que vivem em suas redondezas. Os alimentos, maior parte deles enlatados, são mais baratos na Argentina no contexto econômico atual e, por isso, circulam pelas mãos dos comerciantes, dos chibeiros², dos caminhoneiros, das donas-de-casa, de pessoas que usufruem da possibilidade de comprar mais barato do outro lado da Ponte Internacional, em Paso de Los Libres, na Argentina, estabelecendo, assim, um constante fluxo cotidiano. E neste simples ato de atravessar a ponte, tantas fronteiras são ultrapassadas.

Essas descrições remetem à realidade na qual estão imersas algumas discussões dos estudos em Ciências Sociais, em que levantamos calorosas discussões acerca das características da pós-modernidade: dos deslocamentos dos indivíduos, da construção e desconstrução de identidades, assim, da reflexividade do sujeito³. Em meio a essas inquietações das Ciências Sociais, em especial da antropologia, coloco meu trabalho no sentido de pensar e apreender como os indivíduos da região de fronteira, nas cidades de Livramento (BRA) /Rivera (URU) e Uruguiana (BRA) /Paso de Los Libres(ARG) se deslocam pelo espaço territorial, estabelecem relações a partir do seu cotidiano, por vezes desconstruindo a visibilidade dos marcos territoriais, em outros momentos reforçando a

² Chibeiros, também conhecidos como pasadores ou contrabandistas, é a denominação dada a quem trabalha com comércio ilegal na fronteira. Compram sem nota-fiscal por preços mais baratos e atravessam a fronteira para vender do outro lado.

³ GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. UNESP: São Paulo, SP; 1991.

existência deles. E, ao encontrar esses dados sensíveis e opacos do mundo social de fronteira, os moldo por meio da fotografia.

Fronteiras são espaços territoriais e simbólicos que sempre me causaram imensa curiosidade e motivação, por se tratarem de lugares dotados de particularidades. Não é por menos que estas regiões atraem o olhar de tantas pessoas: pesquisadores das mais diferentes áreas, turistas, comerciantes, etc. Pessoas que estão ali para satisfazer tanto suas necessidades econômicas, como para encontrar e dialogar com a realidade de outros sujeitos.

Assim, é importante ressaltar que o tema central deste trabalho gira em torno de um olhar possível sobre as fronteiras, no qual eu, como antropóloga-fotógrafa, por meio do diálogo e do encontro com os sujeitos fronteiriços, procuro identificar características que constituem uma “cultura de fronteira” (Hartmann, 2004), com ênfase ao espaço urbano e o deslocamento dos sujeitos. Ao identificar os aspectos culturais construídos pelos sujeitos de fronteira a partir do cotidiano, procuro entender como eles se movem neste espaço e se relacionam a partir dos marcos territoriais, discutindo a ideia de lugar antropológico e de não-lugar. Para apresentar e descrever as apreensões realizadas a partir do trabalho do campo, recorro à fotoetnografia⁴ (Achutti, 1997) como metodologia fundadora desta pesquisa, inserindo-a nas discussões da antropologia visual.

Tenho como objetivo principal desenvolver uma narrativa fotoetnográfica, baseada somente no uso de imagens para representar minha leitura sobre a fronteira e os deslocamentos dos sujeitos no seu dia a dia, partindo da observação deste andar a partir da perspectiva do movimento pela Ponte Internacional, que media a relação entre Uruguaiana e Libres, bem como a *linha* divisória entre Livramento e Rivera. Esta fotoetnografia não será apresentada durante o texto escrito, somente no terceiro capítulo na qual divido minha etnografia e os olhares possíveis sobre a fronteira.

Neste sentido, entendo que três “espaços de enunciação” (De Certeau, 1994) podem ser visualizados e analisados neste trabalho etnográfico: no ato de deslocar-se⁵ dos sujeitos de fronteira; no ato de produzir um texto escrito etnográfico e uma narrativa imagética, por mim.

⁴ O conceito de fotoetnografia vai ser aprofundado no segundo capítulo deste trabalho quando penso o uso de imagens na antropologia. Este conceito foi desenvolvido por Achutti (1997), que entende uma narrativa fotoetnográfica sendo uma série de fotos com relação entre si, e que façam parte de uma sequência de informações visuais.

⁵ Ao tratar do ato de deslocar-se das pessoas de fronteira, entendo estes deslocamentos a partir de suas escolhas cotidianas, ou seja, por que cruzam a ponte internacional em Uruguaiana/Libres, por que cruzam a linha divisória em Livramento/Rivera? Estes deslocamentos estão intrinsecamente ligados às suas ações do dia a dia, ao cruzarem a fronteira, ao se deslocarem no território a fim de trabalhar, estudar, comprar, passear, etc. Constituem estes espaços de enunciação, criam trajetórias, dão sentido para seu “caminhar”.

Mas, antes de adentrar na discussão sobre estes espaços de enunciação, não posso deixar de remontar algumas peças dessa engrenagem, do processo de descoberta e crescimento intelectual no mundo da antropologia⁶, estabelecendo a região de fronteira e a fotografia como campos⁷ permeados de sentido para minha vida. Por isso, descrevo abaixo alguns procedimentos metodológicos, talvez não ortodoxos, mas que a partir de vivências pessoais e de ligações com meu universo de formação humana e intelectual encontrem sentido no ir a campo, ouvir (e fotografar) e construir um discurso sobre ele – sobre a fronteira.

Lembro-me perfeitamente do quanto escrevia em diários quando criança e adolescente. Eles eram companheiros de cabeceira de cama, de horas de solidão na madrugada, cúmplices dos sonhos absurdos, quando olhava para a janela e lá fora via pouca coisa além da estrada de chão. Mas quantas coisas eu era capaz de escrever naquelas linhas repletas de necessidade de ver e sonhar com o mundo, do meu jeito. Naquela época, jamais imaginei que fazer um “diário” seria parecido com um método científico já consagrado pelos antropólogos, que se lançaram no mundo em busca de entender o outro, o “exótico”. Talvez exóticos fossem seus próprios diários de campo, levando em conta que eles “nada” mais são do que um discurso construído por um recorte sobre a realidade apreendido pelo antropólogo e autor, imerso no seu exercício de subjetividade. O antropólogo Bronislaw Malinowski⁸ pode ser tomado como exemplo do quanto o diário pode e deve ser um “ente”, aquele companheiro do momento mais intimista do pesquisador. No entanto, reconheço que o meu diário na cabeceira da cama, trata-se de uma escrita confessional, podendo constituir-se como um gênero literário; já o diário de campo é uma ferramenta de registro, um método de apreensão dos dados do mundo social e que estive comigo neste andar pelas fronteiras.

Assim como me lembrei do diário quando adentrei no mundo das Ciências Sociais - mais especificamente no fazer antropológico -, também me veio à mente a figura do desbravador. Aqueles que li na minha infância, nas histórias literárias de ficção, ou então, nas aulas de história na descoberta das “Américas”, das “Áfricas” e mais uma vez a descoberta do

⁶ É importante destacar desde já que minha formação está centrada no curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo. A antropologia entrou de fato no meu percurso acadêmico no mestrado, no entanto, desde o curso de jornalismo tenho tido contato com autores e pesquisas relacionadas à área de Ciências Sociais, não sendo totalmente desconhecidos os métodos e as teorias discutidas na antropologia.

⁷ Entenda-se aqui campos tanto no sentido de lugar da pesquisa - no caso do meu trabalho, o campo é a fronteira, quanto de campo do conhecimento, no caso, a fotografia.

⁸ Cito Malinowski, já que seu diário de campo foi publicado posterior a sua morte, causando um grande desconforto na academia, devido a muitos comentários pessoais que o antropólogo fazia da população com a qual estava trabalhando. Muitos desses relatos estavam impregnados do julgamento pessoal do autor, que, sozinho por um bom tempo numa terra “estranha”, encontrou no diário a maneira de refugiar-se dos seus próprios conflitos existenciais durante seu trabalho de campo.

outro. O desbravador que literariamente, ou historicamente, desce do “navio”, carregado de vivências de um mundo “civilizado” e, de repente, vê-se frente ao denso verde de matas, à dourada pele dos nativos, à água salgada de outros mares, ou seja, um mundo diferente e distante do seu. Por meio desta figura, busco dar sentido às nuances do nascer, do crescer e do ser um antropólogo-desbravador, que avança na direção da cultura do outro, portando os valores de sua própria cultura, tendo que driblar as diferenças, quem sabe o pouco conhecido, as dificuldades de colocar a máquina fotográfica em campo.

Também, não poderia deixar de invocar a imagem do viajante que, carregando na bagagem a necessidade de ir para além da estrada à sua frente, do possível olhar da janela do ônibus, do sobrevoar do avião, leva na mala sua cultura e, ao entrar em contato mais uma vez com o outro, que é diferente de si, traz um pouco deste. Traz por meio dos tradicionais cartões-postais, das lembranças, dos *souvenirs*, mas principalmente das vivências compartilhadas por sujeitos de universos simbólicos diversos. A metáfora desta personagem vem ao encontro do que entendo e encaro como o antropólogo – viajante, pois, definiria Clifford Geertz (2001: 37), referindo-se ao trabalho dos cientistas sociais: é “um sistemático desfazer de malas no mundo conceptual onde vivem *condotiere*, calvinistas ou paranóicos”.

Por último, a fim de completar os pilares sobre os quais acredito estar ancorada minha formação como pesquisadora da área das Ciências Sociais, remeto minha discussão ao que Kluckhohn (apud Geertz, 2001) diz sobre a antropologia: “que é uma licença intelectual para caçar no terreno alheio”. Coloco este pensamento lado a lado com o que discorre Flusser (2002: 29) sobre a postura do fotógrafo, como um caçador na floresta densa da cultura.

Ao fotografar, ele avança contra as intenções da sua cultura. Por isto, fotografar é um gesto diferente, conforme ocorra em selva de cidade ocidental ou cidade subdesenvolvida, em sala de estar ou campo cultivado. Decifrar fotografias implicaria, entre outras coisas, o deciframento das condições culturais dribladas. (FLUSSER, 2002: 29).

Podemos pensar, a partir dessa citação, que o trabalho do fotógrafo, bem como o do antropólogo, está diretamente ligado às diferenças culturais que são percebidas em cada contexto em que se encontra o pesquisador. Cabendo, pois, ao antropólogo – fotógrafo a partir da interação com o outro - realizar uma leitura sobre o campo, entendendo que as relações e os significados não estão dados, mas sim, são estabelecidos no momento dessa interação, em contextos específicos de espaço, tempo, sujeitos, etc. Também, o autor Zunzunegui (1992: 134) usa a analogia do fotógrafo e do caçador ao dizer que, com a câmera, o fotógrafo porta

um poder fático que corresponde a um *voyer universal* (grifo do autor), em que o mundo é entendido como um território de caça, dividido entre os grupos: observadores e observados.

Deixando-me mover pelo sentimento de que as “piscadelas”⁹, discutidas por Geertz (1989), podem e devem ser apreendidas nas mais variadas estruturas significantes, sempre me pus como uma pesquisadora que necessitava desses quatro pilares: o diário, o sentimento de um desbravador, as motivações de um viajante e a perspicácia do caçador. Esses pilares, que também entendo como marcas metodológicas, podem ser vistos como literários, mas trago, nesta discussão inicial do meu trabalho, como metodologias cabíveis neste ir “a campo”, dar “ouvido ao campo” apreender as relações dos sujeitos neste campo. E creio que tudo isso, nada mais é do que atravessar fronteiras.

Vem ao encontro dessas discussões sobre os passos metodológicos discutidos por Roberto Cardoso de Oliveira (2000) sobre o olhar, ouvir e escrever no trabalho de campo. Segundo, o autor, o olhar em campo depende de sua domesticação teórica, ou seja, vamos a campo impregnados com o que já lemos e estudamos a respeito daquela cultura, do grupo e por isso ao ir à campo, nosso objeto já foi alterado pelo maneira como já foi visualizado. Complementar ao olhar, para o autor, está o ouvir em que as explicações nativas devem ser apreendidas a partir de um ouvir todo especial. Ao ouvir o informante o pesquisador exerce um poder extraordinário sobre o mesmo, no entanto é importante para o etnólogo estabelecer uma relação dialógica com o interlocutor, ao transformar este possível “*confronto* em um verdadeiro “encontro etnográfico” (Cardoso de Oliveira, 2000:24, grifo do autor). Já a terceira etapa sugerida pelo autor está em diálogo com o que Geertz propõe pensar no trabalhar “estando aqui”, ou seja o trabalho intelectual da escrita. Assim, o olhar e o ouvir fariam parte do “estar lá” e o escrever o “estar aqui”. E neste ir e vir à campo e do campo tantas fronteiras estão comumente intrínsecas na nosso caminho teórico e empírico.

Neste texto encontram-se as fronteiras que estão no limite dos Estados-nação. Fronteiras que são também simbólicas e se diluem gradativamente ao se moverem cultura, interesses, necessidades dos sujeitos que, na fronteira territorial se encontram, deixam as permeabilidades serem possíveis, e os enfrentamentos serem “in” visíveis. A fronteira da

⁹ Geertz, no livro *Interpretação das culturas*, usa o exemplo das piscadelas, proposto por Gilbert Ryle, ao falar de descrição densa, para discutir os diferentes sentidos que podem ser atribuídos a um simples piscar de olhos. Para uma determinada pessoa, a piscadela pode corresponder a um aviso, para outro é um sinal de paquera, para um terceiro, pode ser o entendimento de um tique-nervoso. Enfim, cada pessoa se apropria deste sinal para o que lhe convém como entendimento da situação. Por isso, o autor salienta que o objeto da etnografia está na descrição densa, numa estrutura significativa na qual “tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios de imitações são produzidos, percebidos e interpretados, e sem as quais eles de fato não existiriam” (Geertz, 1989:17).

própria pesquisa teórica e empírica. As fronteiras dos “espaços de enunciação”, ancorados na observação dos deslocamentos dos sujeitos do campo de pesquisa, na transcrição destas observações por meio do texto escrito e do texto imagético. As fronteiras do ato-fotográfico, ao estabelecer um diálogo entre a técnica, o conceitos e a estética. Por fim, as fronteiras do “caminhar” destes sujeitos, nas cidades de Livramento/Rivera e Uruguaiana/Paso de los Libres, que ao moverem-se pela territorialidade, criam percursos de significação nas suas relações sociais.

Para mim, essa fronteira, permeada de significâncias diversas, está ainda mais visível, no invisível ato-romântico de “escrever com a luz” (ou seria apenas fotografar?). Atravessar, nesse sentido, a fronteira do “aparentemente visível”, para propor outro olhar possível sobre o mundo. Um recorte que está impregnado da subjetividade do fotógrafo como “autor-humano”, que percebe, lê, representa e então reproduz discursos, reproduz à luz do seu próprio olhar sobre determinadas vivências. Interpretando palavras de Dubois (2004), atravessar as fronteiras do ato-fotográfico é perceber a tal “*pulsão metonímica* e literalmente *mobilizadora* da fotografia: parte de quase nada, de um simples ponto (*punctum*), de um singular-único, e ei-la que se espalha, afeta, invade todo o campo” (Dubois, 2004: 78, grifo do autor).

A partir da reflexão sobre os pilares metodológicos sobre os quais coloco meu trabalho, é momento de descrever como a fronteira entrou na minha vida. Assim, com a perspicácia, ou possivelmente “inocência”, de uma desbravadora e viajante, estive em uma fronteira pela primeira vez no ano de 2006. Naquele momento, participava do Projeto Rondon¹⁰ e tinha como trabalho registrar, por meio de um documentário, os alunos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) atuando em comunidades indígenas residentes nas cidades de Tabatinga (BRA), Letícia (Colômbia) e Vila Santa Rosa (Peru). No entanto, não me foi difícil perceber que esta tríplice fronteira continha nuances interessantes nas vivências destes sujeitos. As coisas por ali eram diferentes. Num primeiro momento, definiria, sem muitos rodeios teóricos, como “uma mistura” de gentes, de sotaques, de cores, de culturas. Pessoas que se encontravam na linha divisória – no limite político e territorial entre os dois países - no rio, nas embarcações, no mercado público. Encontravam-se na convivência cotidiana com outros sujeitos.

¹⁰ O Projeto Rondon é uma iniciativa do governo brasileiro, coordenado pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, onde alunos de universidades brasileiras podem atuar em diferentes comunidades propondo projetos de extensão. No ano de 2006, participamos do projeto Rondon na cidade de Tabatinga no Amazonas. Participaram da equipe três alunos da administração, que deram cursos de capacitação para os membros indígenas da cooperativa de artesanato e com os profissionais da prefeitura de Tabatinga. E ainda, a equipe contou com três alunos das Artes Visuais que atuaram diretamente na comunidade indígena de Umariáçu, em oficinas de artesanato indígena.

E foi nesse encontro com as pessoas que compartilhavam daquele espaço, que encontrei meu objeto de estudo. A partir daí, todos os meus esforços intelectuais e acadêmicos, tanto do meu trabalho de conclusão de curso no Jornalismo¹¹, como no Mestrado em Ciências Sociais direcionaram-se no sentido de entender os meandros das relações de fronteira, procurando ancorar minhas discussões na ideia de “uma cultura de fronteira”, em que sujeitos, ao se deslocarem, produzem significados, possibilitando compreender a noção de lugar e não-lugar.

Neste processo de descoberta, meu trabalho teve diferentes abordagens metodológicas e de entendimento do universo fronteiriço. Quando meu olhar ainda estava centrado sobre a perspectiva dos estudos na Comunicação Social, participei de uma pesquisa para analisar como alguns grandes veículos de comunicação¹², por meio de suas narrativas fotográficas, representavam as regiões de fronteira. Não foi difícil constatar que a fronteira é estigmatizada pela mídia, na medida em que as principais reportagens sobre este espaço tratavam de assuntos referentes ao tráfico de drogas, imigração ilegal, contrabando, considerando a fronteira como um lugar “privilegiado” para a prática da ilegalidade. Entendendo a dinâmica do Jornalismo, em que o que conta na maioria das vezes é o valor-notícia, ou seja, o que é mais imediato e consumido pelo público, o que “vende mais jornal”, não me cabe julgar se isso é certo ou errado. Mas coube a mim ir a campo - ir à fronteira - para mostrar que existem muitas coisas além destes estigmas norteados por aspectos negativos. A partir disso, em minha monografia de final de Curso de Jornalismo, propus narrar a fronteira por meio de imagens, levando em conta os aspectos culturais pelos quais os sujeitos trocam vivências intensas, nas cidades de Livramento (BRA) – Rivera (URU).

Avançando no universo de estudos da fronteira geográfica, neste momento, proponho-me a perceber esta região sob outra perspectiva, ancorada pelas discussões da antropologia. Entendendo que este meu “novo olhar” possível sobre as fronteiras pode ser discutido a partir da construção da ideia de lugar antropológico e não-lugar, do entendimento do que se caracteriza este espaço compartilhado por sujeitos que, ao atravessarem a Ponte Internacional

¹¹ Defendi minha monografia em dezembro de 2007, sob orientação do Prof. Dr^o Adair Caetano Peruzollo, com o trabalho intitulado “O Multiculturalismo presente nas entrelinhas do fotojornalismo: discutindo as potencialidades do texto icônico”.

¹² Durante esta pesquisa analisei reportagens sobre a fronteira realizadas pela Revista Isto é, e Veja, de 2006. Todas as matérias se referiam a processos ilegais como contrabando, ou então imigração.

em Uruguaiana/Libres e viverem na *linha*¹³, em Livramento/Livramento (URU), constroem significâncias para sua sociabilidade e sobrevivência.

Desta forma, no primeiro capítulo deste trabalho, busco travar diálogos com autores que conceituam e interpretam as possíveis significações do termo “fronteira”, seja ele no sentido territorial, seja no sentido simbólico. Por isso dialoguei com autores como Alejandro Grimson (2005) a partir de sua visão sobre a fronteira política, Jacques Leenhardt (2002) e seus conceitos com um olhar sobre a fronteira cultural, Luciana Hartmann (2004) que trabalha com a ideia de “Cultura de fronteira”, Orvar Löfgren (1999) e a fronteira como margem, como buraco negro, que, no entanto, move muita energia, Lia Osório Machado (1998) que entende a fronteira como fator de integração, já os limites como separação, Luciana de Andrade Mendonça (2005) e uma revisão sobre a classificação das fronteiras territoriais.

Além de discutir o termo fronteira, creio que seja importante cercar a análise proposta de conceitos sobre a noção de fluxo e limites. Para isso foi importante as discussões encontradas em Jacques Leenhardt (2002) que pensa os limites como um espaço de ajuntamentos e articulações, Ulf Hannerz (1997) que vê nos limites linhas de demarcação entre o que está aqui e lá. Já Fredrik Barth (2000) discute os limites no grupo étnico ao pertencer ao um grupo ou outro, para Orvar Löfgren (1999) pensar em limite é ver algo em torno da qual alguma coisa se define. No entanto, permeando toda essa proposta teórica os conceitos-chaves deste primeiro capítulo bem como da dissertação é a ideia de lugar antropológico e o não-lugar discutidos por Marc Augé (1994) a apropriação que as pessoas de fronteira fazem deste intenso deslocar-se, ainda, a partir de Michel de Certeau (1994).

Esta revisão teórica é desenvolvida sob à luz do meu trabalho de campo, a minha experiência das inserções em campo, em 2009 e 2010 nas cidades de Uruguaiana/Paso de Los Libres e nas cidades de Livramento/ Rivera. No primeiro ano procurei apreender por meio do contato com interlocutores, do encontro com o outro, como se movimentam, se relacionam estes sujeitos a partir do espaço territorial que lhes é conferido pela fronteira, me dedicando em entender e fotografar prioritariamente o lugar-antropológico, as demarcações territoriais e como as pessoas que vivem na fronteira a reconhecem. Já no segundo ano, foquei em uma possível leitura sobre o que seria este não-lugar, a partir do olhar do viajante, do turista, das pessoas de passagem pela fronteira.

¹³ Ao falar de *linha* neste trabalho, remeto seu entendimento ao conceito êmico do termo. Conceito este apreendido em campo, por meio dos relatos dos meus interlocutores que nomeiam o limite do estado-nação, o limite jurídico e político de um país como linha divisória. Voltarei a tratar deste termo com mais atenção no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, a proposta é pensar a imagem nas Ciências Sociais, mais em específico no papel da fotografia na antropologia visual. Para isso, parto da ideia de uma construção da solidez científica a partir de leitura do mundo por meio de formas simbólicas, tantas fronteiras que são ultrapassadas no ato-fotográfico. Neste sentido travo uma discussão tanto com autores da área da antropologia, quanto com autores da fotografia, como Arthur Omar (1997) que entende a fotografia como uma trama aberta no tempo, Boris Kossoy (1999) e a relação da fotografia e história, por isso a fotografia como testemunho de algo, Philippe Dubois (1993) que aborda o lugar do sujeito no ato-fotográfico e Vilém Flusser (2002), que aponta algumas intenções do fotógrafo. Além destes autores, procurei elencar autores da antropologia visual e suas perspectivas contemporâneas em relação ao uso da imagem nesta área. Entre eles Milton Guran (1998) se referindo ao reconhecimento da fotografia eficiente nas ciências Sociais; David MacDougall (2002) e sua proposta de enquadramentos do olhar na antropologia. Sylvia Caiuby Novaes (1998) e o entendimento da imagem como artefato social, assim como texto, no mesmo sentido Andrea Barbosa (2009) pensa na complementaridade entre imagem e texto na pesquisa. Ainda, Ana Luiza Carvalho da Rocha (1995) e a importância da imaginação criadora na solidez científica.

Mais do que isso: para o recorte do meu trabalho, procuro entender o conceito de fotoetnografia desenvolvido por Luiz Robinson Achutti (1997, 2004), quais seus procedimentos e interpretações na antropologia. Levando em conta ainda a discussão do antropólogo-fotógrafo como autor, no exercício de sua subjetividade, que constrói por meio de imagens discursos e maneiras de ler, ver, e descrever o mundo. Neste sentido, diante da proposta de se pensar a fotoetnografia como uma narrativa composta especialmente pelo discurso imagético, propus como estratégia metodológica não usar as imagens durante o texto, mas sim somente no terceiro capítulo.

No terceiro capítulo desta dissertação trago minha proposta de fotoetnografia a partir do exercício etnográfico nas regiões de fronteira trabalhadas. O capítulo é constituído apenas por imagens como leitura deste campo, do meu recorte sobre a fronteira, a partir dos conceitos de lugar-antropológico e não lugar, baseando na ideia de três olhares possíveis sobre esta realidade: o olhar sobre o lugar antropológico, assim a relação que os interlocutores que vivem na fronteira tem com o local; um segundo olhar a partir da perspectiva do viajante, do turista, das pessoas que estão de passagem por esta fronteira e por fim um olhar subjetivo e simbólico com fotografias que não mostram diretamente este espaço fronteiro, mas que contenham esses sinais de passagem, barreiras, limites e fluxos. A fotoetnografia estará

dividida entre estes três olhares, por isso cada bloco de imagens terá pequenos títulos introdutórios. Por fim, cabe ressaltar que minha intenção com este trabalho é exercitar o diálogo e a complementaridade entre a linguagem do texto etnográfico escrito e do texto imagético, por meio de uma fotoetnografia. Que os dois textos não sejam dependentes um do outro, mas que complementem a minha leitura sobre este universo da fronteira.

CAPÍTULO 1

Cruzando a Fronteira e entendendo seus limites: diálogos e interpretações

1.1 – Atravessando fronteiras e encontrando um campo de estudo teórico e empírico

Momento estranho em que uma sociedade fabrica espectadores e transgressores de espaços, santos e bem-aventurados colocados nas auréolas-alvéolos dos seus vagões. Nesses lugares de preguiça e de pensamento, naves paradisíacas entre dois encontros sociais (negócios e famílias, violências cor de barro), realizam-se liturgias atópicas, parêntesis de orações sem destinatário (a quem se dirigem portanto tantos sonhos viajadores)?

Michel De Certeau

A epígrafe transcrita acima assume, para mim, o tom de metáfora ao pensar os deslocamentos e as investidas no “andar” dos sujeitos de fronteira pesquisados neste trabalho. Também, ao andar do pesquisador-fotógrafo empiricamente envolvido na construção de sua leitura sobre o mundo. Ao pensar em espectadores e transgressores, coloco esses dois “mundos” a dialogar em diferentes espaços de enunciação – das trajetórias cotidianas na fronteira e da imagem –, mas com convergências e complementaridades de ideias e desejos, no sentido que, ao caminhar/fotografar, construímos trajetos, organizamos performances comunicativas, nos encontramos/desencontramos em muitas fronteiras. Mais do que isso, me permito dialogar por meio desta epígrafe com as questões levantadas por Marc Augé sobre as características da supermodernidade, e os conceitos de lugar antropológico e não-lugar. Diálogo que tentarei travar em toda linha teórica deste trabalho, seja pensando na fronteira, ou no fazer fotoetnográfico.

Os ínfimos ou concretos espaços permitem os deslocamentos de pessoas, com elas seus pensamentos e a materialidade de seus objetos, neste sentido, para mim, permitem pensar em dois conceitos-chave: o “lugar antropológico” e o “não-lugar”. E nestes espaços (territoriais e imagético) são produzidos os “sonhos viajadores”, no sentido de entendê-los como necessidades e apreensões dos sujeitos de fronteira e do fotógrafo, maneiras de “ver” o mundo a partir das escolhas cotidianas diante de oportunidades propostas pelo território, em específico a região fronteira; também, no caminho do pesquisador em processo e imerso em um processo; por fim, observando tantos processos sociais. Diante da leitura dessa metáfora, e a apropriação para meu objeto de estudo, segue, neste trabalho, o desvelar da caminhada de

uma pesquisadora-fotógrafa e de sujeitos “nativos” envoltos pelas necessidades de traçar caminhos e de dar sentidos para a vida. Em tudo isso, a passagem de fronteiras. Uma fronteira que é por mim pensada, especialmente, a partir das demarcações territoriais e simbólicas e das implicações destas na vida dos sujeitos.

Antes de adentrar na proposta teórica deste capítulo, acredito ser importante a retomada de como a fronteira passou a fazer parte da minha vida, assim da minha perspectiva de pesquisa teórica e empírica. Essa história começa em uma tríplice fronteira. Tabatinga, no Brasil; Letícia, na Colômbia; Vila Santa Rosa, no Peru. Era minha primeira vez em uma fronteira. Entre as cidades de Tabatinga e Letícia, a fronteira é demarcada por pequenos marcos retangulares de concreto e uma rua conhecida como “Avenida da Paz” liga as cidades. Lembro-me, perfeitamente, sensação de, ao atravessar uma rua, estar no território de outro país, especialmente na Colômbia, que conhecia somente pelos seus aspectos negativos de violência e tráfico mostrados pelos meios de comunicação. Perto dali, nas águas do Rio Solimões, encontra-se a outra fronteira, agora entre Brasil e Peru. O contato entre os dois países acontece por meio de embarcações que, durante todo o dia, fazem o transporte de passageiros, de um lado para outro das margens.

Permaneci neste local por doze dias, quando participava do Projeto Rondon, em fevereiro de 2006. Imediatamente, as nuances das relações estabelecidas e vivenciadas naquele espaço chamaram a minha atenção e despertaram a curiosidade de entender aquele lugar, em especial o deslocar-se daquelas pessoas de um lado para outro e então seu encontro na fronteira. Certamente, naquele primeiro momento, tratava-se de uma realidade muito exótica para mim, uma vez que nunca havia viajado além da região Sul do Brasil. O encontro e a convivência cotidiana de várias etnias e pessoas de diferentes países era muito interessante e peculiar diante do mundo em que eu estava inserida. Ali, viviam índios Tukunas brasileiros e colombianos, pessoas de pele morena - brasileiros/colombianos/peruanos -, que dialogavam por diferentes línguas e sotaques, por meio de tantas trocas culturais e materiais.

Foi no mercado público de Tabatinga que concentrei meus esforços para observar aquele lugar, quem sabe um pouco da vida das pessoas. Eu e colegas do projeto chegávamos cedo todos os dias para acompanhar a movimentação do mercado, que localiza-se às margens do Rio Solimões, acima de escadas que, como uma arquibancada, estavam voltadas para o rio. Neste local, encontravam-se pessoas dos três países daquela fronteira, uma parte delas tinha estabelecimentos comerciais em áreas cobertas, mas a maioria, eram comerciantes que

vendiam seus produtos a céu aberto, em bancas, ou até mesmo no chão. Colombianos atravessavam a Avenida da Paz, chilenos atravessavam as águas do rio e, no mercado, encontravam-se com brasileiros: índios, brancos ou mulatos, para comercializar produtos, trocar experiências e conhecer outros sujeitos, assim como outras perspectivas de vida.

Lembro-me também do dia em que atravessamos o Rio Solimões, por meio de uma embarcação cedida pelo exército, para conhecer a Vila Santa Rosa, no Peru. Do outro lado da margem encontramos uma pequena vila de cidadãos peruanos, a maioria deles tinha como atividade a pesca. Apenas duas ruas cortavam o vilarejo. No entanto, era curioso a quantidade de bares que disputavam freguesia lado a lado. Não foi difícil perceber que se tratava de um lugar “exótico” para muitos turistas, especialmente, americanos e europeus, que ali se refugiam depois de atravessar várias “fronteiras”. Durante a manhã que estivemos na vila St. Rosa, visitamos pequenos estabelecimentos comerciais e, em um deles, encontramos, em meio aos produtos expostos, uma camiseta do time gaúcho Grêmio, fato que nos gerou uma grande surpresa, uma vez que estávamos no meio da Amazônia, no lado peruano. Esta situação fez-me refletir que, ao atravessar pessoas por uma fronteira, com elas atravessam peças do vestuário, influências da sua alimentação, diferentes línguas, sotaques, ou seja, bens materiais e culturais que demarcam suas escolhas, na maioria das vezes independem dos limites do território e atravessam fronteiras fazendo parte do cotidiano de outros indivíduos.

Foi durante estes dias que eu, além de me deslocar por fronteiras territoriais, andei em um universo muito diferente do meu - teria então encontrado, na região de fronteira, os meus “nativos”? A partir dessa primeira experiência, voltei impregnada de motivações e de ansiedades que dariam continuidade à minha trajetória acadêmica. Eu, que nasci numa pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, poderia ter-me interessado em estudar a imigração italiana, quem sabe a situação dos índios Kaingangues, embasando-me no que Bourdieu (2001) chama de *background cultural*, um capital cultural que nos envolve e pode determinar nossas escolhas, nossas relações identitárias. Mas precisava ultrapassar “fronteiras”, ir para mais longe¹⁴, e a sensação dos possíveis cruzamentos dessas fronteiras instigaram-me a conhecer mais a fundo o que havia encontrado naqueles doze dias na Amazônia. Posterior a este momento, comecei minhas investigações teóricas na comunicação

¹⁴ Quando falo em ir para mais longe, remeto ao sentido territorial, já que sempre quis sair de Charrua, ir para um centro urbano maior onde pudesse cursar uma faculdade, ter uma profissão que não fosse ligada às do campo, como meus pais. Mas, também, ir para mais longe significa ir ao encontro de um crescimento intelectual e, acima de tudo, ir ao encontro de outros lugares, outras culturas.

social, pensando como o jornalismo, em especial no fotojornalismo era mostrado a fronteira, para posterior apresentação deste projeto no curso de Mestrado em Ciências Sociais.

Ao descrever este primeiro momento numa região de fronteira, não posso deixar de buscar em Löfgren (1999) alguns sentidos para a escolha deste tema. Para o autor, as fronteiras são normalmente descritas como “terra de ninguém”, um “terreno vago” nas margens do nada. Contudo, ele lembra que esses lugares podem ser entendidos a partir da metáfora do “buraco negro”, que atrai grande quantidade de energia e de ansiedades. O autor acrescenta que nessa experiência de atravessar fronteiras nacionais surgem polaridades e tensões que são desafiadoras.

Incorporo esta reflexão no meu trabalho, visto que, ao imergir nos estudos sobre a fronteira e, principalmente ao estar nesses lugares, sempre me dou conta dessas ansiedades que surgem por meio dos encontros e dos desencontros quando cruzamos ou vivemos sobre uma fronteira, quando permitimos conhecer e compartilhar experiências com outros sujeitos. Essas ansiedades que se dão tanto no âmbito da relação estabelecida pelo pesquisador em relação ao seu campo, como também com as relações estabelecidas no cotidiano dos próprios sujeitos de fronteira, que diante de particularidades do território, moldam diferentes meios de sociabilidade e de sobrevivência. Certamente a fronteira por estar no “limite”, na “margem” do estado-nação passa a ser para a maioria da população este lugar exótico, com muitos olhares voltados para suas questões mais latentes como comércio, as trocas culturais, o contrabando e as contravenções sociais. Neste sentido, cabe a este trabalho desvelar de forma mais clara as particularidades dessas regiões e refletir o papel da fotografia nesta leitura antropológica.

Neste sentido, relato minha primeira inserção em campo em consonância com as reflexões de Lofgren (1999), para demonstrar de onde partiu meu interesse por este objeto – a fronteira. Foi a partir disso que se definiu meu campo de estudo – as (nas) fronteiras entre os Estados-nação. Para falar em fronteiras, tenho de ir muito além não só do sentido estritamente ligado ao territorial, mas também ao que tange o universo simbólico no conceito de fronteira, justamente por estar mostrando minha leitura sobre esta realidade de fronteira por meio de uma linguagem simbólica e polissêmica como a imagem.

Por este motivo, nesta pesquisa, trato de fronteiras territoriais entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai. Vem à tona, também, neste processo de amadurecimento intelectual e

científico, o atravessar fronteiras teóricas e empíricas, que representam, a inserção do pesquisador no campo e na apropriação de novas possibilidades de ver este espaço. Ainda, não posso deixar de entender as fronteiras culturais, no que pertence a um grupo e a outro, também como se interpenetram as visões sobre o mundo. Por fim, as fronteiras simbólicas, entendidas no cruzar nossos limites, se permitindo buscar outras maneiras de entender e apreender o campo de estudo, nossos interlocutores, e quem sabe, a nós mesmos.

Neste trabalho, as fronteiras territoriais a serem abordadas se localizam entre o Brasil e a Argentina, nas cidades de Uruguaiana e Paso de Los Libres; e entre o Brasil e o Uruguai, nas cidades de Livramento e Rivera. Essas duas regiões de fronteiras têm em comum algumas características que as identificam – aliás, que identificam maior parte das fronteiras territoriais brasileiras: o fluxo intenso de pessoas de um lado para outro; as trocas comerciais; as famílias binacionais que são constituídas muitas vezes sem levar em conta os limites do território; a apropriação do termo fronteira para o nome de estabelecimentos comerciais, jornais, produtos; a presença constante de árabes; a mistura de línguas e sotaques e, ainda, a construção do sentimento de pertencimento¹⁵ a um espaço híbrido e multifacetado.

Uruguaiana, no Brasil, possui em média 125 mil habitantes¹⁶ e conta com uma moderna estação aduaneira, próxima à Ponte Internacional, sendo esta aduana reconhecida com uma das maiores do Brasil. A presença das aduanas garante que o comércio sobre rodas da região do MERCOSUL passe, preferencialmente, por Uruguaiana. Assim, na cidade encontra-se o maior porto seco da América Latina. Está ligada à Argentina, na cidade de Paso de Los Libres, por meio da Ponte Internacional rodo-ferroviária sobre o Rio Uruguai, tendo uma extensão de 2,4 Km. Uruguaiana está situada em local estratégico num sistema de transportes que integram rodovias, ferrovias, portos. Isso significa que esta região representa um importante local de passagens de caminhoneiros, turistas, comerciantes, assim como boa parte da movimentação comercial do MERCOSUL. Neste sentido, uma das principais características dessa fronteira é um forte controle do estado, ou seja, um dos postos aduaneiros mais rigorosos em termos de fiscalização tanto do lado brasileiro, quanto

¹⁵ A primeira vez que percebi esse sentimento de pertencimento foi quando conversei com vários colegas e amigos da faculdade que eram de Uruguaiana e Livramento. Quando indagados sobre sua cidade de origem, a resposta, na maioria das vezes era: *Eu sou da fronteira*. Só depois o nome da cidade era mencionado para identificar a qual fronteira eles estavam se referindo.

¹⁶ Dados obtidos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, constando como estimativa populacional de 2010. <http://www.ibge.gov.br>

uruguaio, com forte presença da Polícia Federal. Fato que determinará diretamente os deslocamentos e fluxos dos meus interlocutores pela fronteira.

Do outro lado da Ponte Internacional, encontra-se a pequena cidade argentina de Paso de Los Libres, com pouco mais de 40 mil habitantes. Uma cidade que tem no comércio sua maior movimentação econômica. Libres, como é chamada, é um ponto estratégico para brasileiros e viajantes de outras nacionalidades fazerem compras por um preço mais barato – levando-se em conta o contexto cambial atual, que torna o real mais valorizado frente ao peso argentino em relação ao dólar -, especialmente queijos, cervejas, azeites de oliva, vinhos, alfajores, torrones e roupas. Além disso, a cidade conta com dois grandes cassinos aos quais muitos brasileiros frequentam, a fim de jogar, divertir-se e encontrar-se com amigos, já que no Brasil essa prática não é permitida.

As outras cidades de fronteira que estou estudando são Livramento e Rivera, que representam dois dos núcleos urbanos mais importantes da fronteira entre Brasil e o Uruguai, com uma população acima de 180 mil habitantes. O limite territorial entre os dois países é demarcado por ruas e por marcos de concreto que estão dispostos pela extensão territorial da fronteira: na cidade, os marcos são de tamanho menor, com uma altura aproximada de um metro, normalmente centrados em canteiros, muitos deles escondidos em meio ao avanço de bancas de camelôs. Já no interior e em alguns pontos mais altos da cidade, há marcos de concreto de grande porte, com mais de dois metros de altura, tendo de um lado a inscrição com o nome do Brasil; do outro, a referência ao Uruguai.

Os marcos, que determinam o limite político e administrativo dos Estados-Nação, são identificados e reconhecidos pela população por meio da *linha*. Por isso, o conceito que uso sobre *linha* parte do conceito êmico, instituído pela população fronteiriça que reconhece na *linha*, a divisão entre os dois países, a demarcação territorial. É muito comum nessas cidades ouvir como referência para determinadas localizações, a expressão: “Em cima da linha”, “depois da linha”, ou seja, em cima do limite político entre os dois estados, na divisa entre os dois territórios. No entanto, esta linha como ressalta a maioria dos interlocutores é uma “linha imaginária”, pois as cidades estão tão fortemente ligadas e seus habitantes compartilham seu dia a dia, que é difícil por vezes reconhecer onde começa, onde termina esta “fronteira”. É justamente, diante dessa dificuldade de reconhecimento da fronteira, que entra o papel fundamental de compreensão da realidade cotidiana da população fronteiriça.

Na ponte internacional e pelos marcos de concreto, cruzam e encontram-se sujeitos, que, na fronteira, estabelecem seu lugar antropológico, ou então, um não-lugar. Mas antes de entrarmos a fundo na realidade dessas duas regiões, tenho que travar diálogos sobre os possíveis conceitos e interpretações do termo fronteira e do pensamento teórico de Augé (1994) sobre a supermodernidade.

1.2 – Pensando o lugar e o não-lugar na fronteira: Limites e permeabilidades

Proponho-me, neste momento, começar um diálogo com Augé (1994) tentando pensar como se aplicaria os conceitos da supermodernidade na realidade de fronteira que venho observando nestes dois anos. Especialmente um olhar aproximado com a fronteira urbana, seus fluxos cotidianos ligados ao consumo e a circulação de pessoas. Augé elabora uma discussão em torno da antropologia do próximo, ou seja, se antes os antropólogos se voltavam aos estudos de sociedades “exóticas”, distantes da realidade em que viviam, hoje a “superabundância factual”, a “aceleração da história”, os fluxos de tempo e as mudanças de espaço, fazem com que antropólogos se voltem para horizontes mais familiares, pois, segundo o autor é justamente neste mundo contemporâneo e suas transformações aceleradas que atraem o olhar antropológico. Assim grandes centros urbanos, aglomerações de população, fluxos de pessoas e de comunicação passam a ser alvo de pesquisas antropológicas.

Neste sentido, o autor, desenvolve seu pensamento teórico no entendimento das três principais transformações, na supermodernidade: O tempo, o espaço e o indivíduo. A primeira delas é a questão do tempo. De que forma percebemos o tempo nos dias atuais, e como o usamos neste novo contexto da supermodernidade? Para o autor, sentimos uma necessidade intensa de dar sentido ao tempo presente, que rapidamente se transforma em passado, devido ao ritmo acelerado das coisas, e isto representaria o resgate de uma superabundância factual, pois, a história está acelerada. E essa aceleração corresponde para Augé (1994:31) “uma multiplicação de acontecimentos”, em que esta superabundância da factualidade seria o verdadeiro problema, na medida que, temos um excesso de informações todo instante, bem como, muitas interdependências inéditas do que se pode chamar de “sistema-mundo”. Ou seja, a supermodernidade, estar envolta por uma característica essencial que é o excesso.

Com este novo contexto é importante se pensar no tempo. Um tempo sobrecarregado de acontecimentos, de informações, de circulação e de consumo. Um tempo que apresenta maior expectativa de vida. Um tempo que se caracteriza pelo seu excesso, onde temos que aprender a administrar este “novo tempo” envolto de tantas possibilidades e contradições:

Do ponto de vista da supermodernidade, a dificuldade de pensar o tempo tem a ver com a superabundância factual do mundo contemporâneo, não com a derrocada de uma ideia de progresso há muito tempo em mau estado (...) pois é da nossa exigência de compreender todo o presente que decorre nossa dificuldade de dar sentido ao passado próximo. (AUGÉ, 1994:33).

É a partir dessa leitura sobre o excesso do tempo que penso também a fronteira, suas possibilidades e contradições. Uma fronteira que diretamente está influenciada pelo ritmo acelerado do consumo, da circulação de pessoas e de bens. Ainda assim, uma fronteira que é caracterizada como à margem de outro “tempo”, à margem de um território nacional, que por meio de suas formas simbólicas demonstra um outro ritmo temporal no cotidiano dessas pessoas.

A segunda transformação abordada por Augé (1994) na supermodernidade é do espaço: o excesso de espaço. Neste sentido, pode se pensar nas transformações dos meios de transportes cada vez mais rápidos e eficientes; das maneiras de comunicação e circulação de informações cada vez mais rápidas, e que abrange o maior número de pessoas. A possibilidade de nos lugares mais remotos termos acesso por meio da televisão e até mesmo da internet dos acontecimentos do outro lado do mundo, assim as dimensões espaciais tem de ser repensadas. A questão do espaço se torna concreta quando pensamos nas concentrações urbanas, transferências de população e para o autor, especialmente, na multiplicação dos não-lugares. Assim, podemos pensar nas fronteiras: as territoriais e as simbólicas empreendidas nesta leitura de tempo/espaço.

E é no entendimento desses não-lugares e do lugar antropológico que se apóia minha leitura sobre a fronteira. Esses não-lugares que se opõe à noção sociológica de lugar, quando a cultura está localizada no tempo e no espaço. Enquanto o lugar antropológico cria um social orgânico, os não-lugares criam a sensação de tensão solitária. Os não-lugares

(...) são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens, quanto os próprios meios de transportes ou grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta. (AUGÉ, 1994:37)

Neste sentido, o não-lugar pode ser entendido por meio de duas realidades que se complementam, porém são distintas. São os espaços determinados para certos fins, como transporte, trânsito, comércio, lazer. E a segunda realidade é a relação que os indivíduos têm com estes lugares. É neste segundo sentido que mais dou atenção a minha leitura sobre a fronteira. Assim, o autor afirma que temos que aprender a pensar o espaço, já que não temos mais as dimensões exatas do mundo que pensamos estar vivendo, um mundo repleto de

fronteiras, de fluxos, de limites na qual precisamos ter um novo olhar. Esses não-lugares correspondem, segundo o autor, às medidas de sua época, constituem lugares de passagem, que incitam à individualidade dos sujeitos, dando noção de solitário e efêmero. No entanto, não podemos deixar de entender o não-lugar, também, por vezes como lugar, pois, para o autor, um não-lugar nunca se dá de forma pura, sendo uma polaridade fugidia do lugar, em que se vê o jogo das identidades e das relações.

Como podemos pensar, então, o lugar antropológico? Para Augé (1994) o lugar antropológico, é a ideia de construção concreta e simbólica do espaço, que tenta dar conta tanto das contradições da vida social, como ao que diz respeito à noção de um lugar “por mais modesto e humilde que seja”. O autor ressalta, esses lugares apresentam princípio de sentido para quem os habita e sentido de inteligibilidade para o observador. Indo mais adiante, é importante levar em conta as características em que estão ancorados estes lugares: são identitários, relacionais e históricos.

A identidade, observada pela construção deste lugar antropológico, pode ser vista sobre o conjunto de possibilidades e prescrições que, neste lugar, ao mesmo tempo em que é espacial, é também social: “Nascer é nascer num lugar, ser designado à residência. Nesse sentido, o lugar de nascimento é constitutivo de identidade individual” (Augé, 1994:52). Já pensando o lugar como relacional, temos de entender o que De Certeau (1994) fala de espaços de coexistência, em que elementos não ocupam o mesmo espaço, mas estão um ao lado do outro, numa configuração de posições. Neste mesmo lugar, podem existir elementos diferentes e singulares, mas podendo se pensar nas relações de identidade partilhada, ocupando lugares comuns.

Por fim, o lugar antropológico como histórico pode ser apreendido como portador de uma estabilidade mínima, garantida, segundo Augé (1994), pela identidade e pelas relações. O lugar antropológico é histórico, porque os sujeitos vivem na história: é um lugar que seus antepassados construíram, que habitantes povoam de signos que é preciso saber interpretar. Um lugar histórico que, impregnado de relações simbólicas, de práticas rituais, internaliza no sujeito que ali vive os sinais culturais que podem ser interpretados e re-significados.

Ao entrar em contato com essas propostas teóricas do autor, penso que, sobre determinados pontos de vista, a fronteira pode ser tomada como um “não-lugar”, em que transitam sujeitos movidos pelos mais diversos interesses, permitindo-se na fronteira ter um

lugar de passagem, não constituindo seu lugar antropológico, em que as mudanças de espaço e tempo devem ser consideradas, e que muitas vezes não podem ser dimensionadas, justamente por este fluxo cotidiano que não se constitui necessariamente numa construção de vínculos com o lugar.

Cidades como Uruguaiana/Libres e Livramento/Rivera são um espaço de fluxo intenso de turistas, comerciantes, viajantes, caminhoneiros, etc., que vão para estas cidades para comprar mais barato, para se divertir, ou apenas passam em virtude de seus trabalhos. Partindo de um olhar sobre esse fluxo de pessoas, a fronteira pode ser considerada um não-lugar, na medida em que corresponde a noção de uma transitoriedade efêmera. Já, ao pensar nos não-lugares como medidas de sua época pontuo espacialmente como eles seriam representados, assim vendo na Ponte Internacional (ponte que liga os dois países), na Baixada (camelódromo da cidade de Uruguaiana), no Buraco Fundo (região de intenso comércio em Libres) como estes não-lugares em que sujeitos viajantes e turistas circulam e consomem, sem criar vínculos identitários com o lugar. Em Livramento este mesmo olhar sobre os não-lugares se dá nos free-shoppings de Rivera e no comércio de Livramento. Por isso, minha concentração está em torno desses lugares – “não-lugares”, pensando no trânsito das pessoas por ali, através da imagem, em contraponto a outras realidades de campo que trarei tentando pensar o lugar antropológico. Pois como ressalta Augé (1994) os lugares e não-lugares fazem parte de duas polaridades, mas não se dão de forma separada, por isso, cabe a mim, entender a partir de que sujeitos, de que olhares estou pensando nesses dois pólos.

Estes espaços, assim como são não-lugares para o viajante, o turista, o caminhoneiro, podem constituir-se como os lugares antropológicos para o sujeito fronteiriço, que ali, naquele contexto, vivencia suas apreensões, conflitos e tensões vinculados ao cotidiano. Nesse sentido, procuro entender a Ponte Internacional, que media a relação entre dois países, como um não-lugar, levando em conta sua materialidade física, o ritual provisório e efêmero que os sujeitos realizam todo o dia ao atravessar – deslocar-se sobre a ponte. Ao mesmo tempo, a linha divisória nas cidades de Livramento-Rivera constitui um espaço de vivências compartilhadas dos sujeitos que ali, literalmente, em cima da *linha*, se encontram, vendem, tomam mate, caminham, moram, enfim, constituem seu espaço de afirmações de identidades e de relações. Entendo que a fronteira em si, independente de sua territorialidade, de sua materialidade que implica a demarcação, pode ser vista como um não-lugar, para os sujeitos

que usufruem desse espaço esporadicamente, e do lugar antropológico, para os sujeitos que ali vivem.

A partir desta revisão teórica junto aos conceitos de Augé (1994), se torna necessário posicionar minha visão sobre sua obra e como tento pensar estas categorias no meu trabalho de campo. De antemão ressaltando que penso em consonância com a teoria de Augé e proponho dialogar com meu campo empírico os princípios da inteligibilidade do lugar antropológico e dos não-lugares. Mais do que isso, creio que na fotografia, estas categorias tem que ser abordadas, pois esta superabundância factual, este presente que de imediato se torna passado e o excesso do tempo e do espaço, também fazem parte de uma discussão contemporânea em relação a própria produção de imagens.

As fronteiras induzem pensar numa constante passagem, onde se dá uma intensa comunicação, com diálogos e intercâmbios. Neste sentido, é preciso pensar não só no trânsito de um lugar, mas também no trânsito de situações e época. Pois, por meio do contato e das permeabilidades a fronteira é acima de qualquer coisa híbrida e mestiça. Se constituindo em regiões repletas de particularismos, que vão desde sua arquitetura, até os comportamentos e necessidades dos indivíduos. Pela proximidade territorial com os países vizinhos, temos um intenso compartilhamento de culturas, de línguas, de bens culturais e materiais, fazendo com que a fronteira seja mais este “entre” dois lugares, do que um lugar que se caracterize pelo mesmo sentimento de nacionalidade que temos, por exemplo, ao morar no centro do estado. Para pensar, a supermodernidade estes fluxos de comunicação, circulação e consumo, que são características dos não-lugares, me aproximo da realidade comercial da fronteira. Ali encontro meus informantes, práticas e necessidades que vão desvelando minha leitura do tempo e o espaço na contemporaneidade, mais do que isso, de pensá-los no discurso imagético.

A partir deste momento, se torna importante pensar a fronteira e seus conceitos e para ancorar a abordagem que darei seguimento em relação ao conceito de fronteira, trago um breve relato da história de vida de um jornalista “fronteiriço”, Nestor Garcia, mais conhecido como Chumbo, que mora em Rivera, no Uruguai. Por morar em Santa Maria e minha volta ao campo ter se dado a cada cinco meses durante este período de dois anos no mestrado, quando normalmente permaneci de 5 a 10 dias nas cidades, é importante entender as mudanças que ocorreram na vida das pessoas e especialmente na própria fronteira.

O jornalista Nestor, todos os dias se dedica à rotina das notícias numa emissora de rádio uruguaia e no jornal bilíngue *A Platéia*, de Livramento. Chumbo, já de cabelos brancos, é um jornalista formado pela “vida”. Economista por formação, atua como periodista desde 1968. Reencontramo-nos¹⁷ na Confeitaria City, na Avenida Sarandi, em Rivera, durante uma noite decisiva para os uruguaios, ao menos no que se refere ao futebol. A seleção uruguaia jogava com a seleção de Costa Rica, disputando uma vaga para o mundial de 2010¹⁸. Depois de duas copas sem representação, certamente era um marco importante estar de volta na briga pelo título mundial. Chumbo e eu sentamos em uma mesa do lado de fora do restaurante. Era uma noite quente e, enquanto brasileiros jantavam no lado de fora do estabelecimento, os uruguaios assistiam ao jogo da sua seleção no interior da confeitaria. Chumbo estava fazendo a cobertura jornalística do jogo e me convidou para acompanhá-lo, a fim de registrar a reação das pessoas diante do resultado.

O convite foi aceito de imediato e, em meio à observação do jogo por telões em bares, bem como à reação das pessoas pela rua, conversamos não apenas sobre a vida desse jornalista, mas também sobre o que ele conhece desta fronteira:

O mais interessante en la frontera, é que aqui sempre acontece alguma coisa diferente. É uma frontera muito interessante, sou apaixonado por este lugar. Neste momento, tenho me dedicado em estudar a época da ditadura militar que aconteceu dos dois lados. Mas é difícil, sabe, existem poucos documentos oficiais, e apenas muitas vivências das pessoas que relatam (Chumbo fala, em português, porém com um sotaque de quem é uruguaio de nascença).

O interesse pela ditadura fica mais claro quando Chumbo me contou um pouco do seu passado: foi preso político em 1971, no Uruguai, ao trabalhar em um jornal que criticava o governo militar. Por mais de um ano ficou aprisionado, tempo suficiente para lhe motivar a escrever e a contar os meandros da história da ditadura, ainda mais para ele que, sendo da fronteira, acompanhava as consequências do governo militar tanto no Uruguai, quanto no Brasil. Hoje, no entanto, evita ser lembrado por estes motivos, pela época da rebeldia contra o governo, preferindo ser conhecido como jornalista “entre fronteiras”, o que de fato ele é no seu dia a dia. Nosso novo encontro em 2010 se deu em Livramento, no jornal *A Platéia*.

¹⁷ Falo em reencontro, pois o conheci durante minha primeira estada em Livramento/ Rivera quando fazia meu trabalho de campo para a Monografia em Comunicação Social.

¹⁸ Vale destacar que meu encontro com Néstor se deu em 2010 na minha primeira ida a campo no mestrado, neste momento ainda estávamos nos jogos eliminatórios para a copa do Mundo, hoje, no entanto, passado mais de um ano, os jogos já foram realizados e o Uruguay chegou até as quartas de finais do mundial, sendo o time da América do Sul com melhor desempenho.

Percebo que a redação já está começando a ficar pequena para tantos profissionais de jornalismo, e Nestor que antes sempre estava sozinho no canto da sala escrevendo as notícias em espanhol, agora já divide espaço com mais duas jovens jornalistas. Se antes cabia ao jornalista escrever três páginas de notícias do lado uruguaio, agora, Néstor, juntamente com as duas novas jornalistas, escreve mais seis páginas em espanhol. Segundo, o jornalista o aumento das páginas se dá devido ao desenvolvimento acelerado de Rivera que com intensa movimentação comercial em torno dos free-shoppings, demanda novas necessidades, como por exemplo, empreendimentos com hotéis e cassinos que estão sendo feitos na região, tudo com o intuito de atrair mais viajantes turistas que vão até a região em função dos bons preços e a variedade de possibilidades de lazer e entretenimento na cidade. Contudo, Chumbo destaca que é difícil separar as informações de um lado e de outro, já que, por tratar-se de uma fronteira tão próxima, o que acontece no Brasil pode ter conseqüências no Uruguai, ou vice-versa. É o caso do fechamento da Santa Casa de Livramento. Sem recursos para manter o local, a prefeitura do município fechou o único hospital da cidade em outubro de 2009, fazendo com que muitas pessoas tivessem que procurar cidades vizinhas no Brasil para serem atendidas; as gestantes brasileiras passaram a ter seus filhos em Rivera.

Este acontecimento relembra uma história pessoal do jornalista. A ex-esposa de Chumbo, na sua primeira gravidez, tinha um convênio de saúde que lhe permitia fazer o parto em um hospital brasileiro. Assim ela o fez. No entanto, os dois são uruguaios: Chumbo e a esposa, mas não a filha, que ao nascer no Brasil, foi registrada como brasileira. Ao retornar para o Uruguai com a menina, o jornalista não sabia das implicações de ter registrado a filha no Brasil, não conseguindo registrá-la posteriormente como uruguaia. Por isso, até hoje, sua filha é brasileira, mesmo passando a vida toda em Rivera, estudando em colégios uruguaios, bem como fazendo faculdade naquele país. Devido à burocracia existente para se tornar *doble-chapa*¹⁹, a jovem optou por continuar com a documentação do Brasil.

¹⁹ *Doble-chapa* é o termo para designar pessoas que são portadores de dupla nacionalidade, podendo ser uruguaios ou brasileiros. Ou ainda para pessoas que não necessariamente tenham a documentação, mas que se reconhecem como *doble-chapa* por ter pessoas na família de ambas as nacionalidades. Ter a dupla-nacionalidade é muito comum nesta fronteira, devido à proximidade dos dois lados, em que grande parte das famílias tem algum tipo de ligação com o outro país. No entanto, o termo nem sempre foi aplicado às pessoas, ele foi criado na década de 60 pela prefeitura de Rivera, a fim de legalizar a circulação de carros de uruguaios que foram comprados e que estavam matriculados no Brasil. Assim, por meio de uma licença, os carros poderiam circular, também, por Rivera, mesmo sendo brasileiros. Mas o termo *doble-chapa* acabou estendendo-se para outros âmbitos, como na identificação das pessoas.

Eu agora tenho a carteira de identidade de fronteiriço. Já conhece? Não tenho os mesmos direitos de voto como os *doble-chapa*, mas posso viajar por onde quiser no Brasil. É importante pra gente que vive dos dois lados, praticamente. (Chumbo)

A partir desta situação, vale lembrar o papel do Estado-Nação, pois apesar de estarmos numa região de fronteira caracterizada essencialmente pela permeabilidade entre os sujeitos e suas relações, neste espaço também interesses políticos, econômicos e sociais de dois países diferentes estão em jogo. Assim, as implicações das leis e do entendimento da fronteira, como começo do Estado, refletem diretamente na vida das pessoas que ali vivem. Neste sentido, Lia Osório Machado (1998) evoca os significados inerentes à fronteira e limites. Para a autora, a fronteira é considerada uma fonte de perigo, até mesmo ameaça, pois desenvolve interesses distintos entre os governos dos países que a constituem e, assim, o limite jurídico do estado é criado e reforçado pelo governo central

(...) enquanto a *fronteira* pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, o *limite* é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais (MACHADO, 1998:41, grifos da autora).

No meu entender, são os limites impostos numa região de fronteira que atingem diretamente a vida das pessoas, como no caso da filha de Chumbo, que não possui dupla-nacionalidade pelas dificuldades encontradas nos processos burocráticos. No mesmo sentido, Jacques Leenhardt (2002) observa que essa imposição de limites independe dos anseios dos habitantes da fronteira, pois ao firmarem-se fronteiras territoriais, os “desbravadores” não intervêm sobre um território desabitado. Nesse espaço, populações tocam-se por meio de práticas ancestrais, constituindo o que o autor chama de *modus vivendi* - apontando uma definição prática e geográfica para a fronteira - para dar sentido à sua existência naquele lugar, que foge, muitas vezes, da percepção de topógrafos e dos governos. Os limites impostos e na verdade criados pelo próprio homem de fronteira, por meio do estado, é que pontua e diferenciam de certa forma os países, mas muitas vezes são desconsideradas pelas pessoas que cruzam pela linha todo dia, sem se dar conta que ali tem-se o limite entre dois estados políticos distintos.

Dialogando com essas discussões, trago a colocação de Chumbo que acredita que é do interesse de ambos os países terem pessoas com sua nacionalidade, ou até mesmo, o fomento à busca da dupla-nacionalidade, pois isso, segundo ele, favorece no resultado de eleições.

Afinal, quanto mais cidadãos votando, maiores são as chances de eleger determinadas pessoas e partidos. Chumbo reconhece que as permeabilidades e trocas são constantes no dia a dia, mas são os enfrentamentos de ordem econômica e política que alteram significativamente a vida das pessoas.

Lembrando de mais um exemplo, Chumbo fala do carnaval que, até o ano de 2000, era compartilhado pelas duas cidades. Os blocos carnavalescos saíam do lado brasileiro, atravessavam a Praça Internacional e desciam a Avenida Sarandi, de Rivera, onde a festa continuava noite adentro. Mas, devido ao interesse do lado brasileiro em também lucrar com esta festividade, agora o carnaval dos dois países se dá de forma separada. Assim como no carnaval, em vários outros aspectos podemos dizer que “Nem tudo é amor na Sarandi, mas há muito amor na Sarandi” (Martins; Chiappini, 2006:17). Faço essa referência lembrando que a Avenida Sarandi, no Uruguai, é a principal rua em que se encontram os free-shoppings e os restaurantes da cidade, tornando-se um dos principais pontos de encontro de turistas, comerciantes, viajantes e pessoas da fronteira.

Acompanhar Néstor Garcia pelas ruas de Rivera foi deveras interessante. Naquela noite do dia 19 de novembro de 2009, aos poucos os uruguaios preencheram de euforia a Avenida Sarandi, comemorando sua classificação no mundial. A festa foi tão grande que até parecia final da Copa do Mundo. Enquanto os uruguaios comemoravam exaustivamente, os brasileiros que jantavam, compravam ou passeavam por ali faziam algumas provocações ao país vizinho, já que agora as duas seleções estariam no mundial.

Futebol sempre é o momento que a fronteira fecha, mas é uma disputa saudável, sem grandes confusões, a não ser que nos encontramos no Mundial²⁰ mesmo, aí a segurança aí em cima na *linha* vai ter que ser maior. Mas, veja só, enquanto o Uruguai fez um gol, o jovem artista que retorce o arame olha para a TV e volta a desenhar um nome. Uma mesa de brasileiros aplaude o gol, mas provoca os torcedores uruguaios. Esse vai ser o diferencial da minha matéria esta noite, que achas? (Chumbo).

Eu, na verdade, estava achando aquele jogo de posturas assumidas pelos sujeitos fronteiriços – uruguaios e brasileiros - instigante. Mas, em meio a tudo isso, como conceituar, ou como interpretar o termo fronteiras?

²⁰ O mundial aconteceu em 2010, no entanto, o Brasil e Uruguai não chegaram a competir na mesma chave da competição, assim não teve um enfrentamento entre os países, o mesmo se deu com a Argentina. No entanto, o Uruguai foi o time dessa Tríplice Fronteira que se destacou diante dos demais indo para as quartas de finais.

A partir dos apontamentos feitos pela vivência do jornalista Chumbo, torna-se necessário, neste momento, ir ao encontro de autores que abordam os conceitos de fronteira nas mais diversas interpretações. Pois, todas as fronteiras além de serem marcos físicos e naturais, são acima de tudo simbólicas. Estes marcos que perpassam a natureza física e são referências mentais para guiar nossa leitura e percepção sobre a realidade. Segundo Sandra Jatahy Pesavento (2002:35) as fronteiras seriam produtos da capacidade mágica que o homem tem de “representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual (...) percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo”. Assim, podemos pensar que as fronteiras são, também culturais, fazem parte de um emaranhado social em que estabelecemos diferentes maneiras de classificação, hierarquia e limites. Conforme Pesavento, tendemos sempre a pensar a fronteira a partir do território e do político, por isso, ela é o encerramento de um espaço, que delimita um território e fixa uma superfície.

Alejandro Grimson (apud Hartmann, 2004) traz à tona duas visões sobre o que podemos entender por fronteira. Primeiro é apresentada uma visão romântica, na qual se pode perceber uma perspectiva integracionista essencialista. Em contraponto, surge a visão de uma variante pós-moderna, que marca a arbitrariedade da fronteira a partir da figura do cruzador. Entendo este cruzador como o sujeito fronteiriço que, por meio de uma perspectiva híbrida, é capaz de absorver e apreender as vantagens das culturas em que está transitando, sendo fluído, situacional e dinâmico. Este sujeito fronteiriço constitui-se a partir das relações cotidianas estabelecidas, das escolhas diante das oportunidades que cada cultura, ou seja, a cultura de um país ou outro. E as escolhas feitas a partir deste espaço híbrido são percebidas nas ações do dia a dia, como, por exemplo, dar à luz um filho num hospital brasileiro em vez do uruguaio, como fez a ex-esposa de Chumbo.

Com esta perspectiva vem ao encontro as ideias de Leenhardt (2002) que entende a fronteira como um local privilegiado de conflitos e tensões, constituindo-se num campo fértil de contatos e de negociações. Segundo o autor, a fronteira deve ser entendida mais como um espaço, do que como uma linha. Mais, também, como um sistema simbólico do que como um marco físico de concreto, uma ponte ou um rio. Nesse espaço existem sujeitos que, por suas vivências cotidianas e históricas, definem um marco de referências identitárias. Também para Pesavento (2002) a fronteira é um marco que limita e separa, apontando, assim, para sentidos socializados em que sujeitos se reconhecem.

Com isso podemos ver que, mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença. (PESAVENTO, 2002: 36).

Aqui, Pesavento reconhece que, ao falar-se do conceito de fronteira, temos que levar em conta os princípios de reconhecimento envolvendo analogias, oposições, ao mesmo tempo, correspondências de igualdade. Pois na fronteira e, também na busca de seus conceitos, estabelece-se um jogo permanente de interpenetração e conexões variadas. Para a abordagem que dou seguimento neste trabalho, torna-se importante pensar a fronteira como este espaço territorial demarcado, mas muito mais a partir de uma construção simbólica, das relações vivenciadas e concretizadas pelos sujeitos a partir de suas escolhas no cotidiano, e também este espaço que apesar das demarcações territoriais, é um espaço de fluxos, permeabilidades e encontros. Entretanto, reconheço e defendo a ideia de que a demarcação territorial e seus desdobramentos é o que define o movimento, a interpenetração, as vivências compartilhadas pelos sujeitos que ali transitam e reconhecem-se neste espaço de fronteiras. E as implicações da demarcação territorial e de se estar numa região de fronteira, ficou ainda mais evidente nesta minha última inserção em campo, ou seja, existe ali na fronteira – no posto aduaneiro – políticas e leis que exaltam muito bem o que se pode ou não fazer ao se transitar de um lado e de outro. Assim, nesse momento, para além de entender fronteiras, torna-se importante pensar nos limites. Os limites intrínsecos à materialidade do espaço territorial e, também, ao sentido simbólico da cultura como um processo.

Leenhardt (2002), ao pensar na fronteira mais como um espaço, menos como uma linha, retoma a definição da palavra limite, provinda do latim *limes*. O limite designa, para o autor (levando em conta a definição da mitologia grega), o caminho que separa dois campos, correspondendo a um espaço de ajuntamentos e de articulação. Assim, o limite é um “intervalo, uma margem, uma borda sem apropriação”, carregado dos valores políticos, simbólicos e até mesmo religiosos. Nesses limites que constituem espaços entre fronteiras, podemos ver muito mais saídas e vantagens, do que sinais de que algo está se encerrando, se fechando. Ao que entendo, o limite pela interpretação de Leenhardt corresponde ao conceito êmico de *linha*, o lugar de demarcação, à margem entre um Estado e outro; ao mesmo tempo, o lugar de encontro e de articulação entre os dois estados.

Para Ulf Hannerz (1997), ao falar de limites, somos remetidos à noção de descontinuidades e obstáculos, em que o limite é uma linha de demarcação, em relação a qual

uma determinada coisa está dentro ou fora. Já, Barth (2000), ao conceituar o termo limite, pensa em formas culturais selecionadas na organização social, entre o pertencer a um grupo étnico ou não. Ao falar de fronteiras étnicas, Barth traz duas descobertas: as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam; há relações sociais estáveis, persistentes e vitais que, segundo o autor, não apenas atravessam essas fronteiras, mas tomam como base o status étnico dicotômico. Pensando na perspectiva de grupos étnicos e suas fronteiras, cabe trazer à tona uma importante questão levantada por Barth:

Será que as mesmas pessoas, com os mesmos valores e ideias, não adotariam diferentes padrões de vida e institucionalizariam diferentes formas de comportamento, se postas diante de oportunidades diferentes oferecidas por ambientes distintos? (BARTH, 2000: 30).

Essa citação faz referência não necessariamente às influências do meio ambiente, mas às circunstâncias externas que os sujeitos têm que se reorganizar e acomodar. Para mim, isso é muito claro ao se falar das regiões de fronteira com uma dinâmica econômica e social, que faz com que sujeitos de um mesmo país adotem outras posturas e escolhas diante da possibilidade de estar nesta região, compartilhando da proximidade de outro país, assim, outras perspectivas de vida. É por estes motivos que Hannerz (1997) considera importante retomar os conceitos de Barth, já que os estudos do autor, na década de 70²¹, foram necessários para se pensar nos limites como algo através do qual é possível se dar contatos e interações.

Já para Löfgren (1999), a questão dos limites é a primeira a ser enfrentada ao se falar de fronteira. Segundo o autor, pensar em limite é pensar em algo que, em torno de alguma coisa, define, analisa e, ao mesmo tempo, reconstrói. Cada ambiente social ou época produz seu próprio mundo de fronteiras, tendo como base a necessidade de diferenciar. Para o autor, fronteiras são feitas para chamar a atenção e constituem um sistema de sinais culturais, tendo seus limites intrínsecos.

“The line drawn in the sand, the pause in the conversation, the door that must be opened, the ritual which has to be carried out, they all signal 'Look out, something is happening here!', something starts, ends, or is radically transformed (FINK, 1993 apud, LOFGREN, 1997)”

Conforme o autor, nessas pequenas deliberações do dia a dia, como uma pausa na conversa, numa porta a ser aberta, que se encontram os sinais culturais, esses limites que

²¹ Uso as ideias de Frederik Barth a partir de seu livro “O guru, o iniciador e outras variações antropológicas”. No entanto, sei que essas reflexões foram realizadas pelo autor muitas décadas anteriores, tanto que Hannerz lê Barth (1984).

demarcam o ir adiante, ou o permanecer. Mas Löfgren (1997) ressalta que algumas fronteiras culturais são interiorizadas desde cedo, não precisando de sinais de aviso, pois os limites já estão incorporados na concepção de mundo do indivíduo. Assim, ele propõe pensarmos numa pedagogia do espaço, onde é possível entender as diferentes formas de organização de experiências e identidades, ou seja, cada pessoa, cada comunidade constrói significados e estruturas condizentes com seus interesses e suas necessidades diante de um determinado espaço.

A pedagogia do espaço, segundo Lofgren (1997), está ligada à dinâmica de apropriação das fronteiras por cada sociedade em determinadas épocas. Assim, entendo que se, hoje, as fronteiras do meu estudo são lugares de permeabilidades, sendo possível defini-las muitas vezes como “Fronteira da Paz”, como na região de Livramento, nem sempre elas foram assim reconhecidas, sendo muitas vezes zonas de disputas e conflitos históricos por definição de terras, nem indo tão longe, posso pensar nessa minha última experiência de campo em que a fiscalização está cada vez mais forte na fronteira de Uruguaiana, devido ao tráfico de remédios que foi encontrado na região. O autor também ressalta que essas fronteiras estão muito além dos limites territoriais, estando envoltas em discussões como a fronteira entre o campo e a cidade, entre as diferentes classes sociais, etc. Pois, para o autor, falar fronteiras é tanto reconhecer marcadores de territórios, quanto este lugar de transições e passagens.

Depois de tomar o conceito de fronteira ligado aos limites, gostaria de pensar mais especificadamente da fronteira como um território. Para isso, trago a reflexão proposta por Martine Bergues (2004), no artigo “*Territories en questions. Pratiques des lieux, usages d’un mot*”. Segundo o autor, desde os anos setenta percebe-se um conteúdo social e cultural somado à noção de território. Estas concepções somam-se às ideias de Brunet (1991), que entende o território como uma implementação humana, sendo um espaço apropriado em dois sentidos, próprio a si e a qualquer coisa. Conforme Brunet, o território é a base geográfica da existência social, pois qualquer sociedade tem seu território, o produz e o reproduz. Nesse território, a sociedade dando sentido à apropriação que faz do lugar, assim como das vivências compartilhadas com outros sujeitos.

O território é próprio a si, no sentido que tem significado, despertando um processo de identificação e de pertencimento por parte dos indivíduos que ali moram, encontram-se, ou apenas cruzam por ele. A meu ver, a fronteira, sendo um território comum aos países que

compartilham de estranhamentos e permeabilidades, é um espaço que pode ser tomado como território construído. A partir dessa construção, sujeitos “híbridos” circulam por culturas de um lado e de outro, constroem sua existência social, por fim, determinando um “espaço fronteiriço”, sem deixar de ressaltar nesse encontro, as diferenças de ambas as nacionalidades. É importante ressaltar que este espaço fronteiriço, que entendo como o lugar antropológico na fronteira, se distancia da ideia de não-lugar, pois este estaria sobre o olhar de sujeitos que muitas vezes ao transitar por esta fronteira, não necessariamente se apropriam deste espaço fronteiriço.

Para Bergues (2004), há cerca de três décadas, com o enfraquecimento do papel desempenhado pelo Estado-Nação, as dinâmicas sociais tornaram-se objeto privilegiado de estudo. Assim, a noção de território é entendida por meio da observação da redefinição de identidades, da solidariedade local, das várias formas de interação e coordenação das partes interessadas. Em contraponto, alguns autores argumentam que a mobilidade das pessoas e da economia quebrou o papel fundamental das divisões geográficas, substituindo a solidariedade espacial de comunidades territoriais, pelos agrupamentos temporários de interesse.

Giddens (*apud* Bergues, 2004) salienta que a dinâmica da modernidade cria uma mudança nas relações sociais, porque os meios de operação e o saber-fazer são franqueados de sua inscrição territorial; assim, os indivíduos e os grupos estariam ligados ao acesso de uma rede social. Entendo que esta rede social é estabelecida a partir do contato para além da territorialidade, ou seja, indivíduos não precisam necessariamente estar sobre o mesmo território, no mesmo país para estabelecerem interações. Ao mesmo tempo, penso que, ao fazer parte de uma rede social, estes indivíduos não se desvinculam da perspectiva e da normativa de determinado lugar - país, região, estado, etc. Para mim, essa interpretação, em uma rede social, está diretamente ligada ao fato de que, ao atravessamos fronteiras, estabelecemos outro universo de fronteiras a serem transpostas, que talvez nunca o sejam. Fronteiras para além do espaço territorial, mas que condizem com os diferentes universos culturais, sociais, econômicos e políticos, que os agentes dessas interações fazem. E nessas fronteiras estabelecem-se novos limites, novos sinais culturais que nos fazem parar ou seguir adiante.

A fim de dialogar com essas abordagens teóricas elencadas acima, trago, nesse momento, um exemplo de atividades cotidianas vivenciadas pelos meus interlocutores de fronteira (a fronteira territorial), que dão mais sentido ao que tento entender como os

deslocamentos e as apropriações da territorialidade, neste caso, nas cidades de Uruguaiiana e Libres. Meu interesse está centrado em entender as oportunidades que o espaço de fronteira garante às pessoas que ali vivem, somando isso aos conceitos que são discutidos neste item do texto. Vem ao encontro dessas oportunidades da fronteira, a vida do casal Maria Elizabeth e Thelmo Gazola - frequentadores assíduos dos cassinos da Argentina. Os conheci por meio de uma amiga de Uruguaiiana, quando realizava meu trabalho de campo, em agosto de 2009. Já sabia de antemão que os Cassinos naquele país eram legalizados e, dessa forma, muitos brasileiros deslocavam-se até o outro lado da ponte para jogar.

O casal Maria e Thelmo frequenta os cassinos do país vizinho, no mínimo, três noites por semana. Junto a eles, muitas vezes vai sua filha Dani, que também confessa gostar das apostas. Antes de acompanhá-los até um cassino do outro lado da ponte, os visitei em casa, em Uruguaiiana, local onde o ritual de preparação para o divertimento da noite começa. Eles são um casal com pouco mais de 50 anos de idade. Thelmo é empresário, Maria é professora. Uma família com um nível de vida estável. Moram numa casa grande e muito confortável. No escritório da casa, ao lado da sala principal de visita, o casal diverte-se cada um em seu computador. Em mesas separadas entre estantes de livros, Maria e Thelmo, acompanhados da filha, fazem suas apostas em jogos virtuais. De acordo com os jogadores, esse ritual é importante para terem palpite para o jogo real que se dará logo mais na madrugada, num cassino da Argentina. Thelmo, muito atencioso, ensina-me como são as jogadas e os comandos para cada aposta, no entanto, confesso que não me atraiu tal divertimento. Preferi bem mais os jogos no clima do cassino. Roleta, pôquer e tantos outros jogos do azar são a diversão da noite dos jogadores, que, no ambiente dos cassinos, encontram velhos amigos de “jogatina” e aproveitam para fazer novas amizades.

Depois de algumas apostas virtuais, fizemos uma parada para comer pizza e nos preparar para a “noitada” no cassino. Fazia frio naquela noite. Marta vestia-se elegantemente com um casaco branco. Thelmo vestiu sua jaqueta jeans e, juntos com a filha Dani, uma jovem de pouco mais de 25 anos, saímos com destino a Libres. Fomos de carro e a primeira precaução que tivemos foi verificar se todos nós estávamos portando o documento de identidade, que seria cobrado ao passar pela aduana Argentina, do outro lado da ponte internacional. Durante a viagem até a Argentina, cerca de vinte minutos, a família contou-me que, além de atravessar a ponte internacional para divertir-se, também aproveitava para ir ao mercado, especialmente para comprar carne, que é mais barato naquele país. Da mesma

forma, passam em algum posto de gasolina, já que este produto também é mais em conta, sendo um dos principais produtos do chibo²².

Atravessamos a ponte e, ao chegarmos à aduana argentina, por volta das dez horas da noite, apresentamos nossas carteiras de identidade, informamos nosso destino e seguimos viagem. O cassino escolhido fica em uma das principais ruas de Libres, onde também se localizam bons restaurantes, por isso foi difícil conseguir uma vaga no estacionamento. Conseguimos estacionar o carro somente há duas quadras do local. Ao adentrar no cassino, que tem um restaurante em anexo, foi fácil perceber que a falta de vaga no estacionamento da rua se devia à grande quantidade de pessoas que frequentavam o lugar. Ao adentrar no cassino, algumas coisas chamaram-me a atenção: o barulho das máquinas de jogo; o colorido intenso do local, garantido pelos letreiros; desenhos; inscrições tanto nas máquinas, quanto nas paredes e tetos; a presença de um público mais idoso e, em especial, a presença de muitas mulheres idosas e solitárias.

Num primeiro momento, parece que todos os indivíduos que compartilham daquele espaço estão ali pelo prazer de jogar e encontrar outros sujeitos. Mas muitas pessoas jogam sozinhas e desacompanhadas. O único diálogo estabelecido é com algum atendente que traz bebidas e distribui o dinheiro das apostas. Algumas bebidas são servidas de graça para os frequentadores, como champanhe, em pequenas taças de plástico. Mas nem todas as pessoas se isolam diante das máquinas de jogo, muitas aproveitam o local para conversar com velhos conhecidos e amigos, ou, até mesmo, para conhecer novas pessoas. No entanto, nas entrelinhas dessa convivência desvelam-se algumas tensões.

Maria Elizabeth: Fizemos muitos amigos aqui, como o Jorge, que é argentino, amigo das antigas. Ao mesmo tempo, os argentinos não gostam muito dos brasileiros aqui não, e isso é muito claro na mesa de jogo, sempre acontece umas desavenças, um “tira-teima”, que pode até parecer brincadeira, mas tem um fundo de verdade. Eles não gostam de brasileiros mesmo.

Eu – Mas que tipo de brincadeiras?

Maria Elizabeth – É mais fácil, por exemplo, por qualquer probleminha eles colocarem os brasileiros para fora. Argentino sempre está certo aqui dentro.

Eu – Isso é verdade Jorge? Los hermanos argentinos no gustan de los brasileños, no? (Tentando hablar en espanhol/portunhol)

²² Chibo é conhecido nas regiões de fronteira como um comércio ilegal, sem apresentação de nota fiscal nos postos aduaneiros. As pessoas que vivem desse comércio são conhecidas como chibeiros, também, sendo chamados como passadores/pasadores.

Jorge: Son cosas que pasan aquí, y en otras situaciones también, mucho más que em fútbol (risadas). Pero tengo una gran amistad con esta familia. Nunca olvidará la fiesta de graduación de su hija que estaba en Ijuí. Puse mi familia aquí en la Argentina y me fui allí! Qué gran fiesta (risadas).

Esse diálogo, com Maria Elizabeth e com o amigo argentino Jorge, aconteceu durante uma partida de pôquer, em que eles tentavam me ensinar a “malandragem” do jogo. Juntos, na nossa mesa, jogavam mais brasileiros e argentinos. Percebo que, para alguns, a condição de estarem lado a lado era natural, já para outros a presença de pessoas do país vizinho incomodava. Assim, falava-se em espanhol mais rápido, ou escondia-se o jogo quando tratava-se de um jogador do outro lado. Diante disso, penso que existem vários aspectos proporcionados pelo espaço de fronteira que devem ser observados, pois ao mesmo tempo em que, ao passar pela ponte, os indivíduos encontram maneiras de se divertir, comprar mais barato, encontrar amigos, também encontram barreiras impostas pela própria nacionalidade, ou seja, pela diferente nacionalidade. Afinal, em alguns momentos mais do que ser um sujeito da fronteira, eles são brasileiros ou argentinos.

Para Hartmann (2004), fronteira denota, justamente, essa relação ambígua, de conflito e de integração. No mesmo sentido, encontramos os pressupostos de Grimson (2000), que sustenta a ideia de que o estudo da fronteira está ligado à quebra da noção de estático, de uniformidade e o estado não-relacional das culturas e identidades. Pois, segundo o autor, além da mescla cultural perceptível na realidade da fronteira, também não se pode deixar de analisar a perspectiva das alianças e dos conflitos sociais e políticos, condição inerente ao estar e ao viver numa fronteira.

Grimson (2005), ao analisar os conflitos econômicos e o agenciamento político nas cidades de Uruguiana e Libres, entende que as populações de fronteira são sempre tomadas como vítimas das políticas do Estado-nação, sem ser levado em conta nessa prerrogativa, que essas cidades são agentes ativos da própria construção de suas afiliações identitárias: “A través de las acciones de estos agentes e en sus interacciones como se van delineando y transformando las características de la frontera” (Grimson, 2005: 23). A fronteira pode não ser o centro do Estado-nação, mas é centro de discussão de práticas que definem a relação com o país vizinho.

De acordo com Pesavento (2002) é vital retomar o conceito de fronteira cultural, que corresponde a uma transcendência da geopolítica, remetendo “à vivência, às sociabilidades, às

formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias” (Pesavento, 2002:36). Essa perspectiva de fronteira cultural corresponde às maneiras como o homem vê o mundo, efetiva suas escolhas, produz e reproduz a cultura, buscando sentidos de reconhecimento e de pertencimento.

Em meu trabalho, proponho, neste primeiro momento, entender como se dão os fluxos cotidianos nas fronteiras de Uruguaiana/Libres e Livramento/ Rivera, levando em conta, especialmente, as dimensões culturais da fronteira, mas entendo que as dimensões políticas, econômicas e territoriais não podem ser ignoradas, pois determinam a ação dos sujeitos dentro desta realidade de fronteira. Penso, também, que a territorialidade e as demarcações - o fato de estar-se numa fronteira territorial - determinam os aspectos e as abordagens sugeridas pela fronteira cultural.

As cidades nas quais estou pesquisando mostram intensas particularidades por tratar-se de uma fronteira bem demarcada territorialmente pelo Rio Uruguai, na divisa entre Brasil e a Argentina, e a outra fronteira, separada apenas por uma *linha* entre Brasil e o Uruguai. Por isso, torna-se importante retomar algumas classificações de fronteira propostas por Luciana de Andrade Mendonça (2005). Conforme a autora, ao estudarmos fronteiras nacionais, podemos dividi-las de dois modos: “de *jure* (estática) ou de *fato* (dinâmica)” (Mendonça, 2005:117, grifo do autor). Quando falamos de fronteira estática, temos de pensar em territorialidade de um Estado. Para Marcano (1996), é o que se pode chamar de fronteiras lineares, que afirmam o território dos estados nacionais. Para maior compreensão, podemos nos valer de mais algumas classificações dentro dessa noção de estaticidade: as fronteiras naturais ou artificiais. A primeira é o caso das cidades de Uruguaiana/ Libres, separadas pelo Rio Uruguai. A segunda trata-se de uma *linha* imaginária traçada na superfície terrestre, como em Livramento-Rivera.

Já as fronteiras de fato, ou dinâmicas são aquelas marcadas pelas características de permeabilidade, ou seja, “fronteiras que não impedem a passagem de indivíduos humanos, da fauna ou da flora local” (Mendonça, 2005:118). Assim, o que faz uma fronteira nacional diluir-se é a sua força no aspecto regional, surgindo a ideia de fronteira de integração.

Para a fronteira dinâmica a delimitação funciona como um filtro para o contato, a influência, a independência e a identificação. (...) É um lugar de circulação para indivíduos de universos burocráticos, legais, culturais diversos. (...) Nesse sentido a integração se torna o segundo tema

interveniente nesta temática. Integração é o ato de unir, agrupar. É a situação insistir na permeabilidade entre as fronteiras. (MENDONÇA, 2005:119).

Essa citação, de imediato remete-me à realidade das duas regiões que estudo, pois ali, o encontro cotidiano de sujeitos dos dois lados da fronteira, e a identificação com um espaço permeável é a principal característica. A fronteira de Uruguaiana e Libres é natural, por ser demarcada pelo Rio Uruguai. Livramento e Rivera constituem uma fronteira artificial pela demarcação por intermédio de uma *linha* imaginária e exaltada na construção de marcos. No entanto, em ambos os casos, podemos perceber a identificação de fronteiras dinâmicas. As duas regiões são locais de circulação de indivíduos, com eles produtos e ideias sobre o mundo. Um mundo que pode ser muito diferente, quando sujeitos partem de universos sociais distintos, ao mesmo tempo, muito próximos por tratar-se de uma região fronteiriça de grandes permeabilidades.

Ainda em Michel de Certeau (1994), encontramos discussões sobre o paradoxo da fronteira, mesmo que num sentido não territorial, cabendo trazer à tona suas interpretações. Para o autor, fronteira pode ser compreendida como um lugar criado por contatos, com pontos de diferenciação e pontos comuns, assim, junção e disjunção são indissociáveis. Segundo De Certeau, o problema teórico e prático que circunscreve a questão da fronteira é “a quem pertence a fronteira?”.

O rio, a parede ou a árvore faz fronteira. Não tem o caráter de não-lugar que o traçado cartográfico supõe no limite. Tem um papel mediador. (...). Articula. É também uma passagem (...). Ela é um “entre dois” – “um espaço entre dois. (DE CERTEAU, 1994:213).

Na perspectiva de ser um terceiro, esse espaço entre dois, o autor diz que a fronteira pode ser vista como um jogo de interações - um vácuo -, representando símbolo narrativo de intercâmbios e encontros. A interpretação de ser um lugar terceiro, também pode ser encontrada nos estudos de Leenhardt (2002), que, ao falar de fronteira cultural, trata desse espaço como um novo lugar que se insinua. É por meio dessa abordagem conceitual que o autor dá margem para pensarmos nesse “terceiro” como um lugar de encontro de novos sujeitos, novas construções e perspectivas. Apropriando-me dessas interpretações, entendo que, nas regiões de fronteira que estudo, é muito presentes os processos de interação que permeiam as relações de intercâmbio existentes entre os sujeitos, que se apropriam da

realidade de fronteira e das vantagens dos dois lados, criando meios de sociabilidade e sobrevivência, pertinentes às suas necessidades.

Por fim, Oliven (2006) ressalta que este embaralhamento permitido nas regiões de fronteiras remete a um sentido de nacionalidade diminuído, mas, segundo o autor, ao contrário do que se pensa este sentido aumenta.

Há uma série de conflitos étnicos e nacionais que mostram como o território continua sendo uma força mobilizadora de sentimentos intensos. A criação de manifestações culturais mundializadas não significa que as questões locais estejam desaparecendo (OLIVEN, 2006: 212).

Conforme Oliven, com o processo de globalização, o local tornou-se cada vez mais importante, no sentido de que, para situarmos-nos no mundo, precisamos partir do nosso próprio território, por mais que seja difícil defini-lo, ou seja, o local ainda é um porto-seguro diante das relações mundializadas que nos são possíveis.

No entanto, mesmo sabedora da dificuldade que nós, como “nativos” e “pesquisadores” temos para definir nossos lugares, cabe-me neste momento ir a campo, exercitando o que Cardoso de Oliveira define como “olhar, ouvir, escrever” sobre as (nas) fronteiras, que me cercam de apreensões e de força mobilizadora para realizar muitos cruzamentos. E nesses cruzamentos de fronteira, desloco-me com os sujeitos que naquele lugar/não-lugar criam espaços de enunciação.

1.3 – “Atravessando a ponte – vivendo na *linha*”: fluxos do lugar ao não-lugar

O Deus que protege as fronteiras, Hermes, apresenta características bem particulares. Deus móvel, múltiplo, rompe-muralhas, guardião de portas, bi ou quadricéfalas quando ele é representado nas encruzilhadas, deus dos gonzos das portas, mestre das entradas e guia dos viajantes, testemunha dos acordos, dos contratos, das trevas e dos juramentos, Hermes é, também, um embrulhador de pistas e o condutor das almas aos Infernos. Hermes é o deus das passagens, da ultrapassagem dos limites mesmo quando ele simboliza a permanência delas.

Jacques Leenhardt, 2002

Depois de me cercar de conceitos e discussões sobre o termo fronteira e limite, é momento de ir mais intensamente ao campo e dialogar com os interlocutores, propondo em alguns momentos a me colocar em campo como interlocutora, especialmente quando evoco a passagem pelos não-lugares. Aprender, por meio do empirismo, como posso deslindar os significados e as maneiras de “olhar” para uma fronteira. No caso deste trabalho, em específico, duas regiões: Uruguaiiana (BRA) – Paso de Los Libres (ARG) e Livramento (BRA) – Rivera (URU), já mencionadas e definidas no item anterior. Duas fronteiras que apresentam particularidades muito próximas, no entanto, com características territoriais singulares, que influenciam nas experiências estabelecidas pelos atores sociais que ali vivem, que por ali passam. Entender, neste sentido, os deslocamentos dos indivíduos que, ao moverem-se sobre o território, criam espaços de enunciação impregnados de significado, por meio de fluxos cotidianos. Com intuito de dar sentido prático às noções teóricas que serão discutidas, trago algumas experiências do meu campo.

Minha primeira inserção nas cidades de Uruguaiiana e Paso de Los Libres aconteceu em agosto de 2009, momento em que permaneci na região por dez dias. Retomei o trabalho nesta região por mais duas vezes em 2010, em agosto e outubro. Nunca havia estado na referida fronteira, por isso foi um contato diferente das demais que tinha conhecimento. Pois ali não era uma rua, nem o rio que definiam em específico o fluxo das pessoas, mas sim uma ponte – a Ponte Internacional que liga as duas cidades. Já a Livramento e a Rivera, retornei após dois anos, quando fiz meu trabalho de campo para a monografia no curso de Jornalismo. Permaneci cinco dias nessas cidades no mês de novembro de 2009 e retornei por duas vezes em 2010. Foi o reencontro com o lugar, com os interlocutores e com meu próprio olhar sobre

a fronteira: “*é menina, as coisas mudaram por aqui*”, diz-me Jesus, um dos meus primeiros interlocutores desta região, na minha primeira estadia em Livramento em 2009.

Se muitas coisas mudam na vida dos meus interlocutores, ou nas fronteiras, a cada vez que retorno a campo, também mudam na minha maneira de olhar para este local. Neste momento, embebida pelas discussões antropológicas, tento entender a fronteira sobre a compreensão de lugar ou não-lugar. Para isso, é importante discutir ainda a noção de fluxos, que são estabelecidos cotidianamente, de como esses sujeitos deslocam-se sobre a ponte e como vivem na linha divisória, agora tendo novos dados de campo e assim um novo olhar sobre esta realidade.

Apesar de, em 2009, ser minha primeira vez nas cidades de Uruguiana e Libres, muitas características do local já me fizeram entender que estava numa região de fronteira: a intensa movimentação comercial; as fachadas de lojas e estabelecimentos comerciais que se apropriam da palavra “fronteira”; ou então, de palavras que remetem ao país vizinho; pessoas que falam em espanhol – “portunhol”; e ainda a grande presença da população árabe. No entanto, como em experiências de campo anteriores, conheci fronteiras ‘secas’, em que os países são apenas separados por uma rua, Uruguiana se tratou desde o começo de uma situação especial.

Nesta fronteira, cortada pelo Rio Uruguai e ligada pela presença de uma ponte, as permeabilidades propiciadas pela fronteira seca não são muito nítidas e o que se percebe é uma fronteira muito bem demarcada seja pelos aspectos geográficos, seja pelos culturais. Neste sentido, meu desafio foi compreender e perceber como se davam as configurações sociais desta região fronteira dividida entre dois lados, com suas particularidades específicas. Não foi difícil perceber que a principal característica desta fronteira é o “vai-e-vem” cotidiano, que faz com que chibeiros, comerciantes, turistas, caminhoneiros, frequentadores de cassino transitem de “cá para lá”, de “lá para cá” sobre a ponte, apresentando, assim, o que pretendo chamar aqui como “cruzamentos fronteiriços cotidianamente definidos”.

Este movimento de vai-e-vem é uma característica marcante em todas as fronteiras, no entanto, nesta região, por tratar-se de uma ligação feita pela materialidade de uma ponte, esse fluxo é bem mais visível. Ou seja, brasileiros e argentinos, para atravessar a fronteira, têm de atravessar uma ponte, passar por dois postos aduaneiros, apresentar documentos, especificar o

porquê de estar indo e voltando. Já em Livramento/ Rivera, esse fluxo acontece naturalmente, pois basta colocar o pé do outro lado da calçada para estar-se em outro país. O trânsito de veículos, de pessoas, de bens em Uruguiana e Libres passa essencialmente por um controle dos Estados, da presença do controle institucional, por meio dos postos aduaneiros. Já em Livramento e Rivera, esse trânsito acontece de uma forma menos controlada: não que ele não exista, mas não está formalizado na presença de aduanas, especificamente em cima da *linha*. Por isso, os fluxos cotidianos de Uruguiana/Libres são bem mais visíveis e passíveis de serem identificados a partir de suas necessidades cotidianas.

Uso a expressão “cotidianamente definidos” para entender fluxos, no sentido de que este processo de cruzamentos fronteiriços é estimulado pelas atividades que fazem parte do dia a dia dessa população, sendo definidor de suas posturas diante deste universo de fronteira. As pessoas atravessam a fronteira para comprar, para comercializar, para visitar amigos, para jogar em cassinos, para trabalhar, ou seja, em atividades que fazem parte do cotidiano. Para tanto, entendo ser importante, nesse momento, ancorar minhas discussões em definições do que se expressa como fluxos. Para isso, trago uma das primeiras situações vivenciadas em Uruguiana, quando estabeleci relação com as pessoas que ali vivem.

Uma das principais atividades econômicas das fronteiras é o comércio ilegal, mais conhecido como chibo, em que pessoas deslocam-se entre os países, transportando mercadorias sem nota fiscal (já mencionei esta prática na primeira parte do capítulo, vale, no entanto, neste momento, especificar melhor este trabalho). Essa prática também é muito constante em Uruguiana/Libres, por isso tendo à curiosidade de entender mais como se dava a movimentação desse comércio entre as duas cidades, peguei um ônibus urbano em Uruguiana que faz a linha Internacional em direção a Libres. Segundo as pessoas às quais pedi informações sobre a parada de ônibus, seria mais interessante esperá-lo nas proximidades da “Baixada”, em Uruguiana. A Baixada é o local de intensa movimentação comercial na cidade, onde se encontra uma área coberta pelo camelódromo, bem como várias lojas dispostas lado a lado nas ruas laterais a ele. Dirigi-me ao local indicado e logo me chamou a atenção uma agitada movimentação de mulheres. Percebi que elas eram argentinas, uma vez que falavam o espanhol fluentemente. Cerca de cinco mulheres sentadas no chão tentavam organizar as mercadorias que carregavam, certamente, bem acima da cota permitida pela fiscalização na aduana. As mulheres são mais velhas, estando numa faixa de idade entre 40 e

50 anos, ao menos é o que parecia ao observar atentamente as marcas dos seus rostos e seu aspecto físico.

Entre os produtos, era possível ver-se, principalmente, chuveiros, cuias e pares de tênis. As trocas entre elas aconteciam rapidamente. Ajeitavam nas sacolas as mercadorias para que não fossem vistas, por isso enrolavam em jornais e, muitas delas, colocavam em suas bolsas de mão. Depois dessa distribuição dos produtos em muitas sacolas de plástico, processo que durou em média cinco minutos, as mulheres adentraram no ônibus que acabava de estacionar no local. E eu com olhar atento, as segui. Sentei em um banco na metade do veículo, enquanto as chibeiras sentaram nos bancos do fundo. Mas logo uma delas levantou-se e começou a abordagem aos passageiros, inclusive a mim. A mulher solicitou minha ajuda para carregar dois pares de tênis na mochila em que guardava minha máquina fotográfica. Percebi, imediatamente, que aquela era uma prática constante e, como queria entender melhor esse “fluxo”, não hesitei em prestar-lhe ajuda.

-Habla que se van a sus hermanos – explica-me a argentina.

Durante a viagem para Libres - cerca de trinta minutos -, muitas pessoas foram abordadas para que colaborassem com a passagem das mercadorias. Alguns aceitaram, outros foram mais cautelosos e recusaram. Posterior a essa movimentação para distribuir os produtos, as chibeiras aglomeraram-se na parte traseira do ônibus, fecharam as cortinas e permaneceram em silêncio ao chegar ao posto de fiscalização. O fiscal argentino, ao entrar no ônibus, solicitou-nos o documento de identidade, também pediu que algumas mulheres, as com mais mercadorias, abrissem as bolsas, mas como os produtos estavam distribuídos entre vários passageiros, não houve maiores complicações. Quando o fiscal desceu do veículo, as chibeiras espalharam-se, recolhendo suas mercadorias e agradecendo-nos a ajuda.

Desembarquei logo na entrada da cidade de Libres, num local chamado “buraco fundo²³”. Neste lugar, situam-se pequenos estabelecimentos comerciais de varejo, onde os produtos normalmente têm um valor bem mais baixo do que no mercado. Cada estabelecimento tem certa especialidade, ou então, vendem um “pouco de tudo”: vinhos, produtos alimentícios, de limpeza, carvão, enfim, uma infinidade de produtos por um preço

²³ O lugar chamado como “Buraco” corresponde a uma rua no início da cidade de Paso de Los Libres. Local de grande movimento, pois é onde se encontram grande parte dos estabelecimentos comerciais com produtos mais baratos, podendo ser comparado a um camelódromo, porém os comerciantes, em sua maioria, não trabalham em bancas, mas sim, em salas comerciais.

bem menor. Ali aglomeram-se muitos carros de turistas que estão de passagem e aproveitam para fazer compras. No entanto, a maior movimentação é dos chibeiros negociando preços e maneiras de pagar. Muitos deles já têm os lugares certos para comprar, pois vivem do chibo há muito tempo e já têm o crédito para levar o produto sem pagar todo o valor, já que eles precisam atravessar a fronteira, refazer o fluxo, para, então, vender os produtos definitivamente e ter o dinheiro para o pagamento.

Depois de algumas horas acompanhando as negociações e o movimento daquelas pessoas no buraco em Libres, encontrei algumas mulheres chibeiras do Brasil, entre elas Dona Marli²⁴. A princípio as observei a certa distância, não queria interferir no seu trabalho, até porque era minha primeira vez neste local. Mas tive o cuidado de não perdê-las de vista, por isso embarquei com elas no ônibus de volta para o Brasil. O mesmo ônibus que faz a linha internacional para Libres volta para Uruguaiana, a cada duas horas. Adentrei mais uma vez no veículo e o movimento da ida repete-se, agora com os chibeiros brasileiros. Dona Marli, carregada de carvão e caixas de azeitona, entra no ônibus e senta a meu lado. Junto dela, mais três mulheres, dando destaque para Dona Maria, que é apontada como uma das chibeiras mais antigas da região.

As mulheres passadoras rapidamente espalharam-se pelo ônibus, pedindo ajuda para carregar os produtos, ou, ao menos, para colocá-los debaixo do banco de cada passageiro. Essa agitação gerou espanto em muitas pessoas que nunca tinham vivenciado essa experiência. Percebi que um casal de americanos, na qual tinha conversado há pouco e que estava viajando pela região, não entendeu o que estava acontecendo. Por isso, os americanos recusam-se a ajudar e desceram do ônibus, com receio. Pois, de fato, é uma movimentação estranha e suspeita para quem não conhece essa realidade, até mesmo para mim que já tinha acompanhado a ida, agora estava um pouco assustada, porque a quantidade de produtos era muito maior e já tinha ouvido comentários que a fiscalização, do lado brasileiro, era mais rígida.

Dona Marli, ao sentar a meu lado, pediu-me ajuda para carregar uma caixa de azeitona e um saco de carvão. Fiquei temerosa no começo, mas sabia que, aceitando levar os produtos,

²⁴Dona Marli não corresponde ao nome verdadeiro desta chibeira, sim a um fictício que será utilizado durante minhas exposições em relação a esta pessoa. Isso se faz necessário para preservar a identidade dos meus informantes que estão envolvidos nessa prática do chibo, que por mais que seja corriqueira e comum na fronteira, é uma prática ilegal. Também o nome de outras personagens envolvidas com esta prática foram criados por mim.

conseguiria obter maiores informações sobre aquele fluxo. Propus para a chibeira que, ao levar a mercadoria, queria em troca informações sobre as vivências no comércio ilegal. Marli aceitou a proposta e explicou que, ao chegar à aduana, deveria dizer que uma caixa de azeitona e um saco de carvão eram meus. Então, começou a e falar-me não apenas sobre a prática do chibo e suas nuances, mas também um pouco de sua vida. Criada numa família de passadores, em Uruguaiana, Marli cruza todos os dias a fronteira, trazendo mercadorias de um lado e de outro, por meio deste ônibus. Como ela explica-me, o processo repete-se todos os dias: logo cedo ela compra mercadorias mais baratas no Brasil e toma o ônibus para Libres. O primeiro passo é esconder as mercadorias nas sacolas, distribuindo entre o maior número possível de passageiros. Ao passar pela aduana, fecham-se as cortinas para que os fiscais não as vejam.

No entanto, muitas vezes isso é inevitável, então, a fiscalização entra no ônibus e começam os questionamentos. O primeiro deles é a solicitação da nota fiscal, depois, cada passageiro tem de informar qual mercadoria é a sua. Como os produtos não têm nota fiscal, a recomendação de Dona Marli é que se diga que os estabelecimentos comerciais não dão as notas. No entanto, não é difícil perceber que assim como Dona Marli, muitas daquelas mulheres já são conhecidas pelos fiscais, por isso as advertências são muito pessoais, e torna-se “normal” os passageiros acobertarem esta prática.

Dona Marli - Menina, eu me criei numa família de chibeiras, minha mãe e minha avó também eram. Tenho uma filha que hoje já faz isso. E de noite sou professora da religião evangélica, na minha comunidade. Sempre tenho que ouvir alguns comentários: “Olha a professora chibeira”. Mas, já estou acostumada, esse é meu ganha-pão.

Eu- E para quem vende os produtos?

Dona Marli- Eu além de vender para os mercados de Uruguaiana, também vendo em casa, tenho muitas encomendas sempre, principalmente produtos de limpeza de casa. Fazer o que, aqui a gente tem que se virar. E tem que comprar e vender dos dois lados, senão não vale a pena a viagem.

Eu – Pelo que percebo os fiscais já conhecem vocês. Como funciona isso? Eles não apreendem mercadorias?

Dona Marli - Tá vendo a Maria, ela é a mais antiga da gente. Tá passando sempre aqui, então eles já nos conhecem, sim, nos chamam a atenção e sabem que a gente entrega a mercadoria para os passageiros também, às vezes eles recolhem algumas coisas para mostrar trabalho. Aí pra nós é muito ruim, porque aí se foi o lucro do dia, mas é o jeito de continuar trabalhando.

Quando chegamos à aduana, em Libres, na entrada da Ponte Internacional, o ônibus foi parado e entraram dois fiscais brasileiros. Enquanto um pedia o documento de identidade,

outro conferia as caixas de produto, perguntando de quem é cada coisa. Quando fui abordada pelo fiscal, disse-lhe que carregava parte daqueles produtos que estavam ao redor do meu banco, então me solicitaram a nota fiscal. Lembro-me, perfeitamente, do nervosismo daquele momento, porque não me lembrei de imediato da indicação de Dona Marli, que era para informar que não tinham nos dado nota na Argentina.

Mas os fiscais reconhecem muito bem o que estava acontecendo ali, chamaram a atenção das chibeiras e nos deixaram seguir viagem. Conversei com Marli durante vinte minutos, mesmo ela tendo o receio de que eu fosse jornalista²⁵. Quando chegamos ao Brasil, em frente a um mercado todos nós desembarcamos. Dona Marli, junto com as outras mulheres, rapidamente tirou as mercadorias do ônibus e começou a distribuição com pessoas que já a esperavam. Eles teriam menos de uma hora para distribuir e negociar os produtos, para, então, subir novamente no ônibus e repetir todo o fluxo descrito acima.

No entanto, no meu retorno ao campo no mês de novembro de 2010, as coisas mudaram para Dona Marli, para a fronteira e também para mim, por isso, trago referências da minha última inserção em campo nas cidades de Uruguaiiana e Paso de Los libres, quando me propus mais uma vez a acompanhar a prática do chibo na fronteira. Dias antes de ir à campo, esta fronteira foi motivo de matérias jornalísticas na Rede Globo devido ao tráfico internacional de remédios que vinha acontecendo na região, por meio de moto-táxi, que cruzavam a Ponte Internacional todos os dias. Assim, o controle aduaneiro, e a Polícia Federal dos dois países estavam com uma fiscalização muito mais acirrada do que a de costume, em outros momentos que estive em campo. Mesmo assim, quis acompanhar como estava sendo o trabalho dos chibeiros neste contexto, já que recai sobre eles a suspeita de estarem traficando estes produtos. Ainda em Uruguaiiana, me sentei na parada de ônibus junto aos chibeiros argentinos. Desta vez percebi que havia mais jovens junto ao grupo que normalmente era composto por mulheres mais velhas. E me chamou a atenção, também, a presença de grupos familiares: mãe, pai e filhos. Mais uma vez muitos cadarços iam sendo amarrados ao redor dos pares de tênis. Muitas cuias iam sendo distribuídas nas sacolas. Esperava que todos aqueles chibeiros, cerca de 20 pessoas adentrassem no ônibus que faz a Linha Internacional

²⁵ O que de fato o sou, no entanto, para essa pesquisa e em específico essas situações delicadas sempre me apresento como pesquisadora da universidade. Já em outros momentos, como para o acesso a órgãos públicos, a pesquisa em acervos, ou então, ao contato com pessoas, que não estejam envolvidas com práticas do comércio ilegal, ser jornalista é um facilitador. Pois é de senso comum, mais fácil reconhecer um jornalista e sua função, do que um pesquisador, que muitas vezes as pessoas não entendem os motivos que nos levam a trabalhar, entender determinadas realidades, em especial as metodologias que são utilizadas.

para Libres, no entanto, percebi que a movimentação para o outro lado estava se dando por meio de carros e táxis que iam chegando cada vez mais na rua próximo a Baixada. Entraram no ônibus somente uma família e mais duas senhoras com suas sacolas. Como de outras experiências sabia que os bancos do fundo do ônibus eram sempre ocupados por chibeiros, resolvi ocupar uma das últimas poltronas do ônibus para acompanhar mais de perto tudo que poderia acontecer na viagem.

Foi uma das viagens mais tensas que fiz para Libres. A família de chibeiros estava com muitas sacolas de tênis e não davam conta de distribuir tantos tênis e cuias nas mochilas que traziam. Fazem isso para disfarçar a mercadoria. Fiquei impressionada com meu próprio sentimento de nervosismo ao me dar conta que eles não conseguiriam arrumar as mercadorias antes de atravessar toda a ponte e serem abordados pela Polícia Federal na aduana. Tive o ímpeto de oferecer ajuda, no entanto, me controlei e para disfarçar meu nervosismo, segui fotografando às margens do Rio Uruguai, sob a ponte. Aliás, minha máquina ali não era bem vinda, nunca o foi, por isso, também, se tratava de uma prática de certa forma subversiva, mas proponho falar sobre isso no próximo capítulo deste trabalho, ao pensar o fazer fotoetnográfico.

No entanto, depois de muita confusão, os chibeiros conseguiram distribuir todos os produtos nas sacolas. Quando chegamos a aduana dois policiais argentinos entraram no ônibus. Um deles com óculos escuros e com uma cara fechada, pediu que todos que tivessem com sacolas suspeitas descessem. Obviamente, que todos eram chibeiros, nos fundos do ônibus só fiquei eu. Neste meio tempo, entre todos descerem do ônibus, uma das mulheres me pergunta se posso levar uma sacola para ela até o outro lado, já que o fiscal não havia me solicitado para descer. Sem nenhuma preocupação, lhe disse que sim e fiquei com uma das sacolas. No entanto, o policial argentino entrou mais uma vez no ônibus e encontrou a sacola deixada no lado dos meus pés. Pergunta-me, então, rapidamente se é minha a tal sacola e eu muito inocentemente respondo que sim, sem me dar conta das possíveis implicações por traz desta resposta. No entanto, o policial por conhecer os chibeiros que cotidianamente atravessam pela fronteira, percebe que a sacolanão é minha, abriu-a, viu os produtos, pegou-a e desceu do ônibus. O ônibus continuou seu trajeto, agora vazio. Eu de longe da janela, só observava os chibeiros sendo revistados do lado de fora e muitos carros sendo parados, fiquei receosa em fotografar, era como se também estivesse fazendo uma prática ilegal, era como se estivesse subvertendo uma ordem, ou quem sabe invadindo as fronteiras. É, as coisas estavam

complicadas nessa fronteira que apresentava um novo panorama sobre este ir e vir sobre a Ponte Internacional.

Segui até o Buraco Fundo certa de que iria encontrar os chibeiros do Brasil, como Dona Marli e assim entender um pouco mais o que estava acontecendo. No entanto, ao chegar no local não encontrei nenhum dos meus antigos informantes, era estranho, pois sempre estavam ali, especialmente, naquele horário entre 10 e 11 horas da manhã. Permaneci por ali durante algumas horas para tentar encontra-los, conversando com comerciantes locais e fotografando algumas cenas que acredito serem significantes ao pensar neste lugar/não-lugar. Mais uma vez fui advertida²⁶ quanto ao uso da minha máquina fotográfica, diziam-me se tratar de um lugar perigoso e que deveria não tirar a máquina da bolsa. Mesmo assim, com um olhar escondido, por entre coisas e pessoas, realizei mais alguns cliques. Poucos carros chegavam no local, na maioria deles pessoas que estavam em trânsito, viajantes, que aproveitavam para comprar vinhos e bebidas no local. Depois de um longo período de espera resolvi pegar o ônibus de volta para o Brasil. Era estranho voltar naquele mesmo ônibus que tantas vezes esteve lotado de chibeiros, e que tantas vezes os ajudei a carregar algumas sacolas. Sentei-me sozinha nos bancos dos fundos. Por momentos tive uma digressão entre os pensamentos teóricos de Auge (1994), quando o autor fala da tensão solitária dos não-lugares, pois de fato eu era este cruzador, viajante, que tinha na Ponte Internacional, no Buraco Fundo, na fronteira meu lugar de passagem efêmera, quem sabe concretizado somente por meio da minha narrativa fotográfica, mas longe de ter criado vínculos identitários, ou relacionais que pudesse identificar a fronteira como meu lugar antropológico.

Essa digressão teórica se deu de fato quando estava no ônibus em direção a ponte. Só voltei ao tempo/espço “real” da fronteira, quando percebi que o fiscal aduaneiro do Brasil entrou no ônibus. Dessa vez ninguém precisou descer, o ônibus estava vazio. O jovem policial seguiu até o final do corredor e então pergunta se eu posso abrir a mochila. Abri sem nenhuma restrição, tinha comprado um doce de leite e uma lata de azeite de oliva, no entanto, além das iguarias argentinas, na minha bolsa carregava minha máquina fotográfica, nunca bem-vinda por ali. No mesmo instante, o policial me pede a nota fiscal do equipamento, no entanto, como a tenho há mais de três anos, já não costumo mais andar com a nota fiscal.

²⁶ Vale pensar, nesta situação, até que ponto a advertência que recebi muitas vezes no Buraco Fundo em relação a minha máquina é de fato por que eles se preocupavam comigo e com um possível roubo da minha máquina, ou era uma maneira de me intimidar a ponto de não realizar fotografias neste local, assim, não “denunciando” a prática do chibo, tão comum neste local.

Mais um descuido, de quem não se dá conta que está indo para um território de fronteira. Tentei muitas argumentações, mostrei ao fiscal que a máquina já tinha marcas de muito tempo de uso, lhe mostrei algumas fotos. Ele me diz que tem que apreender o equipamento. Acredito que este tenha sido o momento que de fato senti sentido o temor das conseqüências de estar em uma fronteira, com um controle aduaneiro tão acirrado. Segui na minha argumentação com o policia, ele me diz que não devo viajar sem a nota fiscal. E eu lhe respondo, dizendo que não estava viajando, que só ia até o outro lado da ponte comprar algumas coisas. Ele sorriu, e então me dei conta da “inocente” resposta que tinha dado, o cruzar para o outro lado, significava nada mais do que cruzar para outro país. E ele me diz: “como não está viajando, moça, acaba de atravessar uma fronteira”. Depois de uma longa conversa e dos poucos passageiros já estarem impaciente com o desenrolar da história, consegui, desta vez, ser liberada sem a apreensão da máquina. Segui viagem pensando que assim como eu não estava no meu lugar antropológico, também minha máquina correspondia a um ente de certa forma “ilegal” nesta região, neste sentido, passei a construir minha narrativa fotográfica com este olhar: de uma máquina que se esconde, teme e tenta por meio de relações de um viajante, um cruzador, um chibeiro ler aquela realidade de fronteira.

Já de volta na casa de uma amiga, que me hospedei durante o trabalho de campo, depois de um dia intenso e “tenso” no campo, começo a refletir sobre tudo que tinha acontecido durante o dia, reconheço os riscos assumidos, ao ultrapassar a fronteira do pesquisador e então me envolver com os meus informantes. Penso que quem sabe eu tenha me tornado minha própria informante, a partir do momento, que a fronteira é um não-lugar para mim, tanto que de forma muito clara o policial argentino reconheceu que eu não era uma chibeira, como todos os outros que tinham descido com as sacolas de produtos brasileiros. Eles passavam ali todos os dias, tinha na ponte e na fronteira constituído seu lugar antropológico, tinha ali as marcas de suas identidades, de suas relações, de suas histórias. Eu estava cruzando uma passagem breve, de quem olha para os lados e reconhece um lugar “exótico”, às vezes pouco mais, pouco menos familiar. Não foi difícil constatar que o fato dessa fronteira e do contrabando terem se tornado matéria em uma rede nacional e invadido assim o espaço/tempo de milhares de pessoas, em outros lugares que não da fronteira, faz com que a fronteira, assim seus órgãos legais, passem a determinar de maneira ainda mais severas o que pode ou não cruzar a ponte.

Esse “vai-e-vem”, vivenciado por Dona Marli, pelos chibeiros, e por mim pesquisadora e viajante, é um dos primeiros fluxos cotidianos que me proponho a abordar neste trabalho e, por isso, é importante discutir o que se pode entender por fluxos. Hannerz (1997), em seu artigo “*Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*”, elabora uma discussão em torno desse conceito. Para o autor, o termo já se tornou transdisciplinar, sendo um modo de fazer referência às coisas que não permanecem mais no seu lugar, para isso, levam-se em conta as mobilidades, expansões variadas, enfim, a globalização em muitas dimensões, não só pelo aspecto local.

O autor busca em Kroeber (1952) duas noções importantes sobre fluxo: a primeira, o coloca como algo corrente, que se desloca pelo espaço, de um lugar para outro, podendo definir uma redistribuição territorial. A segunda concepção é a de fluxo ligado essencialmente à temporalidade, sem implicações necessariamente espaciais. Essa dimensão, segundo o autor, pode ser entendida por meio da compreensão de cultura enquanto processo. De acordo com Hannerz (1997), para se manter a cultura em movimento como um processo, os atores sociais “tem de inventar cultura, refletir sobre ela, fazer experiências com ela, recordá-la (...), discuti-la e transmiti-la” (Hannerz, 1997:12).

Também Barth (1984) levantou questões sobre os conceitos de fluxo, em relação ao seu significado espacial e simbólico. O autor observa que a separação dos territórios, a coerência e conteúdos de tradições tanto podem ser explorados a partir de sua formação geográfica, quanto na organização social, histórica e na perspectivas dos sujeitos. Ou seja, a explicação dos fluxos está relacionada à disposição geográfica e à apropriação do sujeito em relação a este espaço, bem como às características da organização social, das relações estabelecidas por meio dos valores e das culturas dos indivíduos. Hannerz acrescenta, ainda, a importância de se pensar na direção desses fluxos, de uma reorganização da cultura no espaço. Conforme o autor, o termo fluxo funciona como uma “metáfora geradora”, pois suscita muitos desdobramentos, opõe-se ao movimento estático e, também, pode insinuar:

(...) a possibilidade de pensar tantos em rios caudalosos quanto em estreitos riachos, tanto em correntezas isoladas quanto em confluências, “redemoinhos”, até mesmo vazamentos e viscosidades no fluxo de significados. (...) O que a metáfora do fluxo nos propõe é a tarefa de problematizar a cultura em termos processuais, não a permissão de desproblematizá-la, abstraindo suas complicações (HANNERZ, 1997: 14-15)

Assim, para mim, entender cultura como processo é entender como os indivíduos de determinada cultura - no caso deste trabalho a cultura de fronteira - produzem e reproduzem os significados impregnados nas suas crenças, nos seus valores, nas suas escolhas de vida. Pensar a direção dos fluxos é pensar nas suas mudanças no cerne das vivências humanas e como essas manifestações estão em relação com a espacialidade, com o território. Diante dessas propostas de conceitos sobre fluxo, entendo ser importante pensá-lo sobre as várias perspectivas abordadas, desde fluxo no sentido de movimento espacial, como também levando em conta a ideia de cultura enquanto processo. Percebo nestes deslocamentos da população fronteiriça um motivador gerado pela própria territorialidade: a movimentação que se dá por se estar ora num país, ora em outro e ainda o movimento de trocas culturais estabelecidas.

Ao moverem-se pessoas sobre o espaço territorial, movem-se junto delas bens culturais e materiais, modos de pensar e de ver o mundo. Esses sujeitos, que atravessam a ponte, ou a *linha*, levam consigo todas as suas referências de mundo, permitindo que a cultura possa ser vista enquanto um fazer, possível de ser produzido e reproduzido.

Por meio dos deslocamentos no dia a dia dos chibeiros, podemos entender, na prática, as concepções de fluxo explicitadas acima. Ao sair de casa em Uruguaiana e cruzar a ponte internacional para Libres, os chibeiros tem sua grande motivação para esse “deslocar-se” nos aspectos econômicos envolvidos na prática do chibo. Mas, ao mesmo tempo que os chibeiros estão garantindo seu sustento, também estão garantindo a continuidade do comércio ilegal, dessa prerrogativa de que na fronteira essa prática é comum. Para mim, isso significa que o território e as oportunidades emanadas dessa proximidade entre diferentes países, economias e culturas garantem ao sujeito a concretização desses fluxos cotidianos tanto pela ideia de movimento, de algo que corre no espaço e no tempo, tanto de cultura se produzindo, se reafirmando. Podemos pensar na relação deste espaço/tempo suscitado nas vivências de quem passa pela fronteira todos os dias, tendo ali neste fluxo cotidiano a maneira de viver e estar sobre o mundo, ao menos tempo, nesta relação de quem raras vezes passa por ali, como é o meu caso. Creio que tanto o espaço fronteiriço, quanto o tempo abarcado nas atividades do chibo podem ser dimensionados pelos chibeiros, pelos fiscais aduaneiros. Mas, dificilmente podem ser dimensionados por mim que tenho o olhar de uma pesquisadora, sim, mas também de uma viajante.

Para dar continuidade às vivências sugeridas pela ideia de fluxo, trago agora um pouco da vida Dona Eloá. Foi em uma banca na Baixada - nome dado ao camelódromo da cidade - que encontrei Dona Eloá. Em meio a muito pares de meias e bonecas “Barbies”, Eloá, uma mulher árabe de 48 anos passa seus dias comercializando seus produtos e com o rádio ligado em orações do Islã. Nascida na Faixa de Gaza, aos oito anos de idade, Eloá foi trazido pelo pai ao Brasil. Como resultado desta imigração brusca na sua vida, ela nunca mais viu a mãe e as irmãs que continuam morando na zona de conflito entre Israel e o território da Palestina. Não foram poucas as fronteiras ultrapassadas por esta menina que ao sair do país de origem, deixando para trás maior parte da família, especialmente a mãe. Adentrar em outro país, na qual não tinha nenhum conhecimento, quanto menos sabia se comunicar em português e por fim ter de ser aceita ao novo grupo familiar de seu pai, que se casou com uma mulher brasileira, com quem teve mais cinco filhos.

No entanto, mesmo estando longe e, de certa forma, desvinculada aos costumes e tradições do mundo muçulmano, Dona Eloá encontrou no casamento a possibilidade de aproximação com o que deixou para trás na Terra Santa. Ela se casou com um muçulmano e então retomou seu convívio com a religião e os preceitos do Islã. Mesmo assim, Eloá passou maior parte de sua vida sem usar o lenço, característicos das mulheres de sua cultura. Decidiu usá-lo há dois anos, diante das muitas dificuldades apresentadas pela vida, quando se sentiu com o “coração puro” para usá-lo. Entre as dificuldades enfrentadas pela árabe está a morte do marido, que há dez anos decidiu voltar para a Terra rever a família, e nunca mais retornou para o Brasil. Sua morte nunca foi muito bem explicada, no entanto, Eloá sozinha com quatro filhos precisava tocar a vida adiante aqui neste lado da fronteira, longe da família.

Para fazer contato com a família que está na Terra Santa, Eloá tem que atravessar a fronteira e então da Argentina ligar para a família. Ela diz que fazer ligação da Argentina sai bem mais em conta que no Brasil. E essa é a única forma que encontra para manter o contato com a mãe que não vê há tantos anos, já que na Argentina as tarifas telefônicas são mais baratas. Assim, todos os finais de semana Eloá e a filha cruzam a ponte para matar um pouco da saudade da família que está longe. Uma fronteira que é cruzada territorialmente, mas também, simbolicamente, a partir do momento que Eloá consegue falar com a família que está tão longe territorialmente.

Mais um membro da comunidade árabe é Ata Hussein²⁷, comerciante que vive em Uruguaiana. O encontrei em sua loja Casa Branca, na Rua Bento Martins, onde ele passa maior parte do tempo em meio a artefatos comerciais, especialmente peças de vestuário. Seu Ata tem 70 anos, mais de 40 vividos no Brasil. Ele e mais alguns de seus irmãos espalham-se entre várias fronteiras do país, sendo donos de muitas lojas comerciais. Apesar de tantos anos erradicado em Uruguaiana, Ata, ainda hoje, diz não ter-se acostumado com o estilo de vida do povo brasileiro, por isso, quando os três filhos eram adolescentes os mandou para a Jordânia, sua terra natal. As duas meninas casaram-se com homens de famílias tradicionais islâmicas e o filho mais novo acaba de se formar em Medicina no Egito. Eles nunca mais voltaram ao Brasil. A esposa de Ata a cada seis meses vai para a Jordânia, enquanto ele permanece no Brasil, cuidando dos negócios.

Seu Ata, ao deixar a Jordânia e migrar com os irmãos para o Brasil, já atravessou muitas fronteiras, já produziu e reproduziu muitos fluxos: territoriais, culturais, econômicos e políticos. Ao cruzar por essas fronteiras, lembra-se do que elas significam para ele:

Ata - Para mim fronteira é isso que você está vendo: “se une a fome, com a vontade de comer”

Eu- Como assim?

Ata- É essa loucura toda, quando a moeda é valorizada lá, nós não vendemos aqui. Mas, o fluxo contrário acontece e aí nós ganhamos em cima disso. Unimos o útil ao agradável, ao permanecer nesses lugares. Saímos da Jordânia por questões políticas, viemos para cá e conseguimos sobreviver, aliás, viver muito bem.

Eu – Por que seus filhos não ficam aqui, então?

Ata – É mais complicado, menina, não queria que eles ficassem aqui, não adianta aqui é tudo muito diferente dos nossos costumes de lá. Aí, eles vão pra lá casar, estudar a nossa cultura, ver as nossas raízes. Minha mulher todo ano vai também, eu que acabo ficando, mas às vezes fecho as portas da loja e me vou embora também. Ah, não queria ver minhas filhas andando com essas saias curtas que vocês usam. Como é mesmo que chama?

Eu – Mini-saia, seu Ata. Mas quando vais para a Jordânia fecha toda a loja? E os funcionários?

Ata - É, não deixo ninguém por aqui não, é pagar pra se incomodar. Fecho as portas da loja e volto para a terra. Tenho só uma funcionária aqui. A loja é grande, mas nós damos conta. É isso, eu fico na fronteira porque quero

²⁷ Ata Hussein é um dos meus informantes da comunidade árabe, uso seu nome verdadeiro mediante a aceitação em participar do projeto e dividir experiências sobre a fronteira. Em Uruguaiana, a presença desse povo é tão forte que existem até mesmo duas mesquitas, que fazem parte dos dois movimentos diferentes de devoção ao islamismo, um mais radical na prática de sua fé, outro que já se propõe a rever os costumes extremos da religião. Afirmando sobre essas diferenças, com certa propriedade já que tive contato com pessoas ligadas aos dois movimentos de entendimento do islamismo em Uruguaiana. O acesso com os árabes mais radicais seguidores do islamismo, foi bem complicado, pois, meu entrevistado tentou de todas as formas me “doutrinar”, assim, foi uma dificuldade imensa terminar uma entrevista que durou mais de três horas.

ganhar dinheiro, vender, e aqui isso é possível, um dia é o de lá, outro é o de cá. E tenho vários imóveis, também, que estão alugados.

Seu Ata parece falar com muita naturalidade da distância da família, no entanto, retira de uma gaveta do balcão, onde atende os clientes, uma foto do seu filho e mostra-me, orgulhoso. Com os olhos vermelhos, quase a lacrimejar, este senhor árabe não consegue esconder a falta que faz a família perto dele. Então, dou-me conta de quantas fronteiras simbólicas, de quantos fluxos territoriais e culturais ainda tem de ser desvelados, vivenciados por essas pessoas que de tão longe, de uma cultura tão distante, acabam vindo na fronteira a extensão de uma nova vida, impregnado do cruzar, cotidianamente, muitas pontes, aeroportos, costumes, experiências, etc.

Neste breve relato, procuro entender que, assim como Dona Marli, Eloá e Ata Husseim incorporam a noção das vantagens a estes fluxos que possui por se estar numa região de fronteira, mesmo que de uma maneira inconsciente e distante das nossas conceituações acadêmicas, pois se, para mim, esses fluxos, essas trocas são tão intensas e interessantes, para eles fazem parte do seu cotidiano Mas estes fluxos, sejam eles de dinâmicas espaciais, temporais ou simbólicas, estão envoltos por uma importante dimensão, que é o fato de se estar na fronteira entre dois países que possibilita este movimento – este “caminhar” dos sujeitos - ora com vantagens de um lado, ora do outro lado da ponte.

Podemos ainda, na tentativa de entender fluxos – movimentos –, buscar em De Certeau (1994) a metáfora da “fala dos passos perdidos”, no sentido de que caminhar, segundo o autor, constitui um ato de enunciação, pois este processo permeia o que se pode definir como trajetórias e traços, em que o ato de caminhar está para o espaço urbano, como a enunciação está para a língua em enunciados que são proferidos. Segundo De Certeau, o “caminhar” assume uma tríplice função enunciativa:

(...) é um processo de *apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre (...); é uma *realização* espacial do lugar (...); enfim, implica *relações* entre posições diferenciadas, “ou seja”, “contratos” pragmáticos sob a forma de movimentos. (DE CERTEAU, 1994:177, grifo do autor).

Assim, tento entender os fluxos cotidianos que se estabelecem na região de fronteira, com essa noção de caminhada proposta pelo autor. Esta caminhada, que “afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita”, enfim, essas trajetórias que “falam” ao serem traçadas. Podemos perceber que, ao caminhar, o pedestre desloca-se por uma série de percursos

variados, moldando posturas diante do espaço que vivencia e compartilha com outros caminhantes.

Para De Certeau (1994), as figuras “ambulatórias” – os caminhantes - introduzem determinados percursos que têm uma estrutura de mito, entendendo mito como um discurso referente ao lugar / não-lugar onde se pode ver a existência concreta de relatos que são posteriormente colados a partir de elementos tirados de lugares-comuns, “uma história alusiva e fragmentária cujos buracos se encaixam nas práticas sociais que simboliza” (De Certeau, 1994: 182). O autor dialoga com Rilke a partir da ideia de que esses caminhantes podem ser vistos como “árvores de gestos”, mudando de lugar até de territórios fixos, transformando a cena, sendo característica comum do que fala Derrida (apud De Certeau, 1994): a “errância do semântico”, ou seja, essa transumância, essa movimentação retórica traz e leva sentidos próprios do urbanismo. O espaço geográfico determina o movimento, as escolhas enunciativas deste “caminhar”, o deslocar-se realizado pelos sujeitos, a partir de suas necessidades.

A partir da discussão proposta por De Certeau (1994), torna-se importante definir a *enunciação*, lembrando que este termo faz parte dos estudos da linguística, mas pode ser apropriado para entender esses deslocamentos, essa construção de discursos realizada pelos caminhantes, assim, enunciadores. Segundo Adair Caetano Peruzzolo (2002), a enunciação é uma instância, um lugar e um trabalho realizado pelo enunciador responsável pela construção de um discurso. A enunciação corresponde a este espaço de incursões realizadas pelo sujeito enunciador, a partir de um universo de códigos, dos quais ele deixa marcas espalhadas pelo discurso que é organizado:

A função da enunciação enquanto ato é constituir a manipulação do discurso em forma de texto, isto é, sob forma de signos e de relação entre signos. Assim que o enunciador faz uma série de “escolhas” de pessoa, de tempo, de espaço, de figuras, de categoria, de termos e com eles conta, diz, informa alguma coisa. (PERUZZOLO, 2002:151)

O sujeito enunciador, ao contar alguma coisa, constrói um enunciado, uma narrativa, por fim, organizando um discurso. O autor acrescenta, ainda, que a enunciação corresponde a um movimento de afirmação de ideias, de desejos, que é único se entendermos que as condições de produção jamais serão as mesmas, pois cada vez que construímos um discurso, novos sentidos serão produzidos. Neste texto, Peruzzolo constrói sua argumentação sobre enunciação levando em conta o discurso construído a partir da fala ou do texto escrito, porém, para o meu trabalho, retomo essa discussão com a intenção de perceber que o discurso pode

ser construído por meio desses deslocamentos dos sujeitos e, também, na fotografia. Ou seja, ao caminharem, os sujeitos constroem trajetórias e nelas significados para tais movimentos. As escolhas de se ir para um lado, não para outro, de cruzar uma ponte, atravessar pela *linha*, corresponde ao espaço de enunciação onde os caminhantes constroem seu próprio discurso, a afirmação de suas necessidades e dos seus desejos.

Por isso, para mim, é muito possível a apropriação da metáfora dos passos perdidos discutidas em De Certeau (1994) para a noção do deslocar-se da população de fronteira, que atravessa a ponte ou caminha pela *linha* todos os dias. Neste deslocar-se, os sujeitos constroem significados a partir das posturas que assumem de um lado ou de outro, das necessidades dos seus deslocamentos, da constituição de trajetórias que se dão no sentido de dar conta das vantagens de se estar numa região de fronteira. Ainda segundo De Certeau, este caminhar pode estar ligado a sentir falta de um lugar, um processo indefinido de estar à procura de um próprio: “a errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação do lugar (...), esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas)” (De Certeau, 1994: 183). Na fronteira, esta busca por um lugar pode estar no processo ambíguo de não saber qual identidade é mais coerente de ser assumida: sou sujeito fronteiriço, ou sou brasileiro, argentino, uruguaio?

Por isso, mais do que entender os deslocamentos desses sujeitos da fronteira de Uruguaiana/Libres, torna-se importante pensar na materialidade da ponte internacional, do que seria esse lugar – essa falta de um lugar –, ou então, o não-lugar. A ponte é uma materialidade de passagem cotidiana, em que as pessoas não moram, não param, não constituem um espaço de sociabilidade sobre ela, mas sim a partir de sua mediação com o outro lado. A ponte é o “entre”, a mediadora das relações que se constituem entre os dois países. Já em Livramento/Rivera, a *linha* demarcada por meio de marcos de concreto possibilita que pessoas possam morar, parar, conviver, conversar sobre este espaço, ou seja, possam constituir um lugar: o seu lugar.

Em outubro de 2010 Livramento/Rivera, como no primeiro ano as obras continuam acontecendo por ali: hotel de luxo é erguido, free-shoppings são aumentados e ruas são calçadas. Esses investimentos se fazem necessários para melhor receber o enorme número de turistas que continuam aumentando na região.

Em meio a esse “burburinho” de turistas, obras e alto-falantes, encontro-me, novamente, com Jesus, meu antigo interlocutor do primeiro trabalho de campo, em 2007, para a monografia no curso de Jornalismo. Ele continua ocupando o mesmo “lugar”, há três anos. Todos os dias, acorda cedo para comprar, na padaria em Rivera, o melhor pão do seu Pancho²⁸. Depois de cruzar a *linha*, abre a banca no lado brasileiro da praça internacional e logo começa sua interação com o povo que passa. Jesus vende Pancho na praça há 28 anos, por isso não há quem não o conhece por aqui, se em 2009 tinha percebido uma grande mudança nos dois anos que ficamos sem nos ver, agora as mudanças de potencializavam. Suas rugas aumentaram, devido aos seus 62 anos, seu discurso está mais acalorado em prol da sua descoberta religiosa e ainda ele acaba de se recuperar de um infarto, em que teve que se mudar para Montevideo com os filhos. Com problemas de saúde e familiares, ele decidiu entrar numa igreja evangélica no Uruguai, deixou de fumar, não aposta mais no “jogo do bicho”, como era costume fazer todos os dias e diz estar tentando se desapegar da materialidade ao extremo:

Jesus - É menina, as coisas mudaram muito por aqui. Já deu uma caminhada pela linha, olha de um lado e de outro e vai ver.

Eu – Por que Seu Jesus, qual a diferença?

Jesus - As coisas do lado de lá (ao se referir ao lado uruguaio) estão bem melhor. O governo mudou nas últimas eleições em Rivera e aqui desse lado (brasileiro) tá tudo parado.

Eu – E o senhor, ao que me parece, também, mudou, heim?

Jesus- Sim, me encontrei com Deus e com a paz, tô uma pessoa mais tranquila. Estava tendo problemas sérios com minha filha, que mora comigo ali do outro lado, aí sonhei com alguém que me dizia pra ir na igreja, pra ter fé. Quando fui, o pastor falou que ali dentro tinha três pessoas que naquele dia precisavam se encontrar com a luz, com a verdade. Eu era um deles.

Eu – Mas o senhor conhece muita gente aqui na praça que acabam se tornando amigos e lhe dão força nessas horas?

Jesus – Sim, sim, aqui tenho muitos amigos. E tô encaminhando muito gente para a igreja também. Minha filha, tu não sabe o quanto isso é bom na vida da gente (...). E tu vê a quantidade de “netos” que a vida me deu aqui na praça. As crianças vêm com as mães e se apegam, acabam voltando e eu gosto de tratar as pessoas bem – risadas.

Realmente são muitos os “netos” que Seu Jesus conseguiu na convivência destes 28 anos trabalho na praça. Ele é uma pessoa carismática e paciente. Ficar ao lado dele durante um dia, é se dar conta das muitas histórias que circulam por este espaço. Histórias estas que

²⁸Nunca me esqueço da primeira vez que vi um “Pancho” – espécie de cachorro-quente. Como não gosto de salsicha, quanto menos de mostarda e catchup, não consegui ter coragem para provar da iguaria do meu informante, sempre lhe dei desculpas meio inaceitáveis para fugir da empreitada. No entanto, sempre me senti mal por não provar desse alimento, por isso, desta vez não hesitei, e não só provei da iguaria, como aprovei o pancho que é feito com salsicha e mostarda ao sabor uruguaio, e vendido com o “jeitinho” bem brasileiro.

gostaria de dar conta de narrar por aqui, no sentido de mostrar como esses sujeitos se deslocam, se movimentam na fronteira. Uma dessas histórias é a de Dona Dorila, de 82 anos, que passava por ali numa manhã ensolarada, carregada de sacolas de um mercado brasileiro. A senhora *hablou* em espanhol com Seu Jesus, contando-lhe notícias dos filhos, e saboreou um pancho, sentada ao meu lado em um banco da praça. E então, em português, às vezesportunhol, conta-me um pouco da sua história nesta fronteira.

Dona Dorila é uruguaia e casou-se com um rico comerciante também daquele país, morando quase toda a vida na beira da *linha* da fronteira, em frente à praça internacional, onde tinham um comércio e um hotel. Por ter trabalhado a vida toda com comércio e hotelaria, sempre conviveu com muitos brasileiros, uruguaio e viajantes de outros países. Hoje, no entanto, ela é viúva e mora sozinha em Rivera, num bairro já bem mais distante da *linha*. Mesmo assim, sempre vem para Livramento para aproveitar as promoções do mercado. Dona Dorila tem seis filhos, todos adultos e casados, três deles moram no Brasil e outros três no Uruguai:

Dona Dorila - Uma das minhas moças mora em Porto Alegre, os outros dois gurus moram em Florianópolis. Volta e meia me vou para lá, conheço bem o Brasil. Inclusive em Santa Maria.

Eu – Ah, é, conheces Santa Maria, também?

Dona Dorila – Sim, meu marido ia comprar mercadorias lá, mas isso já faz muito tempo. Mas, até hoje tenho um jogo de toalhas de prato de lá.

Eu- E seus outros filhos onde moram?

Dona Dorila - Dois moram em Montevideo, e agora um está construindo uma casa do lado da minha. A família toda está lá em casa, não te convido para ir lá, porque tá uma bagunça, não gosto quando ficam invadindo o espaço da gente. A gente vai ficando velho e cada vez mais chato, não quero me incomodar com os outros.

Em meio a esse relato, pergunto-me qual o sentimento de pertença dessa mulher: é mais uruguaia, é mais brasileira, ou ambos os lados têm a mesma representação na sua vida? De prontidão ela me garante que o coração “bate” bem mais forte pela sua identidade maternal, a terra uruguaia. No entanto, estar na fronteira, segundo Dorila, é estar num espaço privilegiado:

Olha só o pancho do seu Jesus, é como ele diz: o pão, a mostarda, o sabor é tudo do Uruguai, mas a malandragem, o “jeitinho” é bem brasileiro (risadas). Porque ali do outro (ao se referir ao Uruguai) não temos essa espontaneidade, essa “malandragem” dos brasileiros. Mas, nem posso falar muito por que minha família tá bem misturada. Já tenho vários netos bem brasileiros, outros uruguaio, e o amor é o mesmo dos dois lados. (Dona Dorila)

Dona Dorila que foi embora, sem me dar seu telefone, ou qualquer indicativo do endereço. Contou-me uma pequena parte da sua vida sentada num banco da praça, mas não queria envolvimento maiores, no entanto, fez questão de me alertar para o fato de que Seu Jesus tinha muito mais histórias do que ela para falar sobre a fronteira. Se para Seu Jesus e para Dorila, a fronteira é este lugar de construção de identidades e de estabelecimento de relações, para alguns de seus filhos a fronteira é, hoje, apenas o lugar de “passagem”, do reencontro com a família em datas festivas, ou férias, seus lugares antropológicos agora podem estar em Porto Alegre, em Florianópolis, em Montevideo: nos seus escritórios de trabalho, nas escolas dos filhos, no mercado do bairro, mas não mais essencialmente naquela fronteira, no entanto, em tantas outras que são ultrapassadas cotidianamente.

Por falar em cruzar fronteiras, volto também a encontrar na cidade de Livramento com “o último gaúcho valente da fronteira”, ao menos é assim que se denomina Gaúcho Barreto. Sentando na soleira da porta de seu bar, mais conhecido como boteco, em frente à Praça Artigas, no pacato Bairro Prado de Livramento, Antônio Carlos Guedes Barros pareceu-me com a aparência bem mais velha. Sua barba branca, longa, não esconde mais o peso dos seus setenta anos. Grande parte desses anos vivenciados pelo mais intenso cruzar desta fronteira. Este homem já foi personagem de muitas matérias jornalísticas²⁹ em relação ao que se passa numa fronteira, afinal ele foi um dos maiores contrabandistas³⁰ da região.

Hoje, no entanto, o Gaúcho se dedica a fazer “boia” para a vizinhança, bem como a cultivar referências do tradicionalismo. Mas no passado, a vida de chibeiro rendeu-lhe boas histórias, relatadas naqueles recortes de jornais colados na parede, que li, enquanto ele preparava, na cozinha, uma massa uruguaia, com feijão brasileiro: “*Nascemos, vivemos e vamos morrer nas lidas do contrabando. Se acabarem com o chibo, o que vamos fazer para sobreviver. Virar bandido?*” (Gaúcho Barreto, em reportagem do Zero Hora, de 1999). Diante do discurso acalorado do gaúcho Barreto no jornal, pergunto-lhe o que o levou a largar o trabalho de contrabandista:

Barreto - Ah menina, sou um homem da paz. Tá vendo meu lenço? Gosto de lenço branco, não gosto do vermelho, ele lembra sangue, as pessoas que

²⁹Gaúcho Barreto tem nas paredes de seu bar, inúmeros quadros com reportagens e referências de sua história e de pessoas que marcaram sua trajetória no tradicionalismo, no trabalho como contrabandista, etc. Além disso, guarda documentos, jornais, livros antigos que contam a história desta fronteira.

³⁰O termo contrabandista, neste caso, pode ser substituído, também, por chibeiro, quileiro, formiguinha ou ainda, tropeiro da linha. Todas estas denominações servem para designar pessoas, como Gaúcho Barreto, que vivem da prática ilegal do comércio sem pagamento de impostos na fronteira.

usam se enchem de pose, acham que são os tais. Gosto de usar a aba do chapéu baixa também, não sou da guerra, só queria trabalhar honestamente por meio do contrabando, mas fui preso e resolvi parar, tentar arrumar outro jeito de me sustentar por aqui, cuidar da minha família.

Eu – E o que foi fazer, então?

Barreto – Aí tive um “boteco” bem em cima da linha. Já te contei isso?

O bar mencionado por Barreto ficava exatamente em cima da *linha* da fronteira, no limite político e administrativo dos dois Estados. Metade do bar era uruguaio, outra metade brasileiro, por isso ficou conhecido como “intermediário de paisanos”. De um lado, Barreto servia o chope uruguaio, do outro o brasileiro e, desta forma, todos ficavam satisfeitos. Segundo Barreto, essa história de “linha imaginária” é “conversa pra boi dormir”, porque assim como as pessoas se encontram ali na *linha*, elas também sabem muito bem, que ali existe uma demarcação muito visível, que se expressa nos diversos âmbitos da vida. Entre um mate e outro ele me conta das suas decepções com a situação de Livramento, por exemplo, que com poucas empresas, e naquele momento com a Santa Casa fechada parece não “ir para frente”, enquanto do outro lado, em Rivera, as coisas estão acontecendo. Isso é perceptível, segundo Barreto, tanto pelas novas posturas assumidas pelos partidos políticos que foram eleitos dos dois lados, bem como pela oscilação do câmbio, da valorização ou não do dólar em relação ao real, ou ao peso uruguaio.

Mas, Gaúcho Barreto já não vive mais no “entrevero” cotidiano da fronteira, pois não possui mais o bar na *linha* e largou, definitivamente, sua vida de contrabandista. Ele diz gostar mesmo, neste momento da vida, de tomar um mate na soleira do seu boteco tranquilo, cuidando do Gaúcho Pampa de 109 anos que, entre um resmungo e outro, anda com dificuldades. Gosta de falar sobre o seu “piá”, que, com dez anos, já cavalga e participa de tiros de laço. Por fim, gosta de fazer um cafuné na sua morena, com quem vive há 53 anos.

(...) estamos juntos há tantos anos, mas só casamos no papel mesmo em 1993, quando meu cunhado resolveu pagar a festa (risadas). Aí aproveitamos, quem disse que os brutos não amam. (Gaúcho Barreto)

E nesta aparente “pasmaceira” e tranquilidade, gaúcho Barreto construiu seu lugar, em torno – por meio e na *linha* da fronteira. Para ele hoje, o não-lugar é seu antigo boteco que já não existe mais, é seu velho caminhão de contrabando, materialidades que possibilitaram seu deslocar sobre este espaço – este lugar praticado que é a *linha*.

Diante desta tentativa de reconhecer por meio do movimento, dos deslocamentos cotidianos destes sujeitos de fronteiras, é importante ressaltar que o lugar e o não-lugar

dependem diretamente das escolhas desses sujeitos, de que forma eles se relacionam e se apropriam das oportunidades vivenciadas em uma fronteira. O espaço que para uns se constitui como lugar antropológico, para outros é um não-lugar dotado pelas características de efemeridade, de passagem. Neste sentido, também, tento reconhecer qual é o meu lugar neste espaço: o lugar antropológico do pesquisador e sua necessidade de estar e vivenciar um pouco da realidade do “outro”, ou um não-lugar, tendo no campo este espaço de passagem, que se acaba logo ali quando se termina a dissertação:

Quero só ver, logo vai terminar teus estudos, vai embora pros Estados Unidos, e não volta mais ver a gente (fala Jesus, em praticamente todas as vezes que resolvo sentar no banco da praça e comer um pancho, ouvir uma história, encontrar com os interlocutores, com a fronteira, me (des)encontrando comigo mesmo)

O questionamento do Seu Jesus é também meu próprio questionamento, qual postura como antropóloga e fotógrafa devo ter neste lugar, que é o lugar deles: de Dona Dorila, Gaúcho Barreto, Néstor Garcia, Ata Hussein, Dona Marli, Maria Elizabeth e Thelmo Gazola, Jorge e tantos outros sujeitos que ainda estou para encontrar neste caminhar, neste traçar percursos, impregnados de significados e sentidos. Por isso, tendo como perspectiva um exercício fotoetnográfico, no próximo capítulo deste trabalho, dou início às discussões sobre o uso da imagem, mais em específico da fotografia nas Ciências Sociais, procurando pensar qual o lugar, o não-lugar do ato-fotográfico, da máquina fotográfica, do espaço de enunciação criado a partir de um recorte, de um olhar possível sobre a fronteira.

CAPÍTULO 2

O ato-fotográfico e o reconhecimento do seu lugar/não-lugar no fazer antropológico.



Mais uma vez, neste capítulo, voltamos a ultrapassar fronteiras: as do ato-fotográfico e do espaço de enunciação criado na fotografia, na narrativa fotoetnográfica. E para dar início a essa discussão, trago as três fotos acima, que a princípio podem não remeter diretamente à realidade de fronteira, mas que, no entanto, do meu ponto de vista, têm intrínsecas na sua narrativa muitas fronteiras que são cruzadas, reconhecidas no ato-fotográfico.

Em um final de tarde, durante meu trabalho de campo em Uruguaiiana, convidei a amiga Clarissa³¹ para fotografar o descer do sol sobre as águas do Rio Uruguai. Antes disso, sugeri que parássemos em frente à Ponte Internacional em Uruguaiiana para fotografar alguns momentos do movimento de carros pela ponte. Foi quando Seu Jorge, porteiro do prédio Rio Sol, que fica em frente à ponte, chamou-nos. O porteiro, um senhor muito calmo e solícito, convidou-nos para fotografar de um dos apartamentos do prédio, argumentando que tinha boa relação com Dona Yolanda, moradora do sétimo andar e que poderia fazer contato com ela, para que pudéssemos fazer fotos lá de cima. De imediato aceitamos a ajuda e pedimos que ele nos apresentasse para Dona Yolanda.

O prédio Rio Sol, em Uruguaiiana, é um dos maiores da cidade e muito sofisticado, onde cada apartamento ocupa um andar. E, no sétimo andar, encontramos com Dona Yolanda, uma senhora já de idade avançada, muito reservada - uma mulher de poucas palavras, mas de muitas imagens -, no entanto, muito atenciosa. Ela recebeu-nos no seu apartamento e levou-nos até a sacada, onde a vista era simplesmente de tirar o fôlego,

³¹ Conheci Clarissa em Uruguaiiana durante meu primeiro ano de trabalho de campo na fronteira, por meio de amigos de faculdade de Santa Maria, a partir de então todas as em todas minhas viagens a campo sempre me hospedei em sua casa. Neste sentido, não se trata de uma informante, mas sim de uma amiga que abriu as portas de sua casa enquanto realizava meu trabalho.

ainda mais naquele final de tarde, em que o sol, em tom avermelhado, descia lentamente sobre o Rio Uruguai: “tenho feitas ótimas fotos aqui”, diz Yolanda, que em um dos corredores de seu apartamento mantém uma galeria de fotos dos mais diversos lugares em que ela e o marido estiveram – assim quantas fronteiras, quantos olhares viajantes e quantos não-lugares percorridos. Não tive dúvidas das belíssimas imagens que Yolanda teria feito, afinal tanto o pôr do sol, que nasce no lado brasileiro do Rio Uruguai, quanto o descer do sol que desaparece no lado argentino do rio podem ser vistos daquela ampla sacada.

Enquanto Clarissa fazia companhia a Dona Yolanda eu me dediquei em esperar o “momento decisivo”, sugerido pelo fotógrafo Henri Cartier-Bresson, referindo-se ao ato-fotográfico. Foi então que, ao olhar para baixo, percebi um homem deitado em frente à igreja, que ficava do lado do prédio. Como portava, naquele momento, uma lente tele-objetiva³², ajustada na minha máquina fotográfica, foi possível trazer para mais perto a imagem do homem e observei o quanto eram interessantes as formas geométricas possibilitadas pelos ladrilhos da calçada, somadas à postura do homem que permanecia deitado. Apertei o botão, realizando um clique, identificando um dos meus momentos decisivos daquele final de tarde. Acabava de ultrapassar uma das primeiras fronteiras do ato-fotográfico: trazer a imagem para mais perto, mesmo estando no sétimo andar de um prédio, isso por meio da escolha de uma lente apropriada para tal ato, ou seja, fotografar significa atravessar as fronteiras das possibilidades técnicas e estéticas. Nesse sentido, fotografar, para mim, significa dominar as potencialidades do aparato tecnológico, bem como identificar as possibilidades de olhares sobre a realidade, explorando enquadramentos, movimentos de câmera, luminosidade, a própria dinâmica das imagens. Segundo Achutti (2004) é na aptidão para ver as coisas a sua volta e da habilidade e domínio da técnica que o pesquisador garante a eficácia da fotografia como um meio de capturar imagens e assim difundi-las.

Em seguida, observei que do lado de fora da sacada do prédio, por meio de um vidro que refletia, era possível ver a mesma imagem do homem deitado, só no sentido inverso. Assim, tinha na minha frente a imagem de dois homens que permaneciam descansando em frente à igreja, cada um virado para um lado, um sendo o reflexo - o espelho

³² A lente tele-objetiva tem como função aumentar o tamanho da imagem, assim, quanto maior a distância focal, maior será a imagem formada. A lente que usava era a 28-300 mm milímetros, e realizei a foto quando a distância focal correspondia a 300 mm. As lentes tele-objetivas apresentam distância focal maior do que a objetiva normal, que é a 50 mm, podendo assim ser: 85, 105, 200, 300, 400, 500 mm etc.

- do outro. Não tive dúvida de fechar minha lente tele-objetiva, fazendo com que ela se tornasse uma grande-angular³³, dessa forma, conseguindo na mesma imagem, colocar a figura dos dois homens - do mesmo homem deitado. Apertei o botão, realizando mais um clique, revelando o meu segundo momento decisivo da tardinha. Então, mais uma fronteira foi ultrapassada: do “aparentemente invisível”, quando por meio da observação atenta é possível termos a visibilidade de reflexos, de detalhes, de pormenores inseridos nas coisas, nas pessoas, por fim no ato-fotográfico.

Neste sentido, fotografar significa apropriar-se de códigos de leitura que muitas vezes passam despercebidos, mas que, no recorte da imagem, ganham significados e sentidos visíveis. Segundo Carlos Rodrigues Brandão (2004), o processo de criação das imagens é sempre essa escolha pessoal. Por isso, a fotografia é algo mais que uma técnica, ela deve dizer com um sentido artístico revelando um estilo pessoal, mesmo no olhar do antropólogo. Para o autor, é pensando nessa perspectiva que a fotografia é muito mais do que uma técnica da imagem, mas corresponde a uma *poética do imaginário* (Brandão, 2004:35, grifo do autor). Ao encontro dessa ideia é possível pensar na perspectiva de Boris Kossoy (1999) que vê na fotografia o poder de um duplo testemunho, pelo que ela nos mostra da cena, que é irreversível, mas também pelo que ela nos mostra do autor

(...) é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho. (KOSSOY, 1999:33)

Seguindo neste testemunho de uma criação, bem como a criação de um testemunho, permaneci atenta ao homem da sacada de Dona Yolanda. Depois de quinze minutos deitado em frente à igreja, o homem levantou-se. O acompanhei realizando meu último clique em relação à cena. Nesse momento, entendo que mais uma fronteira foi cruzada naquele final de tarde, seguindo o movimento do homem, que, ao levantar-se, começa a estabelecer um novo sentido para seu discurso enunciativo, deslocando-se pelo espaço, saindo do quadro da minha última foto e seguindo seu caminho em outra direção pelas ruas de Uruguaiana. Mesmo estando fixado, “aprisionado” nas minhas fotografias, o homem - sujeito enunciador -, por meio de sua escolha, dava sentido à sua caminhada por aquela fronteira, extrapolando, naquele momento, o limite do ato-fotográfico, mas

³³ A lente grande-angular tem a distância focal menor do que a objetiva normal (50 mm) – As mais comuns são 24 mm e 35 mm e têm como principal função abranger um ângulo maior, podendo agregar mais elementos na imagem.

garantindo a mim o recorte de um momento único, que jamais se repetiria. Para Roland Barthes (1984) a fotografia repete mecanicamente o que nunca mais poderá ser existencialmente, o que a fotografia estaria reproduzindo só acontece uma vez. De fato o movimento daquele mesmo homem, naquele mesmo espaço e nas mesmas circunstâncias, tenho certeza que nunca mais o fotografarei, não ao menos com o mesmo “olhar”.

Essa passagem remete-me às discussões de Ana Luiza Carvalho da Rocha (1995), que discorre sobre a perspectiva de pensar no lugar ocupado pela imaginação criadora ao construir a solidez científica do texto etnográfico. Conforme a autora, o texto etnográfico não pode “abdicar das formas simbólicas de conhecimento humano, as quais expressam o ato de assimilação subjetiva do mundo vivida pelo próprio etnógrafo, em seus diversos graus de profundidade” (Rocha, 1995: 109). No momento em que realizei estas fotografias do sétimo andar do apartamento de Dona Yolanda, elas tinham apenas um valor estético e simbólico, no sentido que, ingenuamente, descrevia como “bonitas” e “curiosas” tais composições. No entanto, após retornar do meu trabalho de campo e analisar as imagens que realizei durante a viagem, propus pensar estas composições como fotografias portadoras de informação e analogias às fronteiras que são estabelecidas pelo ato-fotográfico. Entendo que as formas simbólicas, da maneira como vemos o mundo, constroem a solidez de um trabalho científico, por isso não podemos abandonar esses “olhares descomprometidos” ao mero descaso. Pois são esses momentos decisivos e inesperados que povoam nossa imaginação criadora e por que não, cientificamente, sólida?

Levando em conta esses três momentos decisivos daquele final de tarde, lembro, ainda, das discussões de Arthur Omar (1997), no livro *Antropologia da Face gloriosa*. Segundo o autor, a fotografia não para o tempo, mas abre a trama do tempo, extraíndo daí algo que já é fotografia. Ela, nesse sentido, não fixa, mas modula o tempo. Para Omar, o ato-fotográfico representa a propriedade estética das coisas, os instantes de êxtase, de espanto, de sensualidade, de desconfiança, que são extraídos da natureza, mas acima de tudo produzidos pelo olhar do fotógrafo. Por meio do fazer fotográfico, o sujeito enunciador é capaz de descobrir a “glória” que atravessa as coisas mais insignificantes. O trabalho do fotógrafo, por isso, é fazer surgir corpos e suas máscaras, conferindo o que o autor denomina como “ressurreição estética”. Essa ressurreição

estética pode ser encontrada em um homem deitado, no reflexo de sua imagem, no movimento de seus passos, no descer do sol sobre as águas do Rio Uruguai

Eu penso em imagens congeladas numa fotografia. No entanto, esta não está impressa numa placa, parece desenhada a pena, é uma recordação, minuciosa e perfeita, de volumes suaves e cores quentes, renascentista, como uma intenção captada sobre o papel granulado ou uma tela. É um momento profético, é toda nossa existência, tudo o que foi vivido e está por viver, todas as épocas simultâneas, sem princípio nem fim. A certa distância olho esse desenho, onde também estou. Sou espectador e protagonista. Estou na penumbra, velado pela bruma de um cortinado lúcido. Sei que sou eu, mas sou também este que observa de fora (...) (ROLF CARLÉ, (1996), no livro "Contos de Eva Luna", de Isabel Allende)

Por meio desta passagem literária extraída do livro "Contos de Eva Luna" de Isabel Allende, proponho pensar o papel da fotografia no meu trabalho de campo, mais do que isso a fotografia como o discurso antropológico complementar a etnografia escrita já desenvolvida no primeiro capítulo deste texto. Por meio da metáfora transcrita acima, é possível entender neste papel do antropólogo-fotógrafo em campo, que ao olhar para suas fotografias, também se vê ali, no seu discurso, nas escolhas efetivadas diante da realidade, na escolha do olhar, da maneira de ver e interpretar os dados sensíveis do mundo fronteiro, muito mais no meu caso que em alguns momentos me coloco como interlocutora do meu próprio trabalho, ao vivenciar as implicações de estar na fronteira. É pensar no papel de ser um espectador e um protagonista, a partir do momento que se observa de fora, de longe, mas ao mesmo se vive as particularidades da fronteira. É neste sentido, que procuro entender meu trabalho de campo, com estes dois olhares: uma câmera presente na relação com os interlocutores, que mostra o cotidiano, as pessoas e suas relações. Ao mesmo tempo, uma câmera "clandestina", que atravessa a fronteira, muitas vezes não sendo desejada ali, que está na bolsa escondida, que não permite um tempo suficiente para ajustar foco, ou então que tenta reproduzir o olhar de um viajante, de um cruzador. Assim, os olhares sobre um lugar antropológico e de um não-lugar na fronteira.

Essas reflexões acerca do manuseio dos códigos da linguagem fotográfica e de suas possibilidades estéticas e informativas sempre nortearam minhas apreensões como fotógrafa, mais do que isso meu estar em campo e uma relação com os interlocutores e com a fronteira mediada pela máquina fotográfica que mais do que um aparato tecnológico é um dispositivo que possibilita meu olhar sobre o mundo, a construção de um discurso antropológico a cerca de uma cultura. Mas, antes de adentrar nas

discussões conceituais e teóricas da fotoetnografia, retomo um pouco da minha história no mundo da imagem. A fotografia entrou na minha vida desde cedo, sem grandes equipamentos, quanto menos um domínio adequado sobre a técnica. Foi no interior de Charrua, cidade em que nasci, que conheci minha primeira máquina fotográfica. Um objeto quadrado, pequeno, que possui um pequeno visor acoplado. Tocar naquela máquina era quase proibido, na verdade impossível, se meu pai não estivesse por perto. Ele não era fotógrafo, creio que seu sonho não fosse ser, no entanto, a aquisição da máquina fotográfica foi um evento para toda a família e os vizinhos. E ele era dono daquele “poder” de registrar toda a família.

Depois deste primeiro contato, outro momento importante nessa trajetória se deu quando meu irmão comprou uma ZENIT analógica. Essa já era uma máquina bem maior e mais significativa do que a do meu pai. Era grande, pesada e algo se desmembrava dela como se fosse uma arma – era sua lente. Nunca me esqueço que o momento mais curioso desse equipamento foi quando meu irmão o preparou para “bater” uma foto automaticamente, assim todos nós iríamos aparecer no registro. Colocou a máquina na cadeira, ajustou o foco e apertou o disparador, correndo para junto de nós. É nítida ainda em mim a sensação de admiração de todos nós, diante desse “avanço tecnológico”.

Foi essa máquina que ganhei do meu irmão no primeiro ano do curso de jornalismo em uma disciplina de Fotojornalismo. De imediato, o gosto e a curiosidade pela técnica e pela magia de ver a imagem nascendo de um papel fotográfico, no laboratório de revelação, fizeram com que eu não largasse mais a máquina. Depois dessa disciplina, fui monitora do laboratório de fotografia analógica do curso, auxiliando os alunos no processo de revelação do negativo. As horas que passávamos numa sala escura ganhavam o brilho da luz que emergia do papel fotográfico e do olhar de cada um daqueles alunos de Jornalismo que, como eu, impressionavam-se com o “nascido mágico” de uma imagem, quando os sais de prata, imersos em líquidos ácidos e básicos, iam ganhando vida e sentidos.

A monitoria da disciplina durou dois semestres, logo depois comecei a trabalhar com imagem digital. Um processo não mais tão “mágico”, pois não era o nascer de uma imagem numa sala escura que dava sentido às descobertas e experimentações feitas no ato-fotográfico, mas um processo inculcado na instantaneidade e praticidade no uso dos equipamentos e na avaliação de resultados. No entanto, como minha formação em fotografia foi com uma máquina analógica, o manuseio de um equipamento digital

sempre partiu dos princípios de escolhas manuais da velocidade do obturador³⁴, abertura do diafragma³⁵, compreensão das medidas de luz apontadas pelo fotômetro³⁶, enfim, a apropriação da técnica fotográfica sempre baseada na experimentação e no estudo das possibilidades de realização do ato-fotográfico em diferentes ambientes, cenários, ou seja, diferentes condições de luminosidade. Pois sim, fotografar é o ato-romântico de escrever com a luz, pressuposto que descrevo mais adiante no texto.

A partir do segundo ano de faculdade, todos os meus estágios acadêmicos, projetos de extensão e pesquisa teóricas foram direcionados para o campo da imagem, especificamente, do cinema e da fotografia. No último ano do curso de Jornalismo, comecei meu estágio no Jornal Diário de Santa Maria, na editoria de fotografia. Neste estágio, além de trabalhar com edição das imagens que chegavam da rua, também, comecei a fotografar pautas³⁷, sair para a rua e, na vivência prática do jornalismo diário, sentir na “pele” as agruras e os prazeres de ser uma fotojornalista. Fui estagiária desse jornal durante dois anos e, posteriormente, passei a ser fotógrafa freelancer³⁸ do mesmo jornal, realizando, ainda, projetos pessoais de fotografia. Desde 2008, uso uma máquina digital Nikon D80, com uma lente 28-300 mm, podendo ser usada tanto como grande angular, quanto como uma tele-objetiva.

Com essa reflexão sobre minha inserção no mundo da fotografia e dos três “momentos decisivos” num final de tarde em uma fronteira, começo a discussão sobre o ato-fotográfico e sua apropriação nos estudos das Ciências Sociais, em específico na

³⁴ Obturador é um mecanismo que em máquinas analógicas aparece em forma de cortina de tecido ou laminado metálico em preto fosco, tendo como finalidade **controlar o tempo que a imagem ficará exposta sobre o “filme”, o sensor digital** (ao pensar em máquinas digitais). Velocidades em que a cortina do obturador abre e fecha, normalmente são os seguintes valores: **B, 1, 2, 4, 8, 15, 30, 60, 125, 250, 500, 1000, 2000, 3600, etc...** A velocidade 1 corresponde a 1 segundo; a velocidade 2, corresponde ½ segundo. A 4 corresponde ¼ segundos.

³⁵ Diafragma é um orifício pela qual a luz passa, sendo seu funcionamento semelhante ao da retina humana. Também pode ser chamado de abertura. Quanto mais luminoso é o ambiente, mais o diafragma se fecha, para evitar o excesso de luz. E quanto menor a quantidade de luz disponível no ambiente, mais o diafragma abre, para captar melhor a luz. Portanto, quanto mais luminosa for a cena, menor deve ser a abertura da câmera. E quanto menor a quantidade de luz, maior deve ser a abertura. Aberturas do diafragma 1.4 (maior abertura), 2, 2.8, 4, 5.6, 8, 11, 16, 22 e 32 (menor abertura). Esses números são chamados de f. **Quanto maior o número f, maior será o bloqueio a entrada de luz, menor a abertura do diafragma.**

³⁶ Fotômetro está incorporado a quase todas as câmeras não-automáticas, e mede a quantidade de luz refletida por uma imagem, orientando o fotógrafo no equacionamento correto da abertura (diafragma) e velocidade (obturador).

³⁷ Pauta jornalística pode ser definida como o recorte a ser abordado em determinadas matérias jornalísticas, por exemplo, se a matéria é sobre meio-ambiente, pode ser uma pauta entrevistar moradores que moram nas margens do Arroio Cadena em Santa Maria.

³⁸ O profissional freelancer presta serviço para uma empresa esporadicamente, sem vínculo empregatício, sem ter carteira assinada, podendo ser contratado para projetos específicos, ou para cobrir férias dos profissionais contratados, ou eventuais falta de pessoal.

Antropologia visual. Ao abordar e usar a fotografia como recurso para apresentar a minha leitura sobre as vivências dos sujeitos de fronteira, procuro, na fotoetnografia, estabelecer relações entre a antropologia e o texto imagético, como discurso significativo. Vamos, então, pensar no uso de imagens.

2.1 – O caminhar do “antropólogo-fotógrafo” no discurso imagético

Creio que não cabe mais a antropologia, como qualquer outra ciência, levantar a questão em torno da prerrogativa de que uma imagem substitui mil palavras, pois segundo a discussão levantada por Andrea Barbosa (2009) textos e imagens são complementares, no momento em que as imagens no trabalho de campo se mostram como possibilidades de provocar e expressar a pesquisa, em muitos casos que não seriam possíveis somente por meio da escrita. Essa complementaridade, segundo a autora, se dá não necessariamente porque o texto pode controlar o caráter polissêmico das imagens, associando-se a elas com caráter explicativo, “mas por possibilitar entradas e construções diferentes dentro da mesma temática trabalhada” (Barbosa, 2009:72). Neste sentido, proponho nesta dissertação trabalhar com esses dois discursos: da escrita e o imagético, um complementando e se relacionando com o outro, porém entendendo o discurso escrito como um “território” enunciativo diferente do outro “território” proposto pelo discurso imagético. Mesmo que as fronteiras entre os dois textos - escrito e fotográfico - muitas vezes sejam tênues, cabe lembrar que as marcas enunciativas manuseadas pelo sujeito partem de códigos de linguagem distintos. No caso do meu trabalho, a intenção é apresentar minha leitura sobre a fronteira no texto escrito, mas especialmente como objeto de análise na fotografia.

Entretanto, nesse processo, a construção de um discurso partirá nas duas manifestações enunciativas, de códigos diferentes: no texto escrito, pretendo estabelecer uma narrativa coerente por meio dos códigos da língua portuguesa, suas regras gramaticais, as regras de construção de um texto, levando em conta os consensos sintático, semântico e pragmático. Na imagem, meu esforço em apresentar os dados de campo depende da escolha de técnicas adequadas, de enquadramentos significativos, de cenas que unam sujeitos, lugares, símbolos e apropriação da linguagem visual para moldar dados sensíveis do mundo social, a fim de informar, ou então, “apenas” povoar de possibilidades imagéticas o olhar dos espectadores. Ainda, conforme Barbosa (2009) essas diferentes possibilidades de linguagens mobilizam sentidos e fazem surgir diversos “estilos cognitivos”, que estabelecem meios de comunicação e diferentes formas de conhecer o mundo. Esses estilos cognitivos, segundo a autora, dependem das diferentes formas de pensar: “pensamos diferente, por exemplo, se mobilizamos imagens e palavras” (Barbosa, 2009: 74). Assim, seria impossível ter o mesmo olhar

sobre o mundo, com ou sem câmera. De fato, para mim, isso é muito “visível” no trabalho de campo e creio que fique claro, também, aqui neste texto dividido entre uma etnografia escrita no primeiro capítulo e uma fotoetnografia no terceiro capítulo. Por mais que esteja trabalhando sobre o mesmo campo, a mesma realidade, os discursos imagéticos e escritos por mais complementares que sejam, são olhares distintos sobre a fronteira.

Vêm ao encontro dessas reflexões as ideias de Sylvia Caiuby Novaes (1998), que entende as imagens, assim como os textos, enquanto artefatos culturais. Para a autora, a produção e a análise do texto imagético permite ao pesquisador reconstituir a história cultural de grupos sociais, assim como os processos de mudanças econômicas e da dinâmica das relações interétnicas. Dessa forma, o uso de imagens apresenta novas possibilidades de interpretação da história cultural e o aprofundamento do universo simbólico “que se exprime em sistemas de atitudes, por meio das quais grupos sociais se definem, constroem identidades e apreendem mentalidades” (Novaes, 1998:116). As imagens contribuem para uma melhor comunicação intercultural, que de acordo com a autora sempre foi um dos objetivos mais caros da Antropologia. Por isso, a aproximação entre Antropologia e imagens contribui para esta meta, quando na fotografia é permitido captar e transmitir o que não tão facilmente transmissível por meio da escrita.

Ao concordar com a perspectiva da autora, torna-se importante, neste primeiro momento, discorrendo sobre minha intenção de mostrar essa cultura de fronteira e o “caminhar” de seus sujeitos por meio da fotografia, retomar algumas reflexões em relação ao lugar ocupado pelo ato-fotográfico, o fotógrafo, e a máquina em campo. Dialogo com Dubois (1993), entendendo o ato-fotográfico como um espaço onde o “sujeito está em processo”. Esse sujeito, como enunciador, usa de códigos da linguagem visual, tendo em vista a consciência do processo de produção, os mecanismos que são acionados nessa produção e ainda a construção da subjetividade do sujeito que está atrás da máquina – do fotógrafo - e por que não do sujeito que está frente a ela – os interlocutores?

Com a fotografia, não nos é mais possível pensar a imagem fora do ato que a faz ser. A foto não é apenas uma imagem (...) é também, em primeiro lugar, um verdadeiro ato icônico, uma imagem, se quisermos, mas em trabalho, algo que não se pode conceber fora de suas circunstâncias, fora do jogo que a anima em comprová-la literalmente (...). (DUBOIS, 1993:15)

A imagem, neste sentido, assim como o “caminhar” discutido no primeiro capítulo, é um espaço de enunciação, em que o fotógrafo – “ente” que carrega a máquina, se apropria dela e dispara o clique – dispõe de uma subjetividade, da possibilidade de compor a realidade a partir do recorte que acredita ser mais conveniente para mostrar o lugar, neste caso, também o não-lugar. Por meio do lugar/não-lugar que aparece nas fotografias, é possível, também, mostrar sujeitos que, no exercício de sua subjetividade, ao estarem diante de uma câmera, também criam um espaço de enunciação ao falar, andar, portando-se com a intenção de abarcar suas necessidades de serem vistos pelo fotógrafo, conforme seu interesse.

Todas essas questões têm norteado meu trabalho de campo, bem como a reflexão sobre como inserir a máquina, este aparato tecnológico, na relação estabelecida com os interlocutores e com seu cotidiano. Vilém Flusser (2002), ao pontuar a intenção do fotógrafo, sugere alguns passos que esse profissional tem ao deslocar-se nesse espaço, nas margens de um quadrado simétrico de um papel fotográfico:

1. Codificar, em forma de imagens, os conceitos que tem na memória;
 2. Servir-se do aparelho para tanto;
 3. Fazer com que tais imagens sirvam de modelos para outros homens;
 4. Fixar tais imagens para sempre.
- Resumindo: a intenção é de eternizar seus conceitos em forma de imagens acessíveis a outros, a fim de se eternizar no outro. (FLUSSER, 2002:41)

E é neste esquema, aparentemente simples, que entra a complexidade do cruzar fronteiras do ato-fotográfico. Essas fronteiras, demarcadas por limites teóricos e empíricos, fazem-me refletir sobre qual é o lugar desse dispositivo no fazer antropológico, na busca por entender o universo simbólico do outro (se é que isso é possível), e de que forma, por meio de um quadro fotográfico, de uma narrativa fotográfica, o “antropólogo-fotógrafo” pode se colocar diante da realidade, diante do seu próprio fazer imagético. Para Rocha (1995), usar a linguagem visual na construção de narrativas etnográficas é reconstruir o lugar estratégico que ocupa a consciência imaginante do pesquisador, que concebe formas ricas e férteis, modelando os dados do mundo social, buscando representar a “a alma interior que habita os acontecimentos exteriores vividos por uma coletividade” (Rocha, 1995:110).

Lembrando a imagem do fotógrafo caçador, que mencionei na introdução deste trabalho, retomo algumas ideias de Flusser, em relação ao seu gesto. Ao portar a máquina e ir decifrando a intencionalidade da cultura, o fotógrafo, segundo o autor,

salta por cima de várias barreiras (por que não fronteiras?) que separam as regiões do espaço-tempo. Esse estar em frente a uma barreira exige do fotógrafo um “deter-se”, para, posteriormente, decidir em que região do tempo e do espaço vai saltar mais uma vez. Flusser pontua de forma coerente essa “parada” estratégica do fotógrafo antes de dar o próximo passo, chamando-a de **dúvida**. Essa dúvida que, segundo o autor, não diz respeito somente às questões científicas, existenciais, nem mesmo religiosas, diz respeito às decisões sobre como revelar o que está diante de seus olhos, da lente de sua máquina:

Toda vez que o fotógrafo esbarra contra um limite de determinada categoria fotográfica, hesita, porque está descobrindo que há outros pontos de vista disponíveis no programa. Está descobrindo a equivalência de todos os pontos de vista programados, em relação à cena a ser produzida (...). Com efeito: o fotógrafo hesita, por que está descobrindo que seu gesto de caçar é movimento de escolha entre pontos de vista equivalentes, e o que vale não é determinado ponto de vista, mas um número máximo de pontos de vista. Escolha quantitativa, não-qualitativa (FLUSSER, 2002:33)

É nesse ponto-chave que gostaria de dar seguimento à discussão: na questão da escolha por vezes quantitativa e não-qualitativa. As novas tecnologias e o acesso à informação e ao conhecimento sobre a fotografia estão cada vez mais impregnando os fotógrafos da ansiedade de fazer muitas imagens, porém nem sempre alcançando a qualidade discursiva necessária. A democratização de acesso aos dispositivos tecnológicos faz com que fotógrafos profissionais “tremam” em suas bases conceituais, técnicas e epistemológicas, diante do dito popular, de que hoje em dia “todo mundo pode ser fotógrafo”. Minha questão não gira em torno da legitimidade do acesso e do uso da fotografia por qualquer pessoa, mas da necessidade de se pensar em como construir nosso recorte, nosso “olhar possível” sobre determinadas realidades, levando em conta questões técnicas, estéticas, informativas e conceituais.

Neste sentido, para mim, a fronteira a ser ultrapassada, a barreira a ser saltada relaciona-se a como mostrar a região de fronteira e seus sujeitos por meio de imagens sem reproduzir, necessariamente, o que já estou dizendo na etnografia escrita, mas propondo uma estética do imaginário, ou seja, “um modo de dizer através das imagens aquilo que não pode ser apreendido de outra forma” (Rocha, 1995:113).

Os questionamentos em relação ao papel da imagem, em especial da fotografia, acontecem desde os primórdios, uma vez que muitos acreditavam que ela poderia

aprisionar a alma das pessoas que fossem fotografadas. Para o escritor Kafka, a fotografia concentrava seu olhar sobre o superficial, obscurecendo a vida secreta que brilha através dos contornos das coisas. Ele dizia que era impossível captar está luz, até com as lentes mais poderosas, pois a vida interior deveria ser apreendida pé ante pé. Na hodiernidade, as dúvidas quanto à eficiência da fotografia, o que se pode de fato captar por meio das lentes, não se dão mais nesse sentido (ao menos não neste trabalho), mas podemos pensar até que ponto a imagem fotográfica é eficiente no campo das Ciências Sociais, na descrição e na apreensão do universo do outro e das nuances da sua cultura.

Dubois (1993) discute a anedota relatada por Alan Sekulla, em seu artigo “On the invention of photographic meaning”, que mostra os usos antropológicos de uma fotografia e suas significações, que são, segundo o autor, determinadas culturalmente. A fotografia não se impõe com uma prova do real para qualquer receptor. A recepção de uma foto estaria condicionada a um aprendizado dos códigos de leitura, pois, para Sekulla, nem todos os homens são iguais diante de uma imagem:

O antropólogo Melville Herkövitz mostrou um dia a uma aborígene uma foto de seu filho. Ela foi incapaz de reconhecer a imagem até o antropólogo atrair sua atenção para os detalhes da foto (...). A fotografia não comunica qualquer mensagem para aquela mulher até que o antropólogo a descreve para ela. Uma proposta, como “isto é uma mensagem” e “isto está no lugar do seu filho”, é necessária a leitura da foto. Uma transposição para a língua que torne explícitos os códigos que procedem à composição da foto é necessária para sua compreensão pelo aborígene. O dispositivo fotográfico é, portanto, de fato um *dispositivo codificado culturalmente*. (Sekulla apud Dubois, 1993: 42)

Ao entender-se a fotografia como um dispositivo codificado culturalmente, é possível defender a ideia de que a imagem não corresponde ao valor de um espelho, de um documento exato, assim sua semelhança infalível é colocada em questão. A imagem fotográfica não pode ser tomada como um dispositivo transparente e inocente, pois parte do fazer de um sujeito enunciativo imerso num universo cultural, de códigos específicos, que nem sempre condizem com tudo que é visto e vivenciado por outros fotógrafos, outros sujeitos que constroem discursos por meio dessa linguagem, ou pelas pessoas que vão ler, contemplar estas imagens.

Assim, a fotografia não pode ser entendida como um veículo incontestável de uma verdade empírica e podemos levantar questões especialmente quanto ao seu uso antropológico e científico: é possível analisar cientificamente documentos fotográficos?

Ou elas apenas ilustram um conceito estabelecido pelo cientista, pelo antropólogo para mostrar uma determinada cultura?

De acordo com Brandão (2004), para obter-se um significado sociocultural de uma imagem fotográfica, deve-se conjugar três elementos de um mesmo processo: a imagem dada como um artefato do olhar, a interpretação do seu objetivo realizado pelo leitor e, por último, a compreensão dos motivos pessoais do etnógrafo-fotógrafo. Para o autor, dado o conjunto desses três elementos, a fotografia, então, passa a ser um recurso lógico, crítico e, também, poético em um trabalho.

Imagens num sentido amplo, mais do que somente a fotografia, fazem parte do nosso cotidiano constantemente, basta olhar para os lados para se ver outdoors, propagandas, a televisão, o cinema, a fotografia no álbum de família, no jornal impresso. Desde os tempos das cavernas as imagens já faziam parte do cotidiano dos homens, que, sem a escrita, representavam sua realidade por meio de traços e símbolos que se constituiriam, mais tarde, no que se conhece como imagem. Antigos filósofos já se questionavam sobre ela: para Platão a imagem engana, seduz as partes mais fracas de nossa alma. Já para Aristóteles, a imagem educa, é eficaz pelo prazer que se sente ao consumi-la. A imagem, porém, acima de qualquer coisa, comunica, transmite mensagens e tornou-se um dos nossos principais consumos na modernidade. Segundo Joly (1996), a utilização de imagens tem se generalizado e todos os dias somos levados a utilizá-las, decifrá-las, interpretá-las tanto ao contemplarmos, como ao fabricarmos. Para a autora, podemos pensar que elas são ameaçadoras por fazermos parte de um paradoxo:

Por um lado, lemos as imagens de uma maneira que nos parece totalmente “natural” que, aparentemente, não exige qualquer aprendizado e, por outro, temos a impressão de estar sofrendo de maneira mais inconsciente do que consciente a ciência de certos iniciados que conseguem nos “manipular”, afogando-nos com imagens em códigos secretos que zombam de nossa ingenuidade. (JOLY, 1996, p.10)

Sob a perspectiva de pensar a imagem como um dispositivo de manipulação sobre a qual estamos expostos cotidianamente, lembro-me das discussões realizadas no Grupo de Pesquisa **Imagem**³⁹, do qual fiz parte, no curso de Jornalismo, sob

³⁹ Grupo de Pesquisa, coordenado pelo Prof. Dr^o Adair Caetano Peruzzolo, financiado pelo CNPQ. Nesse grupo, acadêmicos do curso de comunicação Social – habilitação em Jornalismo, Publicidade Propaganda e Relações Pública da UFSM, se reuniam para discutir temáticas e usos da imagem sob as mais diversas

coordenação do Professor Adair Caetano Peruzzolo. Este professor defendia a ideia da inserção no currículo escolar de uma disciplina que estudasse a imagem, por entender que ela é um texto, com sentidos, com significados e que depende de um fazer textual, de estratégias discursivas que construam este fazer. A imagem é um instrumento de comunicação entre as pessoas e, também, pode servir de instrumento de encontro entre o homem, o mundo e suas relações. Por isso, um mínimo de conhecimento sobre a imagem nos libertaria da sensação de estarmos sendo o tempo todo “manipulados” por ela, sem entender suas nuances.

A fotografia é o principal dispositivo imagético sobre o qual proponho-me a fazer o trabalho de campo, interpretando, dessa forma, os dados de campo, as particularidades da região de fronteira pesquisada, o deslocar-se e a relação dos sujeitos com este espaço. Acredito que fotografar é escrever com e, por meio, da luz, apresentando ao ser humano uma maneira de rever a si mesmo e de contemplar suas representações do mundo, olhares possíveis sobre suas escolhas, suas relações. Além disso, a fotografia evoca o mundo ao acontecimento representado, bem como os sujeitos envolvidos em determinadas situações e as relações que são estabelecidas a partir de suas escolhas. Ela possibilita, assim, ancorar sentidos e informar as pessoas, constituindo um espaço de enunciação. Ao pensar nesse espaço de enunciação, criado por meio da fotografia, neste momento, proponho-me a refletir sobre o papel da imagem no trabalho etnográfico.

2.2 – A fotografia e suas implicações no fazer etnográfico: a fotoetnografia

Há muito tempo a fotografia é usada no trabalho etnográfico para coletar dados, registrar ambientes, auxiliando, assim, o antropólogo a entender melhor a cultura que está sendo estudada. No entanto, a fotografia, em geral, foi usada como um recurso complementar para ajudar na descrição do que era visto em campo, ficando comumente em segundo plano, como ilustração daquela realidade, enquanto a etnografia, baseada no texto escrito, era e, ainda, é a prioridade. Mas a fotografia é mais do que uma forma de mostrar nossas memórias e as diferentes culturas: ela tem e é um grande potencial narrativo, que parte de um fazer textual de um sujeito enunciador, sendo pois o próprio discurso antropológico. Para Marc Henri Piault (2000), a desconfiança da antropologia em relação ao uso de imagens está ligada a tudo que parece *mise en scène*, de ordem ficcional. Por isso, de acordo com o autor é importante se pensar que não existe imagem sem *mise en scène*, o processo de criação de imagens corresponde à disposição do olhar para certo conhecimento. Por mais que as fotografias estão impregnadas do real, elas não podem ser consideradas uma extensão desta realidade, mas são o processo de criação interpretativa do pesquisador em relação a cultura estudada. Segundo, Beloff (1985) *apud* Novaes (1998:117) “a fotografia explicita esta mistura feliz de informação, acaso, estética e intenção”.

Adentrando no universo mais específico da fotografia etnográfica, dialogo com Joana Scherer (1995) que entende a fotografia etnográfica a partir do seu uso como meio de registro e compreensão das culturas, “tanto do objeto quanto do fotógrafo”. Para a autora, o que torna a fotografia etnográfica é como ela é usada para informar etnograficamente e não somente a preocupação com os propósitos pela qual ela é produzida. Assim, as fotografias na antropologia estão abertas para a análise e interpretações, sendo importante pensarmos no relacionamento entre fotógrafo, objeto e espectador. Para dar conta do entendimento sobre o uso da fotografia nos estudos da antropologia, ancoo minhas discussões no trabalho de Luiz Eduardo Robinson Achutti (1997, 2004), ao tratar de fotoetnografia.

Lembro-me perfeitamente do dia em que um colega do Jornalismo, sabendo do meu interesse na antropologia, me trouxe um livro de presente. Era no mínimo curioso manuseá-lo, já que o livro tinha duas capas uma em sentido inverso para a outra, bem como sua narrativa interna propunha dois inícios, quem sabe não tendo um fim. O livro era do pesquisador Luiz Eduardo Robinson Achutti, que se propunha a ver e interpretar

o trabalho etnográfico por meio de fotografias. O livro referido é “*Fotoetnografia: Um estudo de Antropologia Visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*”, penso que talvez a proposta do autor ao apresentar dois começos e não um fim tradicional do livro tenha a ver com a relação polissêmica da narrativa fotográfica, quando a imagem deixa uma margem para diversas interpretações e construções de sentido, ou seja, a possibilidade de uma gama imensa de olhares sobre o que está sendo mostrado. Quem sabe a narrativa fotográfica de fato não está fechada, não tenha um fim em si, mas sempre o começo para novas leituras e a imaginação criadora sobre a fotografia, já, também, criada pelo olhar do fotógrafo. No entanto, cabe a mim discutir os conceitos e usos da fotoetnografia já desveladas pelo autor, mais do que tentar entender sua narrativa fotográfica.

Para Achutti (2004), o trabalho de antropologia visual que utilize a fotografia, exige do antropólogo o domínio sobre a linguagem fotográfica, assim como para o fotógrafo exige que seu olhar seja de um antropólogo, “com suas interrogações próprias e suas formas específicas de se relacionar com o Outro” (Achutti, 2004:83). Pensando nesta perspectiva, a construção de narrativas, por meio de fotografias, vem contribuir e agregar os esforços de interpretação de universos sociais cada vez mais densos e complexos, em que muitas vezes a imagem torna-se um elemento de sua própria sociabilidade. Segundo o autor, a fotografia, como linguagem, não é o resultado de uma prática ingênua, mas é o resultado de uma prática intencional e que, portanto, carrega marcas do seu autor: “a antropologia vem informar o olhar do fotógrafo e a fotografia iluminar o olhar do antropólogo” (Loyola apud Achutti 1997: 38).

Achutti (1997) propõe nomear a etnografia realizada a partir de registros fotográficos como fotoetnografia, conceito que usarei para meus estudos na antropologia visual, levando em conta o uso de imagens fixas, ou seja, da fotografia. Uma narrativa fotoetnográfica deve mostrar uma série de fotos com relação entre si e que façam parte de uma sequência de informações visuais. Essas fotos, para Achutti, devem ser apresentadas sem texto intercalado, a fim de não desviar a atenção do leitor. O autor acredita que o uso ideal das imagens na fotoetnografia depende da escolha de um enquadramento claro dos objetos escolhidos, isso se dá tanto a partir da escolha de determinadas lentes⁴⁰, quanto pelos movimentos de aproximação e afastamento em relação à cena.

⁴⁰ Introduzi brevemente esta discussão na primeira parte deste capítulo quando me refiro aos três momentos decisivos no final de tarde em Uruguaiiana.

(...) aquele que fotografa é constantemente submetido a escolhas. Ele deve pensar ininterruptamente na construção da imagem, precisa sempre decidir qual será o melhor enquadramento, o que deve entrar no campo e o que deve ficar fora do mesmo. (...) O pesquisador sempre deve saber encontrar seu lugar de acordo com a qualidade das relações que ele poderá estabelecer com as pessoas estudadas (ACHUTTI, 2004:97)

Mais do que isso é importante ressaltar, segundo Achutti (2004), que ao contrário dos diários de campo em que as anotações vão ser redigidas e organizadas posteriormente, é difícil corrigir uma foto que foi mal tirada. Ou seja, a técnica, somada a estética, intenção e escolhas tem que ser realizadas em campo pelo pesquisador-fotógrafo.

É lá, em campo que todas as intenções visuais do antropólogo devem ser resolvidas de forma a produzir fotografias que ofereçam uma “leitura” tão clara quanto possível. Afinal, não apenas cada foto deverá bastar-se por si mesma, isto é, ter uma significação própria quando for “lida” individualmente, como deverá também fazer parte de uma sequência de fotos representando em seu conjunto a narração antropológica da singularidade de uma determinada cultura (ACHUTTI, 2004:113)

E para mim é justamente ao estar em campo que as dificuldades de saber como encontrar-me neste campo com uma máquina na mão e qual são as melhores escolhas para construir imagens sobre a fronteira povoou meu trabalho de apreensões. Entendo que para encontrar este “lugar” entre o grupo estudado, em especial o papel da máquina fotográfica, deva existir um bom período de contato e de interações entre fotógrafo e sujeitos. Conforme Achutti (2004), para administrar todas as decisões e uma série de manipulações no ato-fotográfico, é preciso ter muito mais que habilidade, mas o espírito livre para saber se dedicar a mais difícil das tarefas que é saber olhar. Foi à luz do trabalho de campo que comecei a pensar a fronteira com este lugar antropológico e também passível de ser interpretado como um não-lugar, por meio dos diferentes deslocamentos e “olhares” dos sujeitos que vivem, cruzam e viajam pela fronteira. Assim, também minha leitura fotoetnográfica tinha que estar disposta a partir destes olhares, ou do entendimento destes deslocamentos dos sujeitos de fronteira. E muitas dificuldades, bem como leituras da realidade foram se dando em campo, em diálogo sempre com a proposta teórica pensada conjuntamente neste construir de um texto etnográfico. Mas antes ainda, de evocar minhas experiências de campo e elucidar algumas das minhas escolhas de maneiras de olhar sobre a fronteira, cabe ir mais adiante no uso da fotografia pela antropologia.

Retomando as discussões sobre as fotografias etnográficas, dialogo ainda com Etienne Samain (1993), que entende que todas as fotografias são portadoras de conteúdos humanos, nesse sentido, são antropológicas ao representarem um olhar, um recorte sobre o mundo. Esse recorte está impregnado pela intencionalidade de uma pessoa que procura dar significado a esta leitura do mundo. Assim, fazer fotoetnografia pressupõe que conheçamos o universo do outro, as manifestações simbólicas da sua cultura, ou, ao menos, estejamos abertos a respeitar e apreender os sentidos das escolhas dos sujeitos em meio ao seu universo cultural. Como coloca Barbosa (2006), a câmara e seu “operador-antropólogo” tornam-se, nesse percurso, agentes e sujeitos na realidade etnográfica. Assim como o fotógrafo está ali para construir o seu recorte, a sua leitura de mundo sobre o universo do outro passa, também, a fazer parte deste universo, interferindo, dialogando com o outro e com sua cultura.

Milton Guran, no artigo “*A “fotografia eficiente” e as ciências Sociais*”, discute o potencial da fotografia e sua eficiência no fazer antropológico. Para o autor, a fotografia pode evidenciar formas de comportamento, de relações sociais que geralmente são banalizadas no cotidiano e, nesse sentido, a foto pode dar pistas seguras para a compreensão de aspectos fundamentais “daquilo que se encontra guardado no mais impenetrável dos materiais, o ser humano” (GURAN, 1998: 90). A fotografia eficiente, para Guran, tem como potencialidade destacar aspectos particulares que se encontram dissolvidos em um vasto campo de visão, que é escolhido por intermédio de da seleção de um momento, de um enquadramento, a singularidade que transcende uma cena.

Dessa forma, a fotografia é uma extensão da nossa capacidade de olhar, de selecionar o particular numa determinada situação e, segundo o autor, constitui-se em um instrumento para a observação participante. Sua utilização tem por objetivo explicitar um aspecto de uma cena que viabilize uma reflexão objetiva sobre como os indivíduos ou grupos sociais representam, organizam e classificam suas experiências e se relacionam entre si. Assim, para a antropologia, a matéria-prima da fotografia, segundo Guran (1998), é a face visível da realidade que está sendo estudada, e que está em constante movimento:

A função do fotógrafo é contemplar esse movimento e decidir sobre aquilo que é, plasticamente e, no nosso caso, cientificamente significativo, e captá-lo numa fotografia. Antes de mais nada, então, fotografar é atribuir - ou reconhecer - valor a um determinado aspecto de uma cena. E este aspecto tem de ser evidente e claro ao primeiro olhar sobre a fotografia. (GURAN, 1998:)

Dialogando com Guran (1998), entendo que, contemplar o movimento da realidade, é contemplar as escolhas dos sujeitos diante de seu universo cultural. Nesse sentido, ultrapassando as fronteiras do aparentemente visível e invisível, do domínio da técnica na prática fotográfica e, ainda, da construção de narrativas fotográficas que tenham valor científico significativo. Assim, como os sujeitos realizam escolhas diante das oportunidades sugeridas pela sua cultura e pelos seus desdobramentos, também o fotógrafo, ao realizar uma leitura sobre a realidade do outro, atribui valor ao que ele considera ser mais eficiente para mostrar a cultura do outro e suas manifestações simbólicas.

Por este motivo, os dados apresentados em uma narrativa fotoetnográfica sempre serão os dados escolhidos por determinado pesquisador, que, no exercício de sua subjetividade fotografa, escreve e constrói espaços de enunciação, carregando sempre suas interpretações sobre o mundo. Segundo Roland Barthes (1977), “o fotógrafo é essencialmente testemunha da sua própria subjetividade, isto é, da forma como ele próprio se coloca como sujeito em face de um objeto”⁴¹. Neste sentido, cabe neste momento desenvolver em forma textual minhas escolhas para as imagens realizadas em campo, e a reflexão do meu papel como pesquisadora-fotógrafa na fronteira, ao olhar do Lugar antropológico e do não-lugar.

⁴¹ BARTHES, Roland. Sobre a Fotografia. Entrevista concedida a Ângelo Schwarz (final de 1977) e Guy Manderly (dezembro de 1979), em *O Grão de Voz*, p. 388.

2.3 – Câmera na mão e na fronteira: o olhar sobre lugar antropológico e o não-lugar

Diante desta reflexão de como a antropologia pode se apropriar do ato-fotográfico creio que seja importante pensar sobre qual é o lugar (ou o não-lugar) do pesquisador, da máquina e do seu ato neste espaço de relações e de trocas no universo cultural do outro - dos sujeitos de fronteira e de seu cotidiano. Aliás, qual foi o meu lugar e da minha máquina neste estudo? Nesse sentido, é importante ressaltar que a construção desta narrativa fotoetnográfica parte de minha leitura e representação do mundo, de como eu percebo e apreendo os deslocamentos e as motivações dos sujeitos de fronteira em relação às oportunidades apontadas pela territorialidade. As oportunidades sugeridas pelo espaço híbrido da fronteira, também, podem ser experimentadas no ato-fotográfico. Vejo na fotografia, este espaço híbrido em que o fotógrafo-enunciador, no manuseio de códigos de leitura visual, pode encontrar cenas, pessoas, elementos, peças do vestuário, símbolos, lugares, não-lugares, enfim, uma infinidade de possibilidades de ler e de dar sentido a sua leitura, levando em conta sempre questões estéticas, teóricas e conceituais.

Como meu foco no trabalho de campo na fronteira foi observar essencialmente o espaço urbano, dando uma ênfase ao comércio, tendo como interlocutores trabalhadores formais e informais, a mediação desta relação com a câmera nem sempre teve a mesma aceitação desses sujeitos. Também, demandava uma postura pessoal toda especial em relação ao uso dela ou não, afinal ao mesmo tempo em que estava lidando com situações que não infringissem a lei, também estava investindo em olhar para a fronteira como este espaço de ilegalidade e subversão. Ou seja, a presença da câmera nestes ambientes e diante destas práticas exigia de mim um cuidado muito grande para preservar a identidade dos meus informantes, bem como para compartilhar daquelas tensões e apreensões vividas no dia a dia da fronteira.

Assim, divido em três olhares meu discurso fotográfico sobre a fronteira: o primeiro olhar sobre o lugar antropológico, dando destaque à imagem dos interlocutores em suas práticas cotidianas, de pessoas que vivem na fronteira, que tem ali sua construção de uma identidade. Já um segundo olhar sobre a ideia de não-lugar, o olhar de um viajante, do turista, das coisas em movimento, por isso a experimentação de outra linguagem fotográfica. E um terceiro olhar mais subjetivo sobre a fronteira com

imagens nas quais não necessariamente estejam explícitas as informações sobre o local, mas que remetam a este espaço de passagens, limites, barreiras e fluxos.

A partir destes três olhares é necessário ressaltar a importância de se pensar no enquadramento deste olhar. Segundo David MacDougall (2009) no momento que enquadramos pessoas, objetos e os eventos estamos falando sobre algo. Assim, estamos descrevendo e apontando com no sentido de domesticar nossa visão em relação a realidade estudada. Neste sentido, para o autor o enquadramento tanto amplia, quanto diminui.

Diminui, deixando de fora aquelas conexões da vida para as quais fotógrafo é cego, como quando impõe isso uma explicação para os eventos que sabemos ser mais complexos. Ou, então faz, isso como um sacrifício deliberado em favor de algum argumento ou efeito dramático aparentemente mais importante. O enquadramento amplia por meio de um processo semelhante, retirando algo do seu contexto para poder observá-lo mais de perto, como, por exemplo, poderíamos recolher uma folha numa floresta. (MACDOUGALL, 2009:64)

Ao diminuir ou aumentar, este olhar enquadrado concentra a experiência. Para o autor, é neste enquadramento que isolamos observações e então são reveladas associações e conexões que poderiam ter passado despercebidos. O autor propõe pensar em três tipos de câmeras que se destacam nesta escolha de enquadramento que acabam revelando a sensibilidade do fotógrafo em relação aos temas. Para MacDougall (2009) é possível termos uma câmera reativa que observa e interpreta os temas sem provocação ou perturbação por parte do fotógrafo em relação à realidade. Uma segunda câmera interativa que registra as trocas entre pesquisador e interlocutores e por fim, uma câmera construtiva que interpreta os temas, posteriormente divide por partes e propõe uma montagem com lógica externa ao campo. Entendo que essas três câmeras façam parte da construção de uma narrativa fotoetnográfica.

A câmera reativa esteve presente no meu trabalho quando observei de longe a fronteira, seus fluxos, suas tensões do dia a dia sem uma aproximação que pudesse interferir nesta realidade. No entanto, mesmo não sendo minha intenção, muitas vezes a presença de uma máquina fotográfica na fronteira fez com que a câmera reativa passasse a ser uma câmera interativa, no momento em que ela era percebida em campo por sujeitos e então nossa presença era questionada no local. Isso aconteceu muitas vezes nas duas fronteiras, especialmente quando fotografava nas imediações do camelódromo central em Livramento, na Baixada ou no ônibus de Uruguaiana. Mesmo

de longe, tentando ser mais discreta possível e somente “observando” o que acontecia, muitas vezes, também minha câmera era vista e observada sob o olhar distanciado do outro. Não foram poucas as vezes que comerciantes vieram interpelar sobre minha presença no local, sempre acreditando que eu era jornalista e pudesse estar fotografando algo que servisse de denúncia quanto ao comércio informal, ou até mesmo a atual polêmica de Livramento à manutenção do camelódromo sobre a linha divisória entre os dois países. No entanto, aos poucos minha presença foi sendo aceita, depois de muita conversa e explicações em torno do meu trabalho. O único agravante em relação a isso é que como nem sempre foi possível estar em campo, sendo difícil muitas vezes ter um vínculo próximo com todos os sujeitos do local, toda vez que retornava a fronteira, estava passível de não ser reconhecida e mais uma vez ser interpelada pela presença da minha câmera. Ou seja, de certa forma eu e minha câmera éramos ilegais aos olhos daqueles sujeitos.

A segunda câmera interativa esteve muito presente na mediação da relação com meus interlocutores, com os “personagens” dessa “história”, pois retrata a relação próxima com os interlocutores: com Jesus, o vendedor de Pancho; com Nestor, o jornalista da fronteira; com Gaúcho Barreto, o último valente; com Eloá, a vendedora árabe da baixada e etc. Essa câmera próxima dialoga com a realidade dessas pessoas, com seu cotidiano na fronteira, me leva para mais perto dos seus rostos, de suas expressões e das suas histórias de vida. Entendo que seja uma câmera que mostra quem são eles e como a fronteira é o lugar antropológico de vivências intensas e de construção de identidades.

Já a câmera construtiva, acredito que permeou todo o trabalho, estando em consonância com as outras duas. Pois ao olhar com uma câmera construtiva, interpreto todos estes dados de campo seja de uma maneira reativa ou interativa e escolho, enquadro, seleciono e posteriormente remonto minha leitura sobre a fronteira a partir do que o campo me oferece, mas com base no que acredito ser mais relevante e oportuno para entender o que pretendo como lugar antropológico e não-lugar na fronteira. Assim, diante desses olhares proporcionados pela escolha da “câmera”, continua sendo importante pensarmos no enquadramento fotográfico na experiência em campo. Para Achutti (2004) na fotoetnografia temos que ter enquadramentos claros dos objetos escolhidos, seja por meio da escolha técnica do equipamento que usamos, seja pelo quanto nos aproximamos ou distanciamos do objeto. Ou seja, dependemos

constantemente de nossas escolhas, do que está fora ou dentro do nosso enquadramento, afinal, “o pesquisador sempre deve saber encontrar seu lugar de acordo com a qualidade das relações que ele poderá estabelecer com as pessoas estudadas” (Achutti, 2004:97).

Mas vamos as minhas escolhas em campo. No primeiro ano deste trabalho, em 2009, procurei ao estar nas fronteiras me dedicar a uma aproximação mais sensível e gradual com interlocutores que acreditava representarem o que eu estava tentando entender como fluxos cotidianos desses sujeitos pela fronteira e as implicações na construção do lugar-antropológico. Assim, a máquina fotográfica esteve sempre muito visível nesta relação, participando do dia a dia desses sujeitos, entrando comigo nas suas casas, nos seus locais de trabalho e nas suas práticas mais rotineiras na fronteira. A máquina era reconhecida como meu objeto de trabalho em campo, não havendo em nenhum momento qualquer problema no seu uso. Ao contrário a máquina instigava que meus interlocutores opinassem, sugerindo possibilidades de olhar para a fronteira. “*Só queria saber que vai fazer com tanta foto?*” me perguntava seu Jesus. Essa também era uma das questões de Seu Ata e Dona Eloá em Uruguaiana, que mesmo tendo certa resistência a presença dela aos poucos permitiram que, também este aparato tecnológico fizesse parte da nossa relação. Pois, conforme eu ia apresentando meu material fotográfico mais cumplicidade e portas se abriam neste contexto.

Já, no segundo ano, comecei a pensar em como explorar uma linguagem possível para entender os não-lugares propostos por Augé (1994), esses lugares de passagem, efêmeros e essencialmente de consumo, em que tempo e espaço devem ser repensados, segundo uma nova dinâmica e necessidades dos sujeitos. Esses não-lugares que são demarcados por muitas informações, placas, flechas e símbolos que indicam a passagem para algum lugar, são na maioria das vezes os meios de interação entre os indivíduos. Neste sentido, esta câmera e seu enquadramento não poderiam ser mais o mesmo do lugar-antropológico, que se aproximava dos sujeitos e do seu cotidiano bem definido na fronteira, tinha que ser uma câmera experimental, que não tivesse o espaço e tempo colocados em medidas e olhares centrados. Por isso, propus olhar para este não-lugar na fronteira com outra linguagem fotográfica, usando recursos técnicos de velocidade do obturador muito baixa para criar a sensação de movimento, em que os objetos, lugares e pessoas não fossem bem definidos e identificados, criando o efeito de borrão nas imagens. Assim, pensando num olhar conturbado e embaçado por muitas cores, informações e pelo “estranhamento” ao lugar; o movimento exacerbado de

peças e de bens de consumo tendo como ênfase o comércio que motiva maioria dos turistas e viajantes a estarem ali na fronteira.

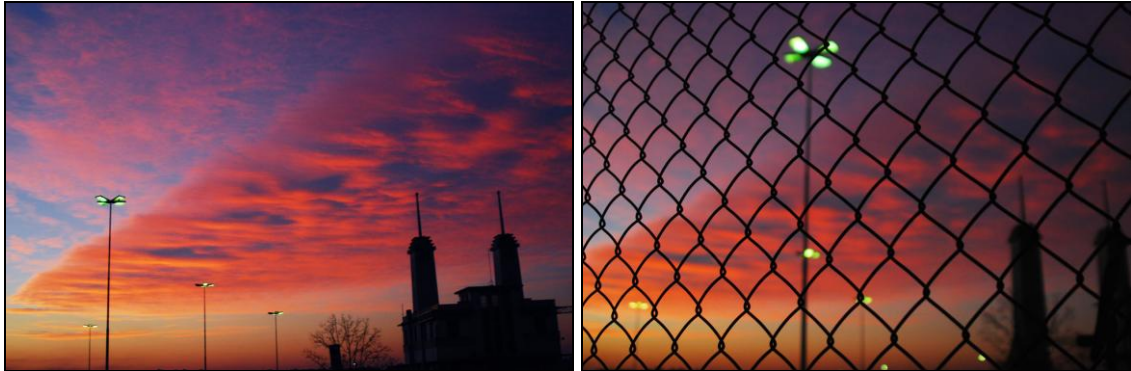
Também propus pensar em um olhar “clandestino”, que fosse ilegal e subversivo nesta fronteira, devido a algumas implicações que sofri em campo com minha máquina, fatos que narrei no primeiro capítulo durante minha última estada em campo na fronteira com a Argentina quando fui abordada pelos fiscais brasileiros que tentaram apreender meu equipamento por estar sem nota fiscal. Mais uma vez minha máquina estava “ilegal” naquele território, como muito das práticas que eu tentava registrar e de interlocutores que fazem parte do meu campo, ou seja, o meu olhar sobre aquela realidade também de certa forma era clandestino, assim tinha que ter outra perspectiva nas minhas fotos. Fotografias que vêm por entre as coisas, que se “esconde”, que não tem como proposta uma linguagem clara da realidade, mas com enquadramentos desajustados, apressados e que reflitam a tensão de estar na fronteira e de sofrer as implicações impostas ali e de coisas que infringem a lei, ou que a temem.

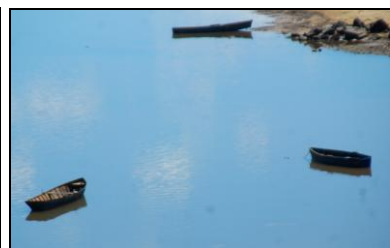
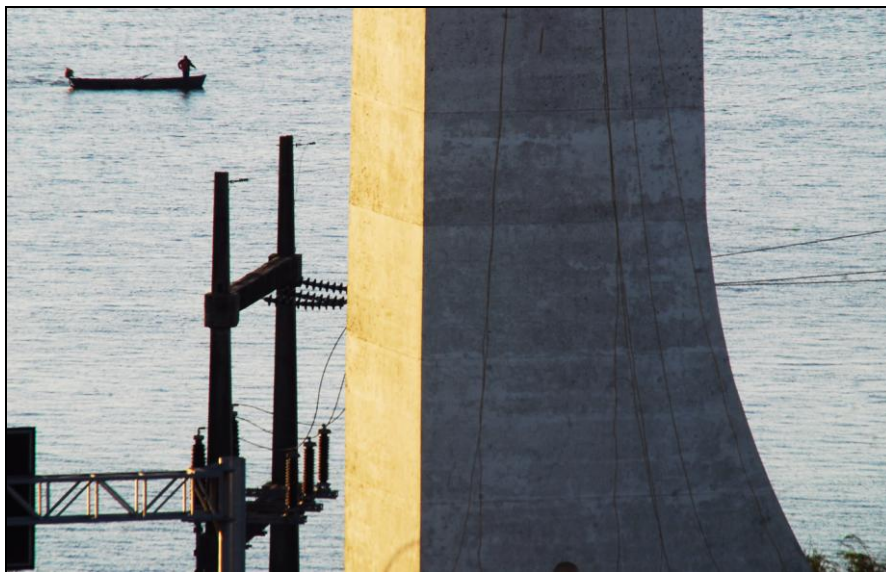
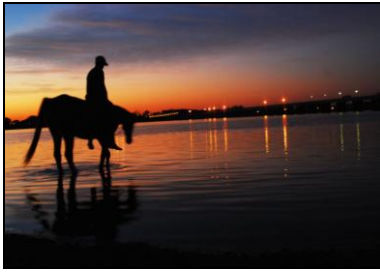
Por meio do não-lugar penso na fronteira como este local de muitos contrastes e mistura de “olhares”. Sendo assim, cabe neste momento partir para a visualização destes cruzamentos de olhares sobre a fronteira, por isso, no próximo capítulo apresento minha fotoetnografia.

CAPÍTULO 3

Olhares sobre os marcos e marcas de uma cultura de fronteira à luz da fotoetnografia

3.1 – Atravessando a ponte, o rio, a fronteira: Brasil X Argentina



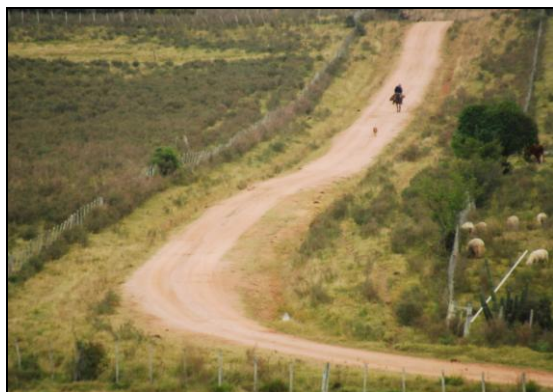


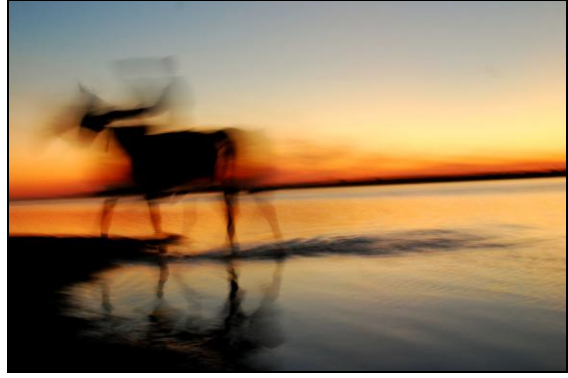
3.2 – Por entre marcos: Brasil X Uruguai





3.3 – Fronteira: limite ou passagem?





3.4 – O olhar de quem vive na fronteira



Ata Hussein – Uruguiana/Paso de Los libres



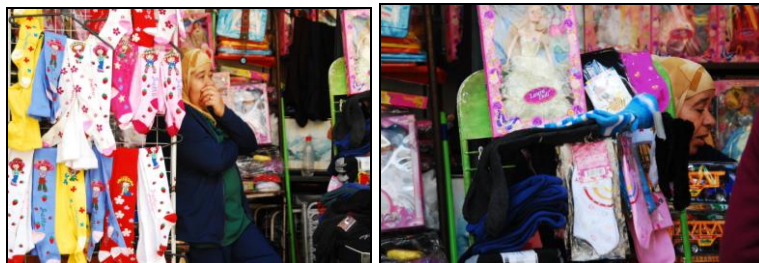
Jesus - Livramento/Rivera



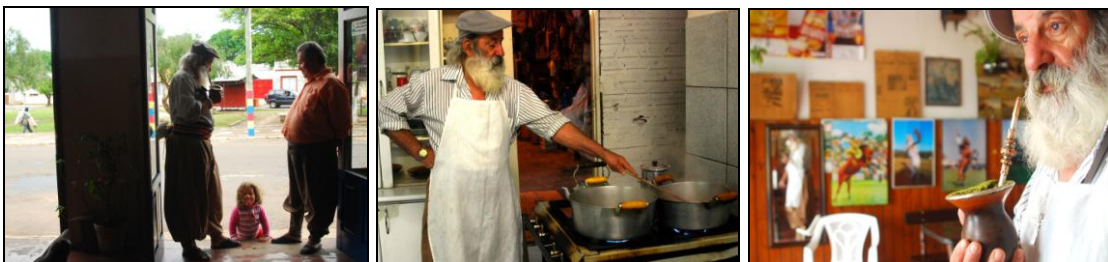
Thelmo e Maria - Uruguiana/ Paso de Los Libres



Chumbo – Livramento/Rivera

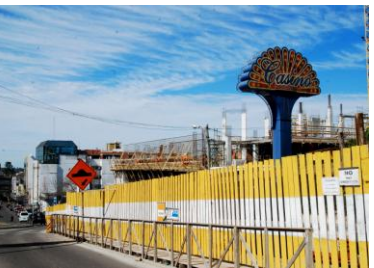


Eloá – Uruguaina / Paso de los Libres

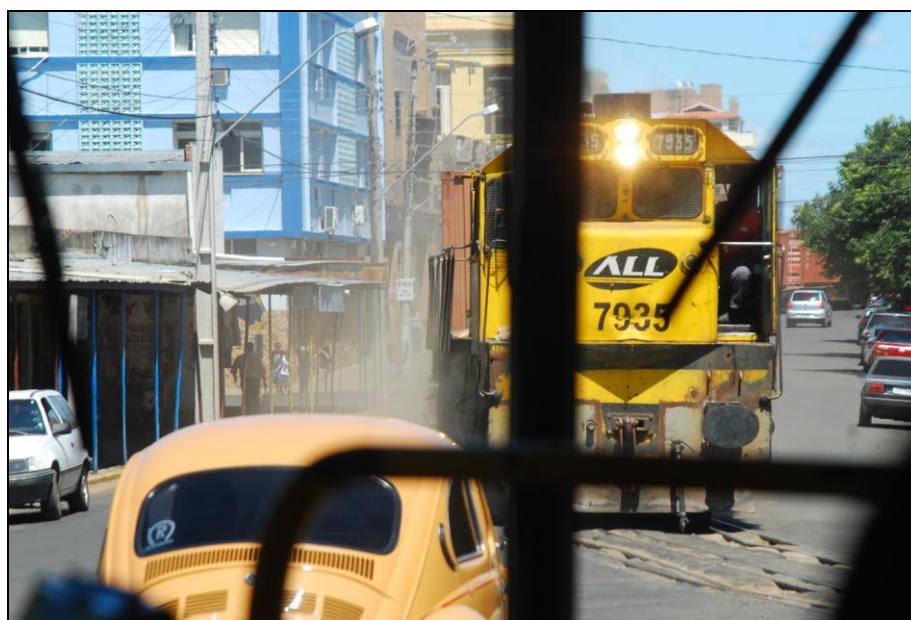
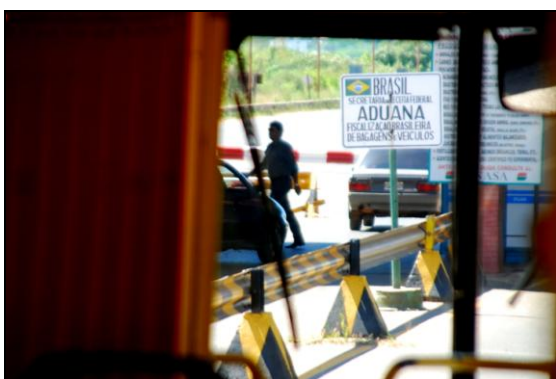


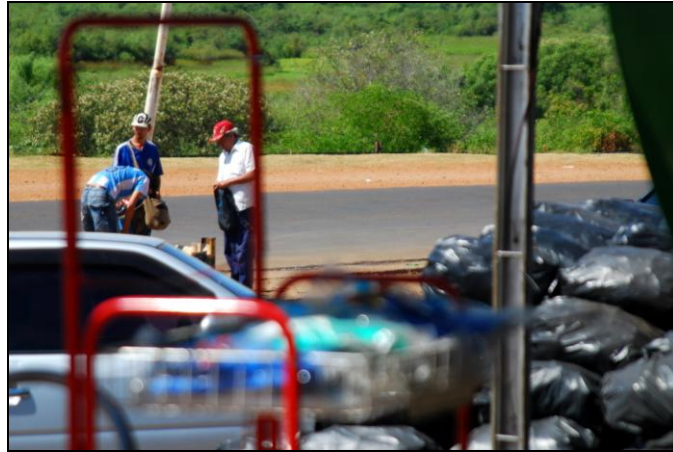
Gaúcho Barreto – Livramento/Rivera

3.5 – O cotidiano na fronteira e suas marcas

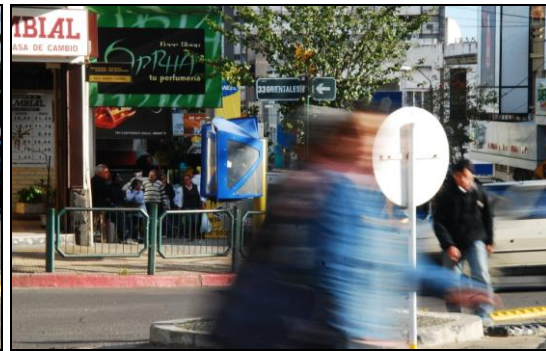
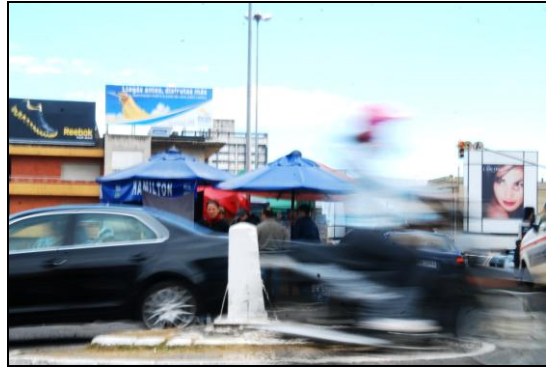


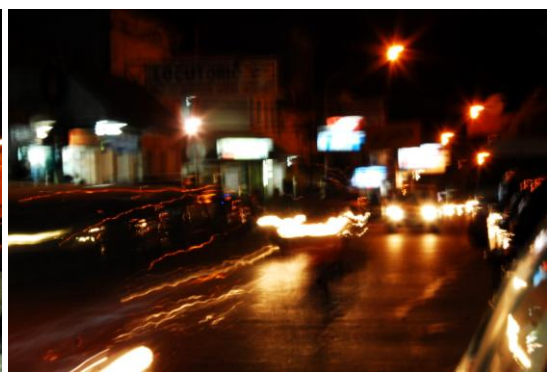
3.6 – Do olhar “ilegal” ao olhar sobre o não- lugar: de passagem pela fronteira











As fronteiras do ato-fotográfico...



As fronteiras e o atravessar para o outro lado...



As fronteiras e as implicações de um andar solitário...



CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho girou em torno da ideia de ultrapassar e entender, do ponto de vista fotoetnográfico, algumas fronteiras: as fronteiras territoriais e por meio delas os fluxos dos sujeitos na perspectiva de um olhar sobre o lugar antropológico e o não-lugar. As fronteiras entre a pesquisa teórica e empírica, seus possíveis diálogos a partir de um olhar antropológico. As fronteiras do ato-fotográfico, de um olhar sobre o fazer fotoetnográfico enquanto metodologia, conceito e narrativa. Todas estas fronteiras estão envoltas pelo entendimento de limites, passagens e fluxos e assim a perspectiva do cruzamento de olhares dos sujeitos na fronteira e do pesquisador em campo.

Para ultrapassar e entender estas fronteiras foi necessário estar em campo, se impregnar das vivências no cotidiano e das implicações de estar em uma região de fronteira, no caso, deste trabalho, nas fronteiras territoriais entre Argentina, Brasil e Uruguai. Mais do que isso, para entendimento de fronteira era necessário dialogar com pesquisadores da área da antropologia que já realizaram sua leitura sobre esta realidade, assim como os conceitos de fluxos e limites.

Dessa forma, no caminho teórico para as fronteiras encontrei-me com o antropólogo francês Marc Augé e seus olhares sobre a supermodernidade, pensando em uma nova relação de tempo, espaço e os sujeitos, que segundo o autor, podem ser visíveis na compreensão de lugar antropológico e não-lugar. Deste encontro, em comunhão com minha leitura em campo, procurei pensar na fronteira como este espaço de reconhecimento dos não-lugares. Sobre as escolhas dos sujeitos na fronteira, me debrucei para entrar um pouco mais nas vidas dos meus interlocutores, ou então me debrucei sobre a janela do ônibus, do carro e do caminhão ao somente cruzar, estar de passagem por uma região fronteira. E destes cruzamentos de olhares, ao longo deste texto escrito e fotográfico surgiram novos dados e desafios levando em conta as inquietações de estar em campo com uma máquina na mão.

Passei a ver os não-lugares - estes espaços de consumo, circulação e comunicação propostos por Augé (1994) - na fronteira, nos seus fluxos cotidianos por meio dos muitos sujeitos que por ali transitam entre tantas informações: nas placas de sinalização, nas placas de ofertas de produtos, nas fachadas das lojas, dos free-shoppings, cruzando a Ponte Internacional, ou então entre os marcos de concreto, sobre

uma linha “imaginária”. Muitos desses sujeitos que tem, também, na fronteira seu lugar antropológico, seu espaço de convivências, de construção de identidades, de fortes vínculos com o local e as práticas do cotidiano. Mas para um enorme número de sujeitos a fronteira é o lugar onde o consumo é um grande atrativo devido as diferenças cambiais, e assim se torna uma possibilidade de comprar mais barato: alimentos, roupas, eletroeletrônicos, os mais diversos produtos. Bem como, a fronteira é um espaço de boas opções de lazer, tendo uma culinária diferenciada e a possibilidade de jogar legalmente em cassinos na Argentina e no Uruguai.

Neste sentido, entendo a fronteira como este lugar de encontro entre os sujeitos que ali vivem e os sujeitos que ali passam, assim, o entendimento do lugar antropológico e dos não-lugares depende, essencialmente de que sujeitos e de que perspectiva se está olhando. Por isso, lugar antropológico e não-lugar não são conceitos estanques, pois se para um a fronteira pode ser este não-lugar, para outro é um lugar antropológico. E ainda, é importante considerar que estes conceitos não são dois pólos opostos, são complementares e nos ajudam a entender as dinâmicas de espaço/tempo na modernidade. E creio que não poderia estar em melhor lugar do que na fronteira para entender estas dinâmicas dos deslocamentos dos sujeitos de um lado para outro, afinal este deslocar-se é uma condição primordial na região.

Indo mais fundo nos diversos olhares sobre este espaço fronteiro levei em conta as fronteiras territoriais que a meu ver são norteadoras de muitas escolhas dos sujeitos, ou seja, estes deslocamentos cotidianos, bem como estar de passagem pela região, provém da própria condição de encontro e permeabilidade que são possíveis por meio do território. Regiões em que é visível o diálogo entre os dois lados da ponte internacional ou da *linha*, mesmo que as leis e os interesses políticos, econômicos estejam impondo limites latentes na convivência entre os estados-nação que dividem a fronteira. Porém, mesmo diante destes limites a fronteira possibilita que se estabeleça uma rede de trocas e de oportunidades que garante a sobrevivência dos que moram na fronteira, e o interesse no deslocamento de quem apenas está de passagem por ali. Seja como porta de entrada ou de saída de um lado e de outro, as regiões fronteiriças que abordo neste trabalho, são lugares de passagem, quem sabe, representando este terceiro lugar entre dois lugares em que se percebem fluxos, permeabilidades, problemas burocráticos por parte da lei, mas acima de tudo uma região que possibilita o trânsito de pessoas, bens materiais e culturais.

Por isso, mais que pensar na fronteira territorial, procurei distender meu olhar sobre as fronteiras culturais e por que não existenciais dos meus informantes. As fronteiras culturais que são impostas ou compartilhadas no contato com o outro, na conversa diária em portunhol – nem em português, nem em espanhol – nas páginas diárias do Jornal bilíngüe A Platéia, na banca de Pancho de Jesus, na loja de roupas de seu Ata Hussein, enfim, nestes espaços que as fronteiras culturais são mais fluxos e trocas - algo que se move por um tempo e espaço - do que um lugar de limites. Nas fronteiras simbólicas quando as pessoas superam suas dificuldades, cruzam do outro lado da ponte ou da linha para buscar novos sentidos de vida. Ou, então, quando ultrapassam as fronteiras impostas pelas próprias condições de vida, como Dona Eloá, que depois de tantos anos longe da mãe que ficou na Terra Santa, busca na fé do islamismo, e na voz da figura materna ao telefone maneiras de apaziguar as distâncias territoriais, e creio que depois de quarenta anos longe da família, também as fronteiras culturais e simbólicas.

É nestes lugares quase no “meio do nada”, à margem, ou então o início de tudo, que se encontram espaços para as diferenças de estado-nação: os interesses políticos e econômicos. Afinal estamos em países diferentes, mesmo que sobre uma mesma fronteira. Assim, o que para um lado é muito conveniente para outro não é interessante, e neste jogo de leis e regras, estão os sujeitos driblando as diferenças, quem sabe apenas para conseguir encontrar seu espaço entre tantas fronteiras. Por isso, entendo que a fronteira, também é este lugar propício para a ilegalidade e a subversão, em que sujeitos passíveis aos perigos de ir contra uma legislação cruzam a ponte e a linha todos os dias para tentar do outro lado ganhar apenas o seu “ganha pão”. É conveniente ressaltar, no entanto, que não cabe a esta pesquisa julgar o que é certo ou errado nestas situações que envolvem ilegalidade na fronteira, mas cabe apenas dar espaço para que estes fluxos e essas dinâmicas sociais sejam passíveis de reflexão.

Três espaços de enunciação foram propostos neste trabalho: no texto etnográfico escrito a partir da minha vivência durante estes dois anos em campo; no deslocamento dos sujeitos pela fronteira em função das suas escolhas cotidianas, do que são e fazem na fronteira, e por fim, no texto fotoetnográfico, e do papel da fotografia como fazer antropológico. Sendo assim, é importante destacar que não se trata de um trabalho que põe em choque diferentes linguagens, mas que busca no diálogo entre texto narrativo escrito e fotográfico complementaridades, o que não pode ser dito em um, quem sabe

esteja no outro e vice-versa. Entendo como complementares, pois, estes textos partem de manuseio de códigos de linguagem específicos que apresentam ao antropólogo maneiras de abrir seu leque de possibilidades para interpretar e traduzir seus dados de campo, enriquecendo, desta forma, seu trabalho etnográfico.

Entendo que, tanto o texto escrito como o fotográfico, ao partirem do mesmo contexto, ou seja, da realidade de fronteira e dos deslocamentos dos sujeitos pela região, são leituras diferentes, que tem em sua narrativa especificidades que cabe a cada uma das linguagens. Levando em conta esta perspectiva é importante entender o uso da imagem pela antropologia, não mais como um material etnográfico meramente ilustrativo, mas um material etnográfico que apresente os dados de campo, a minha leitura sobre o diálogo entre teoria e empirismo diante da temática fronteira. Sendo assim, tantas outras fronteiras no discurso fotográfico vieram à tona, especialmente quando me proponho a ver na região fronteira esta possibilidade de entendimento dos não-lugares.

Neste sentido, minha principal dúvida era em como “concretizar” – se é que isso era realmente necessário e possível – este não-lugar na fotografia. Afinal se o não-lugar é justamente este espaço de uma nova relação do sujeito com o espaço e com tempo, cabia também na narrativa fotográfica tentar outro olhar sobre estes não-lugares. Sendo assim, tentei estar com este olhar do viajante, do turista, do comprador em passagem pela fronteira. Este olhar que se depara com muitas ofertas de produtos, muitas possibilidades de compras, muitas cores, placas de sinalização - de instrução dos procedimentos e cuidados ao atravessar a fronteira. Um olhar que ao cruzar pela fronteira não se envolve profundamente com o lugar, não cria vínculos efetivos, quem sabe seja um olhar apenas em movimento, em que as coisas não estejam completamente definidas, mas que estejam ao ritmo da “tensão solitária” que Augé entende sobre os não-lugares.

Por isso, justifico a escolha narrativa de uma linguagem fotográfica com recurso técnico de baixa velocidade do obturador, a fim de dar mais tempo para a entrada de luz no sensor da máquina, criando o efeito de borrado nas imagens, na tentativa de explorar o ambiente de fronteira nítido, congelado no espaço/tempo, enquanto as pessoas em deslocamento contínuo, as muitas pessoas que não precisam estar definidas como os interlocutores que vivem ali na fronteira, mas pensando na concepção desses inúmeros sujeitos que todos os dias “apenas” cruzam a fronteira.

Na fotoetnografia que propus era importante pensar em algumas temáticas que envolvessem este universo fronteiriço e que viessem ao encontro das leituras teóricas que tentei abarcar na discussão desta dissertação, assim, primeiramente nas fotografias escolhidas para entrar no capítulo 3, acreditei ser importante contextualizar de que espaços territoriais estava falando e fotografando. Por isso, a Ponte Internacional que liga a fronteira natural no Rio Uruguai, entre Brasil e Argentina, se torna um dos principais focos como início de narrativa, bem como as possibilidades de olhar para esta fronteira que está nas águas do rio.

Num segundo momento e então partindo para um olhar sobre a fronteira entre Brasil e Uruguai foi importante destacar a presença dos marcos como os definidores da existência de uma demarcação do território, mesmo que a *linha* seja “imaginária”, não podendo ser visualmente representada. Os marcos de concretos convivem lado a lado com o trânsito das pessoas estando no meio da rua, no alto de um morro, ou então, até no quintal de casa. Posterior a estas imagens que contextualizam o espaço geográfico do trabalho de campo, trago imagens mais genéricas e poéticas que me fazem lançar o questionamento: afinal, “Fronteira: limite ou passagem?”. Nesta sequência narrativa a intenção é mostrar possibilidades de olhares sobre este sentido subjetivo na concepção de fronteira territorial, cultural e simbólica. Assim, aparecem os caminhos que levam a algum lugar; as cercas que demarcam a divisão de algo, ou o limite de algum lugar; o pássaro que tem a “liberdade” de escolher entre um lado e outro e por fim a janela que ao estar aberta é o olhar para tantos lugares.

Partindo, então, da minha perspectiva de lugar antropológico sigo a fotoetnografia com o olhar de quem vive na fronteira, cruza todos os dias de um lado para outro e que tem neste lugar seus vínculos com as pessoas, com as coisas, com suas respectivas escolhas no cotidiano. Informantes que deram base para o meu olhar sobre esta fronteira. Isso não significa essencialmente que eles vejam na fronteira seu lugar antropológico ou seu não-lugar, mas sim, este é o meu olhar sobre a leitura que tive a partir dos dados de campo, da convivência diária com os interlocutores e com suas histórias de vida. Dessa forma, trago um pouco de imagens dos meus informantes nas suas atividades diárias que estão ligadas a estas dinâmicas da fronteira. Ainda, a partir destas referências do dia a dia na fronteira, trago mais fotografias que mostram algumas características das regiões: a presença de árabes, a arquitetura, a figura do gaúcho, a fronteira como nome de estabelecimentos comerciais, etc. Marcas, que mostram um

pouco mais as particularidades destas regiões - deste lugar antropológico, como procuro entender neste momento do meu foco fotográfico.

Mas, nesta trajetória muitas foram as implicações de estar em campo com uma máquina na mão, especialmente quando estava em meio ou próximo aos locais da prática do chibo e de comércio ilegal. Nestes momentos não foram poucas as vezes que fui interpelada sobre minha presença e da máquina fotográfica no local, sempre sobre suspeita de que estaria ali para registrar e denunciar tais ilegalidades. Neste sentido, passei a entender que minha presença de certa forma também era ilegal diante dos meus informantes, para eles a presença da máquina causava uma atenção que atenuava ainda mais a condição de ilegalidade e contravenção na fronteira. Procurei, então, direcionar meu olhar também para esta tensão, para esta sensação de estar na fronteira de uma forma não legal, seja por que minha máquina estava sem a nota fiscal ao atravessar a fronteira, seja por que a fronteira e suas dinâmicas mudam de tempos em tempos, e a cada nova ida à campo era surpreendida com um novo contexto.

Por isso, assim como a fluxo das pessoas e bens é constante pela fronteira, também a própria dinâmica dos deslocamentos dos sujeitos, das implicações das leis, e das escolhas realizadas mediante uma realidade de fronteira são fluídas, se movem de um lado para outro, se movem entre sinalizações e pessoas em deslocamento. É neste momento que começo a trabalhar o que seria este olhar “ilegal”, tentando por meio das fotografias mostrar uma realidade entre as coisas, entre as pessoas, de longe, como quem se esconde, com quem está infringindo alguma lei, está indo contra a lógica legal da fronteira. A partir deste olhar ilegal, de passagem pela fronteira chego a narrativa fotoetnográfica sobre este não-lugar.

Por fim, encerro esta narrativa fotoetnográfica com três sequências de fotografias – quem sabe pequenas trilogias – algumas imagens já mostradas durante o texto. A primeira trilogia de imagens mostra o pássaro na cerca, voando sobre a cerca e já do outro lado, para retomar este olhar sobre a passagem, o estar de um lado e de outro. Na segunda trilogia aparece o homem na frente da igreja, para relembrar o olhar e as inquietações sobre as fronteiras do ato-fotográfico em si, das limitações e possibilidades de se olhar o mundo por meio da fotografia. A relação do tempo/espaço e sujeito no quadrado da fotografia, também neste lugar e não-lugar.

Por fim, a terceira trilogia de fotos que fiz de um gato durante meu último dia de trabalho de campo no Buraco Fundo, quando o animal de mansinho conseguiu de dar

um bote certo agarrar um filhote de pomba no chão em frente a um estabelecimento comercial. Realizei estes cliques finais em meio a um momento profundo de reflexão sobre tudo que tinha vivido até ali ao cruzar estas fronteiras, creio que tenha sido o momento mais decisivo para meu trabalho e para meu olhar, quando percebia as tensões e as implicações. Sentada naquelas escadas no Buraco Fundo em Uruguaiana pesava e analisava o que enfim eu queria perceber de todos os dados de campo que tinha, do envolvimento com os interlocutores e do envolvimento com a fronteira. Quem sabe neste momento tenha me debruçado a pensar sobre este andar solitário do antropólogo e do fotógrafo em campo, em meio à tantas dúvidas, inquietações e tantas possibilidades, também de mostrar em um recorte no tempo e no espaço um pouco do que é a tão vasta complexidade da fronteira: territorial e cultural (e quantas mais).

Portanto, procurei pensar nas fotografias a fronteira como este espaço aberto para que os sujeitos que ali vivem e se deslocam encontram maneiras de traçar suas trajetórias, seu modo de ser e estar no mundo. Entendo que estes sujeitos se deslocam pela fronteira, pelo território a partir de oportunidades e interesses que são oferecidos pelas próprias condições de territorialidade, ou seja, por se estar em uma região de fronteira, provavelmente as mesmas oportunidades diante da realidade não se dariam em outra parte do país, como por exemplo, a prática do chibo que é característica de regiões de fronteira. Obviamente, que não descarto a possibilidades de práticas recorrentes acontecerem em outros lugares, mas na fronteira algumas dinâmicas fazem com que estas regiões sejam um espaço dotado de muitas particularidades.

Sendo assim, entendo que muitas fronteiras foram ultrapassadas e traçadas neste trabalho. Começando pelo meu desafio de estar em outra área do conhecimento, agora na antropologia, já que minha formação se deu no Jornalismo. Uma fronteira teórica e empírica que proporcionou a oportunidade de pensar novos olhares sobre a cultura do outro, quem sabe mais sensibilidade para ir ao encontro deste outro e assim romper ou apenas entender as fronteiras entre nós. Mais do que isso, este trabalho me oportunizou pensar e repensar a atitude de estar com uma “máquina na mão”, como quem teria ali um poder fático, que na verdade nada mais é do que uma possibilidade de encontrar e compartilhar olhares com o outro. Desta experiência de dois anos no mestrado fica a perspectiva e necessidade de ir adiante ultrapassando outras fronteiras territoriais, afinal são tantas ainda por este Brasil a fora; ultrapassar outras fronteiras teóricas e então me debruçar no doutorado nos estudos mais específicos da narrativa fotográfica.

Atravessando algumas fronteiras se chega a outras, mas ao mesmo tempo depois que se atravessa a primeira fronteira, não se quer mais parar de cruzar, assim, de uma pesquisadora, quem sabe eu tenha me transformado uma “cruzadora” de fronteiras: Entonce, seguimos adelante, que hay muchas fronteras a cruzar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, Luis Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2004.

_____. **Fotoetnografia: Um estudo de Antropologia Visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Palmarinca, 1997.

_____. (org). **Ensaio sobre o Fotográfico**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998.

ANDRADE, Rosane de: **Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro**. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas – SP: Papirus, 1994.

BARBOSA, Andréa; DA CUNHA, Edgar Teodoro. **Antropologia e imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARTHES, Roland. **Sobre a fotografia**. Entrevista concedida a Angelo Schwarz (final de 1977) e Guy Mandery (dezembro de 1979), in O Grão de Voz.

BERGUES, Martine; ALPANDÉRY, Pierre. *Territories en question: pratiques des lieux, usages d' un mot*. In Etnologie Française, 2004 (1): 5-12.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Fotografar, documentar, dizer com a imagem**. In: Cadernos de Antropologia e Imagem- Rio de Janeiro: Contra Capa/UERJ, NAI, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen Grant (Organizadores). **Nacionalidade e etnicidade de fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

_____. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DAMATTA, Roberto. **“Prefácio”**. Relativizando. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**; tradução Maria Appenzeller. – Campinas, SP: Papirus, 1993.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da supermodernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. UNESP: São Paulo, SP; 1991

GRINSON, Alejandro. **Cortar puentes, cortar pollos: conflictos econômicos y agencias políticas em Uruguayanna (Brasil) – Libres (Argentina)**. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto / BAINES, Stephen Grant (Orgs). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

LEENHART, Jacques. **Fronteiras, fronteiras culturais e globalização**. In: Martins, Maria Helena (Org). *Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora S.A., 1989.

GURAN, Milton. **Linguagem fotográfica e informação**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

LIMA, Ivan. **A Fotografia é a sua linguagem**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

HANNERZ, Ulf. **Fluxo, fronteiras, híbridos: Palavras-chave da antropologia transnacional**. *Revista Mana* 3(1): 7-39, 1997.

HARTMANN, Luciana. **“Aqui nessa fronteira onde tu vê beira de linha tu vai ver cuento. Tradições orais na fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai”**. Tese de Doutorado – UFSC, 2004.

LÖFGREN, Orvar. **Crossing Borders: The Nationalization of Anxiety**. *Ethnologia Scandinavica*, Vol. 29, 1999.

MACDOUGALL, David. **Significado e Ser**. In: BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar Teodoro da; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana (Orgs). **Antropologia, cinema e outros diálogos**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, fronteiras, redes**. In: STROHAECKER, Tânia Marques et.al. (Orgs). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: Associação dos geógrafos Brasileiros, 1998.

- MARTINE, Joly. **Introdução à análise da imagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- MARTINS, Maria Helena; CHIAPINNI, Ligia (Orgs). **Cone Sul: fluxos, representações e percepções**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MENDONÇA, Luciana de Andrade. **Parques Nacionais do Iguaçu e Iguazú: uma fronteira ambientalista entre Brasil e Argentina** in: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto / BAINES, Stephen Grant (orgs). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- NOVAES CAIUBY, Sylvia. **O uso da imagem na Antropologia**, in O Fotográfico(org. Etienne Samain), São Paulo, Hucite/CNPQ, 1998.
- OMAR, Arthur. **Antropologia da Face Gloriosa**. Ed. Cosac & Naify Edições. São Paulo, 1997.
- PERUZZOLO, Adair Caetano. **A estratégia dos signos: quando aprender é fazer**. Santa Maria, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Além das fronteiras**. In: Martins, Maria Helena (Org). *Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- ROCHA, Ana Luiza. **Antropologia das formas sensíveis: entre o visível e o invisível, a floração dos símbolos**. In Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 1995.
- SANTAELLA, Lucia e NÖTH, Winfried. **Imagem: Cognição, seminótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- SAMAIN, E (org.). **O Fotográfico**. São Paulo: HUCITEC e Ed. SENAC, [1998] 2005.
- _____. **“Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia**”. Horizontes antropológicos 2, 1995.
- SCHERER, Joanna. **Documento fotográfico: fotografias como dado primário na pesquisa antropológica**. Cadernos de Antropologia e Imagem 3, 1995.